

UFRRJ
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO,
CULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

PATRIMÔNIO, TURISMO CULTURAL E
HOSPITALIDADE: UMA PROPOSTA DE ROTEIRO À
MEMÓRIA DE CÂMARA CASCUDO EM NATAL/RN

Fernanda dos Santos Ribeiro Oliveira

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE**

**PATRIMÔNIO, TURISMO CULTURAL E HOSPITALIDADE: UMA
PROPOSTA DE ROTEIRO À MEMÓRIA DE CÂMARA CASCUDO EM
NATAL/RN**

Fernanda dos Santos Ribeiro Oliveira

Sob a Orientação da Professora Doutora
Elis Regina Barbosa Angelo

e Coorientação da Professora Doutora
Sueli Aparecida Moreira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade. Área de concentração: Patrimônio Cultural: Identidades e Sociedade

Nova Iguaçu, RJ
Julho 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

do48pp

dos Santos Ribeiro Oliveira, Fernanda , 1993-
PATRIMÔNIO, TURISMO CULTURAL E HOSPITALIDADE: UMA
PROPOSTA DE ROTEIRO À MEMÓRIA DE CÂMARA CASCUDO EM
NATAL/RN / Fernanda dos Santos Ribeiro Oliveira. -
Rio de Janeiro, 2024.
109 f.: il.

Orientadora: ELIS REGINA BARBOSA ANGELO.
Coorientadora: SUELI APARECIDA MOREIRA.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE, 2024.

1. Patrimônio. 2. turismo cultural. 3.
hospitalidade. 4. memória. 5. Câmara Cascudo. I.
REGINA BARBOSA ANGELO, ELIS , 1973-, orient. II.
APARECIDA MOREIRA, SUELI , 1969-, coorient. III
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE. IV. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE



TERMO Nº 666 / 2024 - PPGPACS (12.28.01.00.00.22)

Nº do Protocolo: 23083.043310/2024-27

Nova Iguaçu-RJ, 19 de agosto de 2024.

FERNANDA DOS SANTOS RIBEIRO OLIVEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, Área de Concentração Patrimônio Cultural: Identidades e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 24/05/2024.

(Assinado digitalmente em 19/08/2024 13:53) ELIS

REGINA BARBOSA ANGELO
COORDENADOR CURS/POS-
GRADUACAO PPGPACS
(12.28.01.00.00.00.22)
Matrícula: 1744846

(Assinado digitalmente em 19/08/2024 19:26)

FABIO PEREIRA CERDERA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptAR (12.28.01.00.00.00.81)
Matrícula: 1357817

(Assinado digitalmente em 20/08/2024 16:15)

SUELI APARECIDA MOREIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHOT (12.28.01.00.00.00.00.10)
Matrícula: 1674770

(Assinado digitalmente em 22/08/2024 11:07)

SORAIA MARIA DO SOCORRO CARLOS VIDAL
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 022.253.198-39

(Assinado digitalmente
em 19/08/2024 15:17)

RAFAEL CUNHA
FERRO ASSINANTE
EXTERNO CPF:
215.149.868-92

Visualize o documento original em
<https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **666**,
ano: **2024**, tipo: **TERMO**, data de emissão:
19/08/2024 e o código de verificação:
77956e0462

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, por me permitir alcançar esse objetivo. E dedico este estudo às seguintes pessoas: minha família, a minha mãe Luciana Valéria, meu pai Gildemar Pedro e a minha irmã Rachel, por sempre me apoiarem nos estudos e desafios que me coloco na vida acadêmica e profissional para me capacitar sempre em busca de novas conquistas pessoais.

Meu esposo Lucas Vigna Fonseca, por toda ajuda, compreensão e paciência durante esta caminhada.

As professoras Elis Regina Barbosa Angelo e Sueli Moreira Aparecida, que aceitaram o desafio da pesquisa e dedicaram-se incansavelmente para que pudéssemos concluí-la. A todos os professores do PPGPACS que de alguma forma contribuíram com a minha formação acadêmica.

Aos colegas de caminhada que me incentivaram a seguir em frente, compartilhando bons momentos e situações difíceis.

Muito obrigada!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

OLIVEIRA, Fernanda dos Santos Ribeiro. **Patrimônio, Turismo Cultural e Hospitalidade: uma proposta de roteiro à memória de Câmara Cascudo em Natal/RN**. 2024. 106p. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2024.

A pesquisa tem como tema o turismo e suas relações com a memória social e biográfica de Luís da Câmara Cascudo, a partir dos seus lugares de memória, e, dessa forma, interagir com os cenários urbanos históricos que condensam parte do patrimônio e do legado de Luís da Câmara na cidade de Natal/RN. Tem-se por objetivo contribuir para visibilidade a esses bens culturais através da proposição de um roteiro alternativo, proporcionando ao visitante maior interação com os espaços localizados no centro histórico de Natal/RN. Para isso, foram selecionados cinco espaços: Cemitério do Alecrim; Museu Câmara Cascudo; IHGRN; Instituto Ludovicus e Canto do mangue para estabelecer a comunicação direta com a temática, como a Vida e Obra de Câmara Cascudo, evocando o pertencimento e a identidade. Nesse sentido, o estudo recorre ao conceito da hospitalidade para refletir o bem usufruto desse patrimônio, promovendo a valorização/preservação desses bens culturais. Esses lugares de memória são destinados à visitação turística e sobretudo ao desenvolvimento de atividades culturais, intelectuais e econômicas da cidade. Deste modo, o referencial teórico versa sobre as relações estabelecidas entre o patrimônio, turismo cultural e hospitalidade. A problemática consiste em analisar as lacunas e questões que porventura aparecem no roteiro tais como acessibilidade, legibilidade e identidade. A pesquisa desenvolve-se a partir de referenciais teóricos, coleta e análise de dados com a finalidade de propor um roteiro turístico cultural, dessa forma, contribuir com sua visibilidade, valorização e preservação e propiciando um maior contato dos visitantes com a memória de Cascudo tendo como alicerce a hospitalidade no contexto urbano.

Palavras chaves: Patrimônio, turismo cultural, hospitalidade, memória, Câmara Cascudo.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Fernanda dos Santos Ribeiro. **Heritage, Cultural Tourism and Hospitality: a route to the memory of Câmara Cascudo in Natal/RN.** 2024. 106p. Dissertation (Interdisciplinary Master's), Multidisciplinary Institute, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2024.

The research's theme is tourism and its relations with the social and biographical memory of Luís da Câmara Cascudo, based on his places of memory, and, in this way, interact with the historical urban scenarios that condense part of the heritage and legacy of Luís da Câmara Cascudo. Luís da Câmara in the city of Natal/RN. The aim is to contribute to the visibility of these cultural assets by proposing an alternative itinerary, providing the visitor with greater interaction with the spaces located in the historic center of Natal/RN. For this, five spaces were selected: Cemitério do Alecrim; Câmara Cascudo Museum; IHGRN; Instituto Ludovicus and Canto do mangue to establish direct communication with the theme, such as the Life and Work of Câmara Cascudo, evoking belonging and identity. In this sense, the study uses the concept of hospitality to reflect the good use of this heritage, promoting the appreciation/preservation of these cultural assets. These places of memory are intended for tourist visits and above all for the development of cultural, intellectual and economic activities in the city. Thus, the theoretical framework deals with the relationships established between Heritage, Cultural Tourism and Hospitality. The problem consists of analyzing the gaps and issues that may appear in the script, such as accessibility, readability and identity. The research is developed based on theoretical references, data collection and analysis with the purpose of proposing a cultural tourist itinerary, thus contributing to its visibility, appreciation and preservation and providing greater contact for visitors with the memory of Cascudo, having as a foundation for hospitality in the urban context.

Keywords: Heritage, cultural tourism, hospitality, memory, Câmara Cascudo.

LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

CNRC – Centro Nacional de Referências Culturais

ICC– Instituto Câmara Cascudo

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGRN – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MCC- Museu Câmara Cascudo

MINC – Ministério da Cultura

MTur – Ministério do Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

PNPI – Programa Nacional de Patrimônio Imaterial

SEMP TUR – Secretaria Municipal de Turismo em Natal

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Escritor Câmara Cascudo	46
Figura 2	– Localização do Roteiro Cultural Câmara Cascudo	51
Figura 3	– Muro do Cemitério do Alecrim (legibilidade)	52
Figura 4, 5	– Cemitério do Alecrim	53
Figura 6	– Capela do cemitério	54
Figura 7	– Acesso lateral ao cemitério	55
Figura 8	– Memorial Câmara Cascudo	56
Figura 9	– Folders expositor	57
Figura 10	– Monumento Câmara Cascudo	57
Figura 11	– Fachada Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte	59
Figura 12	– Objetos e artefatos.	60
Figura 13	– Sala de exposição.	61
Figura 14	– Placa/logo do Instituto Ludovicus	62
Figura 15	– Fachada do Instituto Câmara Cascudo	63
Figura 16	– Obras sacras no interior do Instituto Câmara Cascudo	64
Figura 17	– Canto do Mangue	65
Figura 18	– Píer Canto do Mangue (acesso pelo Museu)	67
Figura 19	– Avenida Câmara Cascudo e a rua Tenente Alberto Gomes	74
Figura 20	– Calçada do ICC em obras	75
Figura 21	– Fiação exposta/rampa de acesso	75
Figura 22	– Fiação exposta	76
Figura 23	– Estacionamento/vaga no Centro Histórico	78
Figura 24	– Arborização	80
Figura 25	– Sala da casa de Câmara Cascudo	81
Figura 26,	– Escadas e rampas de acesso do ICC	82
27		
Figura 28,	– Acesso inadequado ao prédio	83
29		
Figura 30,	– Acessibilidade nos espaços culturais	83
31		
Figura 32	– Praça André Albuquerque	87
Figura 33	– Outro aspecto da Praça André Albuquerque	87

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
1 DIMENSÕES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS SOBRE HOSPITALIDADE, PATRIMÔNIO E TURISMO CULTURAL	20
1.1 Patrimônio cultural e memória social	20
1.2 Turismo cultural	29
1.3 Hospitalidade no contexto urbano	37
2 CÂMARA CASCUDO: PROPOSTA DE ROTEIRO NA PERSPECTIVA DO TURISMO CULTURAL.....	45
2.1 Cemitério do Alecrim	51
2.2 Memorial Câmara Cascudo	55
2.3 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande Do Norte – IHGRN	58
2.4 Ludovicus – Instituto Câmara Cascudo.....	62
2.5 Canto do Manguê.....	65
3 HOSPITALIDADE: EM BUSCA DOS ELEMENTOS DA IDENTIDADE, ACESSIBILIDADE E LEGIBILIDADE NO CONTEXTO URBANO PATRIMONIAL DE NATAL/RN.....	70
RESULTADOS E DISCUSSÃO	72
ACESSIBILIDADE	73
LEGIBILIDADE	84
IDENTIDADE.....	86
CONCLUSÕES.....	89
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICE A – MAPEAMENTO DOS INDICADORES HOSPITALIDADE NO CONTEXTO URBANO.....	98
APÊNDICE B - MAPEAMENTO DOS INDICADORES DE HOSPITALIDADE TURÍSTICA.....	104

INTRODUÇÃO

A natividade de Luís da Câmara Cascudo, protagonizou o cenário cultural e intelectual natalense. Através da sua multifacetada carreira de escritor, historiador, antropólogo, etnógrafo, jornalista, o folclorista alcançou reconhecimento internacional, projetando Natal para o “mundo” (Sales Neto, 2009). Objeto de diversos estudos e pesquisas, a memória de Câmara permanece preservada em vários pontos da capital. O atrativo turístico “Vida e obra de Câmara Cascudo”, ressalta a identidade cultural e artística presente na capital potiguar, além de evocar a memória de Cascudo em diversos monumentos construídos nos bairros pioneiros da cidade.

O estado do Rio Grande do Norte, especificamente a cidade do Natal, possui um notável potencial turístico no que concerne à cultura. O Centro Histórico do município caracteriza-se por abrigar bens culturais, prédios e casarões antigos de grande importância e que retratam a identidade local. Dar visibilidade a este patrimônio é contribuir para a difusão da história e memória de Câmara Cascudo. Podendo ressignificar o espaço urbano, sendo capazes de desenvolver este sentimento de pertencimento utilizando o roteiro como um meio turístico para despertar essa intenção de memória.

A presente pesquisa busca apresentar um roteiro alternativo com base na vida e obra de Câmara Cascudo sob a perspectiva da hospitalidade no centro histórico de Natal, dando visibilidade a esses bens culturais, e propiciando a valorização do patrimônio potiguar. Ao analisar os espaços destinados à cultura e à memória do autêntico escritor, pretende-se compreender também quais os impactos da hospitalidade que implicam na afirmação, ou na invisibilidade desses bens culturais para a comunidade local e turistas.

Desse modo, ao tratar o “Patrimônio, turismo cultural e hospitalidade: uma proposta de revisitação ao roteiro turístico de Câmara Cascudo em Natal”, o estudo se baseia no exercício do turismo cultural sob o viés da hospitalidade no contexto urbano, tendo na criação de um roteiro alternativo turístico e cultural, maior representatividade e acessibilidade.

Nesse sentido, busca-se contextualizar o patrimônio potiguar a partir de análises bibliográficas e para tanto, promover o reconhecimento e acessibilidade aos bens culturais por parte do seu público, tendo como base a hospitalidade no contexto urbano, na perspectiva de Lúcio Grinover (2006). Destacam-se alguns elementos pré-definidos que definem a abordagem do conceito, sendo elas, a acessibilidade, legibilidade, identidade e aspectos virtuais.

A justificativa de realização do estudo se relaciona ao patrimônio em suas múltiplas possibilidades, entende-se que a criação de um roteiro cultural é uma alternativa capaz de fomentar novos espaços de sociabilidade através do turismo cultural. Segundo o Ministério do

Turismo (2010), o turismo cultural, é uma das estratégias capazes de assegurar e repercutir de forma relevante no que concerne ao processo de preservação e valorização da memória e identidade ao apresentar, para turistas e/ou visitantes, a essência e os significados do patrimônio local.

A experiência turística tem a capacidade de estimular e facilitar o exercício das comunidades locais na valorização de seus recursos culturais, oportunizando ao visitante desenvolver e transformar o modo como o interpreta, trazendo como resultado uma percepção diferenciada do seu cotidiano (Ministério do Turismo, 2010). Dessa forma, é importante tornar esses bens culturais mais acessíveis e viáveis a todos, sobretudo aqueles bens que reforçam a memória conferida à vida e obra de Câmara Cascudo, e que estão localizados entre os bairros da Cidade Alta e do Alecrim. Entendendo-os como integrantes no processo de conhecimento e preservação, oferecendo-lhes a oportunidade de se transformarem em turistas-cidadãos.

O bem cultural reconhecido é essencial para estabelecer laços de pertencimento com a comunidade (IPHAN, 2015). Nesse caso, é importante destacar o papel social das instituições aqui analisadas, que devem estar comprometidos com a ressignificação/reorganização de seus espaços, sendo detentores da memória histórica de seus habitantes e capacitando-os para um melhor usufruto desses bens. Assim, o roteiro alternativo sob a perspectiva da hospitalidade pode vir a promover a apropriação consciente do patrimônio por parte da comunidade e de seus visitantes, tornando fatores indispensáveis para desenvolver e fortalecer sentimentos de identidade e pertencimento em um público tão diverso, visto que a região, de acordo com o Ministério do Turismo (2017) está entre um dos destinos mais visitados do país.

Pela perspectiva da hospitalidade na dimensão social do espaço urbano, a implementação de um roteiro se justifica ao buscar promover a acessibilidade, divulgação pela legibilidade e valorização da identidade cultural ao valorizar o protagonismo de Câmara Cascudo para a sociedade potiguar, sobretudo natalense. Além de viabilizar e propiciar o estímulo e o interesse pelo patrimônio no espaço urbano considerado o centro histórico de Natal, com a atração de visitantes e pesquisadores em busca da experiência de apreciação do patrimônio potiguar.

A escolha do objeto surge da necessidade de aprimoramento do roteiro e, principalmente, instrumentalizar a sua implementação através da hospitalidade e do turismo cultural considerando elementos tangíveis e intangíveis da hospitalidade no contexto urbano.

A pesquisa permite avaliar os elementos que demandam infraestrutura durante o roteiro para avaliar o seu desempenho em difundir o bem cultural. A delimitação deste estudo orienta-se a partir da percepção de que a hospitalidade no contexto urbano se apresenta como aspecto

fundamental para apropriação dos bens culturais locais na medida em que possibilita o acesso, a legibilidade e a reafirmação das suas identidades culturais regionais e locais (Grinover, 2006).

A busca da compreensão da relação entre o patrimônio e o turismo cultural, demonstrando o equilíbrio entre esses dois elementos, demanda como eixo condutor, desta pesquisa, a questão da hospitalidade. Destaca-se que a principal contribuição do presente estudo diz respeito à inserção dos elementos da identidade, da legibilidade e da acessibilidade em contexto urbano como garantias para o fomento do turismo cultural e revelação do atrativo Câmara Cascudo no circuito turístico potiguar, vindo a consolidar-se como alternativa de turismo cultural.

Dessa maneira, a pesquisa evidencia a importância da figura de Câmara Cascudo para o turismo cultural de Natal/RN por meio da proposição de um roteiro alternativo sob a perspectiva da hospitalidade no contexto urbano. Tem-se como produto a criação de um roteiro turístico no centro histórico, para que a comunidade e turistas possam conhecer os bens culturais e, à medida em que se inserem nestes espaços de memória, sejam capazes de compreender a importância de Luís da Câmara Cascudo no contexto histórico da cidade.

A fim de mensurar a experiência turística, bem como averiguar a recepção dos atrativos dispostos na pesquisa para qualificar o destino visitado, foi elaborado um instrumento avaliativo que permitirá avaliar os elementos de mensuração da hospitalidade no contexto urbano do destino turístico. Estas informações serão técnicas, sobre os elementos da hospitalidade, na formação de espaços que fazem parte da história do potiguar.

Entende-se que essa avaliação pode vir a fomentar o processo de apreensão dos traços marcantes da hospitalidade nos atrativos, contribuindo para seu melhor aproveitamento e tendo como possível resultado uma avaliação positiva da experiência do roteiro visitado. Nesse sentido, acredita-se que, como a atividade turística ainda é desenvolvida de maneira incipiente no centro histórico, há a possibilidade de se adequar aos princípios da hospitalidade no contexto urbano para que a gestão pública da região possa desenvolver o turismo cultural.

Nesse caso, a pesquisa recorre aos lugares de memória e avalia a hospitalidade na sua dimensão social no fomento do turismo cultural no Centro histórico de Natal, sendo esses lugares constituídos por uma importante diversidade cultural e atores sociais, que vão desde a comunidade local, aos visitantes, turistas até sujeitos que atuam na localidade. Por meio da memória e da formação da identidade, o turismo cultural surge com a expectativa de preservar a cultura e transformá-la num produto turístico (Borges, 2015).

Nessa pesquisa privilegiou-se como lugar de memória alguns bens culturais do patrimônio potiguar como Memorial Câmara Cascudo (MCC); Instituto Histórico e Geográfico

do Rio Grande do Norte (IHGRN); Instituto Câmara Cascudo (ICC); Cemitério do Alecrim e o Beco da Lama. Essa escolha deve-se em primeiro lugar à relevância histórica e cultural desses bens, pois são importantes testemunhos da história e do desenvolvimento da cidade. Em seguida, por considerar-se que esse patrimônio pode ser um dos possíveis laços facilitadores do resgate de memória à Câmara Cascudo que se inserem na identidade local.

A pesquisa desenvolveu-se em diferentes etapas que permitiram uma visualização e reflexão sobre a possibilidade da criação de um roteiro temático alternativo a partir do estudo biográfico da vida e obra de Câmara Cascudo (levantamento de dados), mapeamento dos bens culturais e por último uma avaliação dos elementos da hospitalidade análise do roteiro espacial, a fim de propor o melhor deslocamento e experiência para a fluidez dos usuários.

A metodologia adotada constitui-se em uma pesquisa qualitativa desenvolvida a partir de referenciais teóricos, coleta e análise de dados com a finalidade de evidenciar os objetivos propostos e, dessa forma, contribuir com a valorização e preservação desse patrimônio, propondo um roteiro alternativo aproximando a comunidade aos bens culturais que retratam a memória de Luís da Câmara Cascudo.

A pesquisa de natureza qualitativa, envolve o estudo biográfico para proposição das estações onde ocorrerão as preleções ou educação patrimonial. Análise de depoimentos obtidos segundo a proposta de Meksenas (2002) a partir dos estudos de Porfírio (2018). E, por último, a aplicação de um instrumento de coleta de avaliação da hospitalidade adaptada de Moreira *et al.* (2021) para obter o grau de acessibilidade, legibilidade, elementos da gastronomia local e hospitalidade nesse contexto urbano e patrimonial.

A etapa inicial do estudo consistiu na realização de pesquisa biográfica e documental. A elaboração do referencial teórico foi empreendida sobre as seguintes temáticas: patrimônio, turismo cultural e hospitalidade. Além disso, fez-se o levantamento bibliográfico dos bens considerados patrimônios culturais da cidade de Natal/RN, destacando sua representatividade histórica e o mapeamento das localizações.

Durante o estudo de revisão, foram realizadas buscas sistematizadas, com intuito de identificar referências sobre o tema. Portanto, foi consultado o Google Acadêmico com as palavras-chave: patrimônio potiguar, turismo cultural, hospitalidade e Câmara Cascudo. A busca apresentou artigos, dissertações e teses, desses resultados optou-se por estudos/autores terem sido referenciados nos demais trabalhos.

Discorre-se sobre o conceito de patrimônio e sua ampliação recorrendo a Constituição Federal (Brasil, 1988) e aos estudiosos da temática (Abreu *et al.*, 2003; Fonseca, 2005; Gonçalves, 2005; Choay, 2006). Estes autores contribuem para o entendimento da ampliação

do conceito realizando um percurso histórico, que se transformou ao longo do tempo e dos diversos grupos da sociedade que estavam disputando seus significados. Assim, compreende-se o conceito de patrimônio nas tradições, costumes, monumentos, museus, bibliotecas, arquivos, sítios arqueológicos, artesanato, gastronomia, entre outras expressões culturais de uma determinada sociedade ou grupo.

O conceito de memória e lugar de memória dialoga com os autores Halbwachs (1990), Pollak (1989; 1992), Nora (1993), Chauí (2009), os quais traduzem a memória como uma construção social e afetiva que serve de suporte para a caracterização de uma sociedade, ou seja, atua na formação e na coesão da identidade de um grupo. E compreende-se os lugares de memória, como lugares simbólicos onde a memória coletiva e a identidade se expressam.

Para abordagem do turismo cultural, destacam-se os estudos de Barretto (2000); Camargo (2009) e de Costa (2009) que se aproximam das discussões voltadas para o patrimônio. Nesse sentido, o segmento de turismo cultural, adotado no presente estudo, busca valorizar e preservar o patrimônio, apontando para a possibilidade de valorização dos bens culturais, através da atividade turística como estratégia de garantia de conservação.

O turismo cultural pode impulsionar o desenvolvimento econômico e social das comunidades envolvidas e quando bem planejado, por meio do setor público, privado e especialmente da sociedade, é capaz de gerar não apenas benefícios econômicos, mas também sociais, ressaltando o valor simbólico do patrimônio (Barretto, 2000; Camargo, 2009; Costa, 2009).

O “turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (Brasil, 2010, p. 15). Os apontamentos teóricos, compreendem tal segmento turístico como a motivação do turista em se deslocar para vivenciar aspectos relacionados à cultura, às tradições locais, sendo capazes de dispor de um poder aquisitivo maior e maior tempo (Barretto, 2000; Costa, 2009).

Durante a revisão em busca do conhecimento teórico, de modo a instrumentalizar o estudo da hospitalidade no contexto urbano como estratégia para assegurar a preservação dos bens culturais potiguares, foi utilizada como referencial a obra de Lucio Grinover – A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade (2006); A hospitalidade na perspectiva do espaço urbano (2009); Patrimônio, Identidade, Território e Hospitalidade. Notas para a compreensão da cidade contemporânea (2013); Nós, a cidade, a hospitalidade (2019). O conceito de hospitalidade virtual proposto por Camargo (2004) Hospitalidade: cenários e

oportunidades. Diante da relação do espaço público/urbano acrescentou-se à temática, estudos de autores como Gehl e Svarre em *A vida na cidade: como estudar* (2018).

Hospitalidade no contexto urbano descrita por Grinover (2006) aborda a qualidade das relações sociais em espaços urbanos. Caracterizada pela capacidade das pessoas em manter interações mais amigáveis, solidárias e respeitadas em ambientes urbanos, pode ser influenciada por diversos fatores, como aspectos culturais, econômicos e políticos. Alguns elementos que podem contribuir para um maior desempenho na hospitalidade no contexto urbano são acessibilidade, identidade e legibilidade, que proporcionam aos espaços públicos o cuidado, a segurança, a leitura ou legibilidade, a acessibilidade, a inclusão social, e ações governamentais que promovam a diversidade e o respeito.

Na segunda fase da coleta de dados foram extraídos depoimentos segundo a proposta por Meksenas (2002). O depoimento consiste em um método que se associa a outros, principalmente ao estudo de caso e de organização da coleta de dados a respeito de determinado tema e a partir da realização de entrevistas não diretivas ou semiestruturadas, como proposto acima caracterizando o depoimento em métodos qualitativos, ou seja, de posse do tema de sua investigação, o pesquisador localiza sujeitos significativos que narrem suas experiências apenas em relação ao tema proposto garantindo uma livre manifestação de pensamento e de opinião (Meksenas, 2002). A obtenção desses depoimentos extraídos do estudo de Porfírio (2018).

Para contextualizar o tema e o objetivo dessa pesquisa no avanço da dissertação desenvolve-se três capítulos, o primeiro capítulo, cujo título é “Dimensões históricas e conceituais sobre patrimônio, turismo cultural e hospitalidade”. Neste capítulo, o referencial teórico busca um diálogo entre autores acerca de questões relacionadas ao patrimônio e ao turismo cultural, pautando pela hospitalidade como eixo permanente desses aspectos.

Nesse sentido, busca-se compreender a noção de patrimônio, e, historicamente, a forma pela qual se desenvolveu a preocupação e as estratégias de preservação do patrimônio cultural, sobretudo, no Brasil. Traz também uma análise da ampliação do conceito, que se molda a partir de um espaço de disputa política e simbólica entre o Estado e os movimentos sociais (Fonseca, 2003). Discorre sobre turismo cultural, o *grand tour* como prelúdio desse segmento, a popularização e as transformações da sua atividade que hoje se caracteriza na busca do seu desenvolvimento de forma sustentável, e na manutenção da identidade cultural, através da valorização das tradições locais, fator relevante no processo de deslocamento humano no setor turístico segundo, (Costa, 2009). No que tange a hospitalidade pretendeu-se analisar as dimensões da acessibilidade, legibilidade e identidade acerca do conceito de Hospitalidade no

contexto urbano (Grinover, 2006) analisando principalmente a sua relação com o turismo cultural, a fim de contribuir para o debate do patrimônio na cidade em estudo.

No segundo capítulo, “Câmara Cascudo: proposta de roteiro na perspectiva do turismo cultural”, propõe-se apresentar uma alternativa de roteiro turístico cultural com base na vida e obra de Câmara Cascudo. Traz uma síntese sobre a vida e obra do historiador e folclorista potiguar, cuja análise ocorreu em sua dimensão de bem cultural, explorando a história e memória desses espaços, através de análise documental.

No terceiro capítulo, intitulado como “Hospitalidade: em busca dos elementos da identidade, acessibilidade e legibilidade no contexto urbano patrimonial de Natal/RN”, busca-se mapear e analisar o roteiro turístico-cultural de Câmara Cascudo e identificar os aspectos de acessibilidade, legibilidade e identidade como indutores de vitalidade, diversidade, redutores de afastamento e insegurança ao patrimônio potiguar. Compreende-se o turismo cultural como uma estratégia que pode vir a assegurar e promover o acesso e reconhecimento de tais bens culturais, através de incremento da proposta de hospitalidade no contexto urbano ligadas aos serviços e à infraestrutura de apoio ao turismo em geral (Grinover, 2006).

A partir da ideia de hospitalidade no contexto urbano proposta por Lúcio Grinover (2006) foi realizada a instrumentalização do estudo da identidade, da legibilidade, da acessibilidade e da hospitalidade virtual na implementação do roteiro. E com os dados bibliográficos levantados, por meio da interpretação deles, poderá ter um aproveitamento maior do patrimônio local. O que permite o entendimento para a proposição de um roteiro alternativo, que pretende ter como público a comunidade local, turistas e escolares em turismo pedagógico ou excursionista de um dia.

Pretendeu-se, por último, reiterar a relação existente entre patrimônio, turismo cultural e hospitalidade no contexto urbano cuja complexidade reside no desafio que abrange desde o processo de reconhecimento e preservação do bem cultural até o salvaguardar da memória coletiva. A adequação desses três elementos é fundamental na manutenção e preservação do patrimônio. Para tanto, são necessários esforços conjuntos e constantes de todos os agentes envolvidos nesse processo, seja órgãos públicos, entidades privadas, sociedade civil, ONG's, comunidade acadêmica, residentes de áreas históricas, entre outros. Destaca-se que, o roteiro alternativo exposto, é objeto da pesquisa, deve ser acompanhado por um planejamento, e constantemente revisado para que possa trazer benefícios à população e aos visitantes no âmbito econômico, social, cultural e ambiental.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo baseia-se em uma metodologia qualitativa de pesquisa, de caráter exploratório, por meio da pesquisa de campo e análises bibliográficas. O método interpretativo da representação dos índices de hospitalidade está amparado, essencialmente pelas contribuições de Lúcio Grinover (2003, 2006, 2007). Foram elaboradas 12 fichas cadastrais concatenando as três dimensões fundamentais de hospitalidade (acessibilidade, legibilidade e identidade). Assim, a análise procurou identificar as condições de hospitalidade do espaço físico, através das categorias de análise supramencionadas, que regem a hospitalidade da cidade, segundo o autor.

Entende-se o conjunto arquitetônico da cidade como dado não verbal, o que caracteriza a busca da realidade do espaço socialmente construído como gerador de informação; assim, parte-se da leitura do espaço e sua representação, seja em fotografia, mapeamentos, perspectivas, na tentativa de formular novas hipóteses. Dessa forma, objetiva-se analisar o contexto patrimonial da cidade de Natal com relação à hospitalidade no espaço público propondo um conjunto de indicadores para avaliação das características que tornam uma cidade hospitaleira, ou não.

Para operacionalizar a pesquisa de campo, utilizou-se o instrumento de coleta adaptado de Moreira *et al.* (2021) para ser aplicada a área do estudo, seguindo os pressupostos para analisar elementos materiais e imateriais que compõe a hospitalidade no contexto urbano. Com o sistema de indicadores já elaborado, inicia-se por meio de pesquisa *in loco*, com visitação, observação participante e aplicação da ficha de análise referente a cada item a ser observado. Após efetivada a pesquisa de campo, será feita uma descrição dos resultados encontrados com a posterior análise crítica deles. Empreendeu-se também uma pesquisa documental sobre a cidade e seus bens patrimoniais, adjunto a exploração de sites da internet.

O instrumento de coleta foi aplicado por observação das infraestruturas e dos serviços de quatro espaços públicos e um privado, sendo museus, instituições culturais, bares e restaurantes, através de visita *in loco* entre os dias 30 de março a 05 de abril de 2024. Posto isso, conforme o instrumento de coleta para avaliar o estado de conservação dos espaços, a legibilidade como a sinalização, a opção de cardápio na língua inglesa, foram avaliados os elementos tangíveis e intangíveis por agrupamento de itens da categoria (infraestrutura de acessibilidade, legibilidade e identidade, entre outros). O resultado da análise de dados é interpretativo e diagnóstico.

A aplicação do formulário contido no Apêndice A e B revela características que apreendem elementos que favorecem ou não a hospitalidade nos espaços públicos, a partir da análise dos indicadores desse instrumento, é possível avaliar a qualidade da hospitalidade no contexto urbano e turístico da cidade.

Para obtenção dos dados, foram desenvolvidos dois formulários estruturados denominados Fichas de análise e mapeamento. A primeira, Ficha de análise - Mapeamento dos indicadores hospitalidade no contexto urbano (Apêndice A) mapeia os elementos abarcados pelos indicadores que contemplam a avaliação dos logradouros da área. Essa ficha deve ser identificada pelo logradouro, trecho e bairro ao qual se refere, assim como o dia e horário, no qual foi empreendida a pesquisa de campo. O instrumento é composto por 17 itens que avaliam a hospitalidade local com uma pergunta fechada em sistema binário (sim e não) e permite o acréscimo de uma observação ou nota sobre cada item. Os 17 itens estão destacados em: sinalização turística e urbana; tráfego e trânsito; iluminação da via; pavimentação; conservação e limpeza urbana; pontos de ônibus e táxi; estacionamento; comércio; presença de agentes de segurança pública; acessibilidade; arborização/ confortabilidade térmica; praças, monumentos, prédios históricos; centro de atendimento ao turista; hospedagem, restauração, entretenimento e outros.

A segunda, Ficha de análise - Mapeamento dos indicadores de hospitalidade turística (Apêndice B), objetiva analisar alguns bens patrimoniais e atrativos turísticos, permitindo uma percepção detalhada de cada um deles. Essa ficha permite uma breve apresentação do item, descrevendo os dados mais relevantes para a pesquisa, e ainda uma exposição dos elementos de maior importância para a hospitalidade física desses espaços. São 14 itens entrada/fachada; iluminação interior; climatização interior; sinalização; presença de guia (monitor); sanitários; bancos, bebedouros, guarda volumes (infraestrutura básica de apoio) limpeza e conservação; estacionamento; acessibilidade; restauração/ gastronomia local; venda de cartão postal/ souvenir; marca, logo, identidade visual e capacidade de carga que devem ser observados para melhor avaliar cada espaço com a finalidade de obter dele uma análise mais específica.

A seleção dos objetos da pesquisa, se dirigiu aos bens patrimoniais, atrativos turísticos vinculadas ao roteiro proposto na pesquisa, observando-se os critérios: estar em funcionamento e disponível para acesso; e, estar vinculado aos órgãos gestores e a atores que compõem o trade turístico da cidade de Natal/RN. Procurou-se avaliar os aspectos que condensam a hospitalidade do local em questão, bem como apresentar indicadores para essa avaliação, onde a organização do espaço urbano e sua infraestrutura fossem a questão essencial da hospitalidade. A pesquisa

preza por utilizar uma abordagem principalmente turística e urbanística do tema da hospitalidade, observando a base física onde ela ocorreu.

Após a coleta de dados, pretendeu-se analisá-los sob a ótica das políticas de turismo e urbanismo da cidade de Natal e sob a perspectiva da hospitalidade e suas implicações. A partir desses resultados obtidos com aplicação e análise das fichas, espera-se poder apontar possíveis mudanças para a cidade para que, deste modo, o centro histórico de Natal e, por conseguinte, a cidade como um todo, a destinação turística que consiga bem-receber e acolher seus habitantes e turistas.

1 DIMENSÕES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS SOBRE HOSPITALIDADE, PATRIMÔNIO E TURISMO CULTURAL

1.1 Patrimônio cultural e memória social

A relação do ser humano com o patrimônio cultural se estabelece na apropriação e no jogo das reapropriações das diversas formas de viver, pensar e se expressar, na sua produção material e, no âmbito do diálogo dos grupos sociais com as “manifestações simbólicas dos seus saberes, práticas artísticas e cerimoniais, sistemas de valores e tradições” (Pelegri, 2016, p. 115).

A referência de patrimônio, instituída pela Constituição Federal Brasileira, e a noção antropológica de cultura a que essa noção se vincula, é fundamental na contemporaneidade para que as instituições, sobretudo, as políticas e culturais sejam ressignificadas de modo a abrir canais de diálogo importantes para a refundação da própria identidade brasileira. Identidade esta, ancorada em uma ampla pluralidade social que caracteriza nosso país e nem sempre fora reconhecida. Cabe, aqui, pontuar a definição de patrimônio, definida no Artigo 216 da Constituição Federal de 1988:

O patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Constituição Federal, 1988).

A ampla perspectiva de patrimônio é resultado de uma série de transformações históricas que ocorreram no final do século XVIII. A conceituação do termo patrimônio foi adquirindo novos significados, tornando-se uma palavra mais complexa. Assim, nesta conjuntura, queremos direcionar a noção de patrimônio aos aspectos da cultura, dos monumentos históricos, da identidade cultural e da memória social. No entanto, Gonçalves (2005) aponta que o seu conceito não é simplesmente uma invenção moderna. A noção de patrimônio na sua originalidade esteve presente no mundo clássico e na Idade Média, a modernidade ocidental, segundo ele, apenas impõe os contornos semânticos específicos assumidos por ela.

Para Camargo (2002, p. 21) a noção de patrimônio passa a ser construída, durante a Revolução Francesa, quando o histórico e o artístico assumem uma dimensão capazes de serem

utilizados na construção de uma representação de nação. A política de preservação na França surgiu de razões práticas, afirma Ferraz (2008),

[...] com a extinção da monarquia, todos os bens da Coroa passaram para o Estado, bem como as propriedades da Igreja e do Clero. Esta inovação trouxe a concepção de Estado e de Bens Nacionais e as obras e os monumentos passaram então, a materializar a identidade nacional, e por meio deles, ‘os cidadãos se reconheceriam como franceses’ (Ferraz, 2008, p. 20).

Assim, tendo a Revolução Francesa como prelúdio da história moderna desse conceito (Teixeira, 2013), surgiram concepções que defendiam a necessidade de políticas públicas para preservar e valorizar os bens representativos da nação. A criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos, em 1830 na França, marca o início dessas políticas. Nesse sentido, a noção de monumento pode ser considerada universal, fazendo parte da vida cultural da sociedade na medida em que estes sempre atribuíram valores a elementos com o objetivo de preservar a sua memória e a sua existência (Silva, 2011, p. 1).

A possibilidade de perda do patrimônio passou a ser uma preocupação oficial, sua manutenção, uma responsabilidade do Estado e o simbolismo emanado de sua materialidade, representativo de uma coletividade (Silva, 2012, p. 14). Esta aproximação entre patrimônio e nacionalidade pode ser acompanhada entre os séculos XIX e XX. Fragmentos culturais salvaguardados da perda e da degradação material foram eleitos como pontos de contato com o passado, de modo a permitir que os modernos Estados-Nacionais se constituíssem como comunidades imaginadas nos moldes propostos por Benedict Anderson (2005).

No Brasil, enquanto as iniciativas de preservação dos monumentos praticamente inexistiam até a década de 1920, os museus passaram, como já se destacou, por uma notável expansão. O decreto federal nº 24.735, de 14 de julho de 1934 criou a Inspetoria dos Monumentos Históricos, primeiro órgão de preservação, criado pelo Estado brasileiro a quem “cabia um papel meramente fiscalizador dos bens já considerados monumentos, sem a atribuição de inventariar e selecionar tais bens” (Teixeira, 2013, p. 120). Até a criação do SPHAN, em 1937, essa instituição era responsável pela tarefa de proteção ao patrimônio.

Oficialmente criado em 13 de janeiro de 1937, com a promulgação da Lei nº. 378 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi integrado à estrutura do Ministério da Educação e Saúde (MES), sob a direção de Gustavo Capanema, na categoria de Instituições de Educação Extraescolar dos Serviços relativos à Educação. Segundo o IPHAN, a salvaguarda do patrimônio esteve ligada diretamente a esse órgão até a década de 1970.

O discurso acerca do patrimônio produzido pelo SPHAN era destinado à formação da nação através da identificação de valores tradicionais, artísticos e históricos. Nesse sentido, o patrimônio a ser preservado era definido pelos próprios dirigentes do SPHAN, cujo poder era ultracentralizado. Como bem sublinha Teixeira (2013):

priorizava-se, na grande parte das vezes, ao tombamento e à patrimonialização do passado colonial, escravista, católico e europeizado como signo material da nacionalidade enquanto outros signos divergentes da perspectiva hegemônica eram desconsiderados (Teixeira, 2013, p. 107).

O alargamento no campo conceitual do patrimônio foi gradativamente consolidado, especialmente após 1945, conforme relata Silva (2012):

No campo das recomendações internacionais relativas ao patrimônio, pode-se citar a Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios, ou Carta de Veneza, resultado do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, realizado em 1964. A Carta propunha em seu texto uma perspectiva de patrimonialização mais abrangente, incluindo os centros urbanos e também rurais (Silva, 2012, p. 33).

Com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) em 1970, emerge uma prática voltada para a compreensão da cultura brasileira em sua dinâmica processual. Os “intelectuais com novo perfil (especialistas em ciências físico - matemáticas e sociais, administradores, pessoas ligadas ao mundo industrial) passaram a definir novos valores e novos interesses para o patrimônio nacional” (Fonseca, 2005, p. 23), abrangendo não apenas os bens materiais, mas também os intangíveis. Por meio de novos critérios, o CNRC passou a considerar um conjunto de bens culturais representativos dos grupos formadores da nacionalidade, até antes não vislumbrados pelo SPHAN. Essa perspectiva trouxe a percepção da preservação da cultura não buscando “museificá-la”, ou seja, colocá-la em um museu e cristalizá-la, artificialmente. Não mais as coleções passam a ser base das ações museais, mas sim, a prática social (Santos, 2005).

Essa experiência acabou contribuindo, assim, para que o patrimônio fosse vivido na pluralidade e na dinâmica do processo social, pois, passa-se a entender, inclusive, que o bem cultural não deve ser uma “aquisição” por parte de uma instituição, mas, sim, uma apropriação social. A fusão entre o SPHAN e a Fundação Pró-Memória, substituta do Centro Nacional de Referência Cultural, em 1979, constituiu institucionalmente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O IPHAN é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Turismo que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabendo ao IPHAN proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

A democratização da política de preservação pode ser vista no decreto nº 3.551, de 2000, através do Registro de Bens Culturais do Patrimônio Imaterial e o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), que passou a incluir mecanismo legal, para além do tombamento. Esse decreto instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial, especificada nos títulos dos livros de registro: livro de registro dos saberes; livro de registro das celebrações; livro de registro das formas de expressão; livro de registro dos lugares.

Buscava-se, de forma diferente, preservar a cultura na sua forma mais espontânea de manifestação. Foram desenvolvidas, então, novas concepções e apreensões em torno da referência de bem cultural como, por exemplo, “o saber fazer”. Busca-se, assim, uma maior aproximação com as camadas populares, como ressalta Chagas em suas reflexões ao destacar que “[...] minorias étnicas e movimentos sociais passam a constituir seus próprios museus e a se mobilizar para recuperar e proteger seus ‘patrimônios’” (Chagas, 2017, p. 24).

Os saberes transmitidos oralmente ganham status de cultura e tornam-se temas legítimos de estudo. A própria forma oral de expressão da cultura também se torna uma forma importante de expressão do patrimônio cultural e da identidade brasileira. A noção de referência cultural tornou-se a chave para o entendimento dessa nova concepção de cultura, em que tais referências eram percebidas como indicadores da diversidade cultural brasileira (Teixeira, 2014, p. 83).

Como se pode depreender das reflexões acima, o patrimônio e as suas adjetivações históricas, cultural, natural têm sido revistas, e, ao longo do tempo, suas reinvenções vêm produzindo diversos efeitos sociais. Como bem avalia Teixeira (2013, p. 83), “a patrimonialização, desde o início até hoje, é determinada por um processo histórico, político, ideológico, carregado dos valores e crenças (a ideia de uma tradição inventada é um exemplo disso)”.

A sociedade tem participação em tais decisões ao questionar a patrimonialização de um monumento em detrimento de outro, mesmo que representada pelos seus especialistas e burocratas do ofício, que definem o que pode se tornar oficialmente patrimônio. Ela também assume papel fundamental definidor, através da organização dos grupos e agentes sociais que se mobilizam em prol desse objetivo. Dessa forma, o patrimônio cultural é um elemento fundamental na definição da maneira pela qual a sociedade enxerga-se, dos elementos que ela

valoriza e do legado que pretende deixar para seus herdeiros. “O patrimônio é um retrato permanentemente atualizado da imagem que a sociedade tem de si. O que expressa ao mesmo tempo as riquezas e tragédias que a compõem, um mosaico complexo e contraditório da diversidade cultural do mundo” (Teixeira, 2013, p. 83).

A busca pela preservação do patrimônio e da memória tem sido um dos caminhos pelos quais a sociedade vem retomando a sua história e seu passado (Angelo; Siqueira, 2018). No âmbito do turismo o patrimônio é considerado um produto que exerce sobre o consumidor atração, uma vez que aproxima o turista com a cultura local. Sua concepção remete diretamente à afetividade, integridade e identidades locais (Gastal, 2002). A atividade turística em torno de um bem cultural é cercada por uma estrutura de suporte para o turismo, encontrando-se um desenvolvimento significativo, auxiliando também a preservação (Tadini, 2010).

“A sociedade toma para si o espaço, adaptando-o à sua imagem, a partir das transformações impostas por ela na cotidianidade” (Monastirsky, 2009, p. 329). Os lugares de memória são considerados em potencial para (re)significar a história, e não apenas a conservação sistemática dos objetos e de lugares, mas sim das suas representações culturais, no qual a história não se faz mais presente. E nesse sentido, esses lugares estariam relacionados à hereditariedade, nos aspectos da língua, da cultura, da religião, da psicologia coletiva e do vínculo com o território (Monastirsky, 2009).

Desta forma, compreende-se que o lugar detém fundamentação histórica e, portanto, a capacidade de evocar memórias. A diferença entre os lugares, é que a memória de cada lugar pode ser privilegiada ou invisibilizada, de acordo com os embates entre o Estado, órgãos de preservação e atores sociais. ‘O lugar é definido, segundo a memória ‘escolhida’ (Monastirsky, 2009, p. 330).

O fato pelo qual a memória se cristaliza, segundo Pierre Nora (1993) está ligada à aceleração da história, no momento que “a memória se perdura em lugares, como a história em acontecimentos” (Nora, 1993, p. 25). Nora, distingue a concepção de memória da história, e ainda estabelece uma relação estreita entre a memória e o lugar. O autor afirma que os lugares de memória são, “antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora”. Para Nora (1993), a memória encontra-se fragmentada e aponta para a necessidade de se manter a intenção de que o lugar seja um lugar de memória.

[...] lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações ou as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares

funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história (Nora, 1993, p. 6).

No entanto, aponta para o excesso de tornar todos os lugares em lugar de memória. Se todos os lugares são lugares de memória, potencialmente tudo poderia ser preservado. (Monastirsky, 2009, p. 330). É necessário, portanto, que as escolhas das memórias sejam resultadas de um processo democrático que evite a banalização da memória, ou a dessacralização do patrimônio, como sugere Fonseca (1997).

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa de um grupo em sua reconstrução de si (Polak, 1992). Sendo assim, a lembrança não a deixa cair no esquecimento e vai sendo rememorada à medida que há a necessidade de não se deixar esvair, sendo grafada, narrada, ou tornando-se fonte-histórica, utilizando a “memória social que é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história” (Le Goff, 1996, p. 426).

Para Chauí (2000), a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais. E distingue a concepção por memória como um fato puramente biológico, isto é, um modo de funcionamento das células do cérebro que registram e gravam percepções e ideias, gestos e palavras. Segundo a autora, a memória se reduziria, portanto, ao registro cerebral ou à gravação automática pelo cérebro de fatos, acontecimentos, coisas, pessoas e relatos (Chauí, 2000, p. 161).

No entanto, Chauí (2000) revela mais que um processo biológico, a memória é uma construção social e afetiva que serve de suporte para a caracterização de uma sociedade, a qual, sem memória registrada, não possui em si a capacidade de produzir presente ou futuro. Entende-se o que identifica a humanidade com algo por ela construído, o que identifica os indivíduos entre si, mas também os tornam únicos como comunidade. A memória é base para a identidade porque auxilia na manutenção dos laços de pertencimento da humanidade.

O conceito de “lugar de memória” nesta pesquisa encontra-se associado às análises sobre preservação e valorização do patrimônio. Segundo Huyssen (2000), a emergência da memória é um dos fenômenos culturais e políticos mais característicos de fins do século XX. Por isso, como exposto acima a necessidade de revisitar o passado está sempre presente na sociedade ocidental, de forma a instituir cada vez mais os “lugares de memória” através da monumentalização e da preservação de elementos que nos remete a experiência da presentificação do tempo que já não existe mais.

Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu (Pollak, 1992, p. 202).

Dessa forma, da junção entre a conceituação de memória e lugar surgem, os lugares de memória, que são aqueles espaços que a experiência da comunidade transformou em lugar museu, rua, prédio, objeto, monumento, entre outros. “O lugar de memória pode contribuir para uma metodologia que amplie os critérios dos inventários turísticos no que se refere às manifestações culturais” (Gastal, 2002, p. 77).

O lugar de memória possui uma representatividade própria, identidade única. É fechado em si mesmo, mas aberto às descobertas de suas significações. É dialético, especialmente em relação às memórias individuais o lugar tem um sentido das coisas que, muitas vezes, só é inteligível para os membros do grupo diretamente relacionados a ele. É desta forma que um lugar de memória, ao apresentar uma memória coletiva, pode confirmar ou reajustar uma memória individual, sem que, necessariamente, seja este um processo irrepreensível e inquestionável, apesar de legítimo. Assim, se os lugares de memória necessitam de intenção para a sua existência, então eles não existem por si mesmos, da mesma forma que não podem ser considerados como resultado de um processo espontâneo (Monastirsky, 2009, p. 329).

Nesse caso, a memória emerge de um grupo que ela une, há tantas memórias quantos grupos existentes; ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. (Halbwachs, 1990) O conceito de memória coletiva, de Maurice Halbwachs (1990), refere-se a uma memória social, exterior ao indivíduo, estendida no tempo, que guarda eventos acontecidos. “Essa memória é o invólucro das memórias individuais e conserva os fatos acontecidos na sociedade à qual o indivíduo pertence” (Monastirsky, 2009, p. 328).

Com a consciência coletiva, a sociedade mantém viva a memória coletiva, promove a disseminação da sua cultura e conserva o seu patrimônio, e é com a memória individual que o cidadão reconhece a si mesmo neste contexto, pois através do reconhecimento individual cada cidadão sentir-se-á alentado em lutar pelo direito à cidade direito que não é dado e sim conquistado, num campo aberto aos vários interesses da sociedade capitalista (Monastirsky, 2009, p. 329).

O pertencimento, a identidade cultural se dá pelo processo de referência que a memória individual encontra na memória coletiva (Halbwachs, 1990). A memória coletiva, nesse caso, “é formada pela convergência e aglutinação das várias memórias singulares sem necessariamente de haver equanimidade temporal ao mesmo tempo em que transcende ao

singularismo” (Monastirsky, 2009, p. 328) ou seja, sem o exercício dela o direito da história, a coesão social, dos grupos sociais, da nação não estaria assegurada.

Dessa forma, compreende-se que o patrimônio busca a identidade cultural e a memória dos cidadãos de determinada localidade, dando a ela o sentido de nacionalidade.

O patrimônio transcende o fato de ser um simples artefato e passa a ter um valor simbólico e ideológico para a sociedade e sua preservação decorre deste valor que a sociedade atribui a ele. O nexa da questão está em conhecer o sentido da sua construção histórica para aprender o seu significado simbólico (Camargo, 2002, p. 26).

A memória comporta diversos sentidos, havendo diversas categorias para designar seu conceito. No entanto, o presente trabalho se atentou em discuti-la, numa perspectiva voltada para a memória social. Visto que, a pesquisa estuda a roteirização de Câmara Cascudo como propulsor do patrimônio local, sendo esses lugares de memória, referia a uma memória social conferida a vida e obra de Luís da Câmara Cascudo abrangendo a comunidade local, aos visitantes, turistas e sujeitos que se inserem na localidade.

O estudo da memória social conforme explica Le Goff (1996, p. 426), se dá principalmente quando se pensa a memória no sentido de estudo histórico, suas transformações, seus significados, entre outros aspectos relacionados à sua trajetória, que deixam de ser entendida apenas como uma busca pelo que se passou e passa a adquirir sinônimo de continuidade, de fonte histórica. Nesse sentido, a memória é atribuída não só ao que rege a fatos passados, mas se torna um elemento valorativo, de uso simbólico, por contribuir com a perpetuação de processos históricos, possibilitando assim, a busca dos indivíduos pela sua identidade.

Para Fonseca (2007), o patrimônio cultural quando relacionado à memória coletiva, é produto de uma escolha e, portanto, tem um caráter arbitrário. Monastirsky (2009), acrescenta: “todas as ações políticas e sociais, resultado das lutas políticas e ideológicas, conduzem para uma maior ou menor intervenção no processo de ressignificação do patrimônio cultural (Monastirsky, 2009, p. 331).

O patrimônio tem uma ligação direta com a manutenção da identidade de um grupo social e o estabelecimento de políticas de preservação é algo fundamental para evitar sua degradação e esquecimento. Costa (2009), destaca a importância do turismo cultural para a difusão e reafirmação do patrimônio. “Visitas a bens patrimoniais são consideradas uma das melhores soluções disponíveis para a aquisição do capital cultural necessário para que indivíduos reafirmem seu vínculo a determinada classe cultural” (Costa, 2009, p. 82).

Para Margarita Barretto, a última década do século XX apresentou uma alta demanda, como não vista antes por lugares históricos a serem visitados por turistas. E completa que, diversos aspectos poderiam ser apresentados com motivadores dessa situação:

Certamente, com a proximidade da virada do milênio, um clima de nostalgia tomou conta do mundo. Assim, as pessoas pareciam ter a necessidade de sentir uma ligação emocional com os lugares, com a história das localidades visitadas e com o seu próprio passado (Barretto, 2007, p. 109).

A própria relação do espaço com a sociedade, passando pela memória, torna-se um traço a ser considerado. Há, portanto, uma história/memória de um espaço, por sua genealogia e o resultado da história das relações desse espaço com a sociedade. E esses espaços associam-se à sociedade e se destacam no meio urbano especialmente por apresentarem um suporte patrimonial seja ele material e/ou intangível (Monastirsky, 2009, p. 324).

Entende-se, que a memória é também um patrimônio, é o referencial de elemento social de um determinado lugar, e, mesmo que seja de maneira diferente do original, a preservação do patrimônio por meio de uma atividade econômica, como o turismo, oportuniza a dinâmica e o exercício do olhar para a construção da memória e de uma identidade cultural frente a um patrimônio. Sendo assim, a noção de patrimônio, percebida pela interpretação, apreensão e experimentação do passado, dialoga e se associa aos processos de uso, apropriação e preservação vinculados às vivências relativas à memória, à identidade, ao “tempo”, à cultura e à própria história (Angelo; Siqueira, 2018, p. 80).

De acordo com o exposto, as dinâmicas estabelecidas entre o patrimônio e o turismo refletem uma relação de complementaridade que se molda entre as aspirações de preservação e interesses por atividades econômicas. O patrimônio viabiliza dessa forma, uma alternativa de sustentabilidade financeira no turismo, à medida que o segmento turístico depende diretamente desse patrimônio como atrativo. Portanto, essa relação, além dos benefícios econômicos, de preservação e valorização dos elementos que compõem a memória de um grupo social, reforçam a questão identitária, possibilitando o conhecimento da própria população sobre o seu patrimônio.

Nesse sentido, o patrimônio cultural é compreendido como fator relevante para a manutenção da identidade cultural, e o turismo poderá auxiliar na obtenção de resultados relevantes, no que concerne à preservação da memória e da identidade cultural, ao apresentar para os visitantes a essência e os significados do patrimônio local. Desta forma, o turismo

cultural possibilita benefícios sociais e econômicos conferindo efeitos benéficos a partir da memória e da história do lugar a ser visitado.

1.2 Turismo cultural

Inspirados pelas viagens do período renascentista a *grand tour*, emerge de um movimento caracterizado por deslocamento de longa duração (três anos, em média) e não sazonais. Esse tipo de atividade atendia principalmente jovens rapazes pertencentes à elite britânica, que, em sua maioria, não exerciam atividades remuneradas. Uma das características mais marcantes do *grand tour* era sua forma convencional e regular, considerada como uma experiência educacional, um atributo de civilização e de formação do gosto (Costa, 2009, p. 25). Segundo a autora:

O Grand Tour, transformou as viagens em empreendimentos filosóficos e científicos, que permitiam ao viajante fazer comparações e formular, a partir delas, valores mais universais que aqueles engendrados em contato apenas com os costumes de seu local de origem. Essa forma de aprendizado era complementação indispensável à educação formal dos futuros dirigentes civis e militares e intelectuais europeus. [...] Nas palavras de Nugent, “o *grand tour* visava manifestamente enriquecer o espírito pelo saber, corrigir o discernimento, suprimir os preconceitos da educação, polir as maneiras, em uma palavra: formar um *gentleman* completo” (Costa, 2009, p. 25-26).

O *grand tour* como prelúdio do turismo cultural, revela-se interesse em explorar conjuntos arquitetônicos, museus que abrigavam grandes coleções e acervo de culturas passadas. A cultura continua sendo uma das principais motivações de viagens turísticas. “[...] ao sair de seu ambiente, o turista entra em contato com novos sabores da culinária local, com as músicas mais pedidas nas estações de rádio do local, com a forma dos habitantes locais de lidarem com visitantes”. Assim, a viagem despertou nos governos o interesse de atrair visitantes estrangeiros por meio dos monumentos (Choay, 2001).

A partir da década de 1970, muitos autores refletiram sobre o turismo cultural e produziram conceitos acerca da sua definição. Nessa pesquisa entende-se por turismo cultural o segmento que é caracterizado pela motivação do turista de se deslocar, especialmente com a finalidade de vivenciar os aspectos e cotidianos peculiares à cultura, compreende-se como instrumento para a valorização, a preservação do patrimônio e para o desenvolvimento sustentável da própria atividade, como afirma Costa (2009).

Para Camargo (2007), o turismo cultural é entendido como o deslocamento de pessoas interessadas por destinos de vocação cultural ou atraídas por certos aspectos da oferta que

possam se considerar culturais. O Ministério do Turismo (2017) revela que, o perfil do turista, cuja motivação da viagem concentra-se na apreciação cultural, geralmente tem alto nível de escolaridade; viajam acompanhados; hospedam-se em hotéis, pousadas e se reconhecem como turistas culturais.

Segundo Perez (2009), o turismo cultural é um segmento turístico que objetiva o contato direto com monumentos, sítios históricos e artísticos, entre outros elementos designados como patrimônio. Aponta que, essa atividade exerce um efeito positivo sobre eles contribuindo para a sua conservação, mas também pode acarretar efeitos negativos que devem ser evitados por meio da educação patrimonial e de medidas políticas concretas (Pérez, 2009, p. 116).

De acordo com Lucas (2003), o turismo cultural pode evidenciar e fortalecer ainda mais a relação da atividade turística com a cultura e podem ser fomento para o desenvolvimento e promoção da atividade, no qual as próprias comunidades investem na preservação do seu patrimônio, da sua história, da sua tradição contribuindo para um desenvolvimento sustentável.

Seja chamado de turismo cultural, turismo de patrimônio ou turismo de patrimônio cultural, o fenômeno de viajantes em busca de encontros excitantes e educativos com as pessoas, as tradições, a história e a arte dos povos. É uma tendência emergente na indústria do turismo. É uma maneira de atrair mais visitantes de outras nações, assim como satisfazer a crescente demanda do turismo doméstico por descobrir nossas próprias raízes e identidades (Lucas, 2003, p. 1).

O turismo cultural abrange atrativos com aspectos relacionados à cultura humana, como a história, o cotidiano, o artesanato e inúmeros aspectos relacionados ao conceito de cultura. Nesse caso, este tipo de turismo está atrelado à atração do turista por experimentar um cotidiano cultural diferente, seja com relação à cultura popular, arte, arquitetura, aos eventos festivos, museus ou lugares patrimoniais históricos (Barretto, 2000).

Barretto (2000) acrescenta que, a cultura é um importante atrativo, pois impulsiona e motiva o deslocamento das pessoas em busca de apreciar e conhecer as tradições de outra sociedade, como visitas aos museus, memoriais e monumentos que compõem o patrimônio do lugar.

A Carta de turismo cultural do ICOMOS (1976) define o turismo cultural como um fator social, humano, econômico e cultural irreversível. Após ampla revisão dos autores que dialogam sobre o segmento turístico, o Ministério do Turismo (2010), em parceria com o Ministério da Cultura e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e, realizou a releitura das atividades e suas características para, desta forma, definir e conceituar

o turismo cultural, pressuposto para orientar a formulação de políticas públicas para o segmento.

O Ministério do Turismo (2010), reitera que o segmento turístico abrange as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. Nesse sentido, o turismo cultural, entendido como o turismo que possui como principal atrativo aspectos da cultura humana, oferece a possibilidade de maior compreensão e comunicação entre os diferentes povos. Sendo considerados atrativos os bens patrimoniais e suas formas de expressão, criados para sua preservação e interpretação.

O objeto do turismo cultural é formado pelos elementos resultantes dos recursos culturais – materiais e imateriais – do local ou grupo visitado. Assim, os objetos que desencadeariam a visita do turismo cultural seriam os bens originários da cultura e formadores do patrimônio cultural do local visitado, em todos os seus múltiplos níveis (Costa, 2009, p. 48).

A possibilidade da preservação cultural, a expressão da identidade e o retorno às tradições foram marcados pelo novo tipo de turista que se desenvolveu ao longo dos anos, segundo Barretto (2007). Além disso, afirma a autora:

Isso demonstra a dificuldade de fazer generalizações e leva a pensar que o foco não deve ser saber se aumentou a proporção da demanda por turismo cultural em relação a outros tipos de turismo ou se esse turismo ocasiona menos interferências no núcleo receptor. O importante parece ser entender que o turismo cultural pode oferecer uma boa experiência aos envolvidos (Barretto, 2007, p. 86-87).

Dessa forma, considera-se que o fortalecimento das culturas contribui para a preservação do patrimônio, sendo ele vital para a manutenção da identidade cultural.

O turismo que possui como principal atrativo a oferta cultural histórica tem contribuído para manter prédios, bairros e até cidades. A preservação, a conservação e a recuperação do patrimônio histórico em sentido amplo fazem parte de um processo mais abrangente representado pela conservação e pela recuperação da memória. E a memória é o que permite que os povos mantenham sua identidade (Barretto, 2007, p. 97).

A Lei nº 11.771 de 2008 dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, segundo a qual:

A Política Nacional do Turismo estabelecida pela Lei propõe, ainda, que o MTur atue na preservação da identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística, refletindo no ordenamento e

desenvolvimento do segmento de Turismo Cultural na medida em que dá um tratamento de importância a preservação da cultura brasileira, explícita no inciso IX do Art. 5 da Lei do Turismo. No que concerne ao Plano Nacional de Turismo, a preservação do patrimônio deverá ser incorporada aos objetivos da Política de Turismo, sempre quando realizar sua atualização (que ocorre de 4 em 4 anos), definindo políticas e programas que se integrem a outros setores das áreas pública e privada em favor do patrimônio cultural do País (BRASIL, 2008).

Em relação ao apoio e incentivo à cultura, a legislação supracitada:

Define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, tendo como um de seus objetivos a conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro, passando a apoiar, portanto, outros órgãos do Governo Federal no tocante à preservação do patrimônio cultural brasileiro de interesse turístico, conforme estabelecido no Art. 3, parágrafo único. (BRASIL, 2008).

Durante esse processo de construção, os diferentes sujeitos, ocupantes de diferentes lugares sociais expressam suas percepções sobre si, sobre os grupos nos quais estão inseridos. É a partir dessas percepções que são estabelecidas as regras e normas sociais de convivência e que são criados os vínculos de pertencimento identitário (Martins; Vieira, 2006). Esse contato viabiliza a propagação da cultura tanto para os turistas quanto a comunidade que os recebem. No entanto, recomenda-se que a atividade turística seja planejada e organizada para que os atrativos turísticos sejam vistos não só como fonte de renda e emprego, mas como legado cultural deixado para as próximas gerações, como aponta Barretto, “a idéia não é manter o patrimônio para lucrar com ele, mas lucrar com ele para conseguir mantê-lo” (Barretto, 2000, p. 17).

Neste contexto, como assinalam Martins; Vieira (2006) o patrimônio cultural serve de sustentação material e/ou esteio de memória para a criação de laços de identidade, bem como de fixação dessas identidades dos sujeitos sociais.

Todo esse processo mobiliza as experiências cotidianas das pessoas e as memórias que envolvem seu passado. Dessa forma, a atividade turística auxilia no fortalecimento dos laços identitários locais e na ampliação do conceito “turista-cidadão” que consiste em transformar aquilo que poderia ser uma simples experiência turística na aquisição de conhecimentos e valores significativos e duradouros (Martins; Vieira, 2006, p. 36).

De acordo com Barretto (2000), o turismo cultural vem se destacando na sua segmentação turística. É importante considerar que a cultura tem a história como referência, à vista disso, o turista, ao ter contato com a história de determinado grupo, pode compreender as transformações, as permanências e as rupturas daquela sociedade visitada (Borges, 2015, p. 23).

Com a transformação do próprio conceito de cultura, ampliaram-se os limites do que se entendia pelas iniciativas de preservação dos bens patrimoniais. Costa (2009), destaca a importância da Conferência Mundial do México, de 1985, que passa a compreender também como patrimônio os aspectos imateriais, no qual se relacionam à identidade e memória dos diversos grupos sociais.

O Ministério do Turismo (2006) garante que, tais mudanças conceituais e das diretrizes de preservação ao patrimônio influenciaram na caracterização do segmento turístico, e no perfil do turista. Para tanto, Costa (2009) reitera que os elementos “que compõem o patrimônio cultural de determinada população devem ser tomados como recursos que poderão ser utilizados como fonte de atração do turismo cultural” (Costa, 2009, p. 50). Dessa forma, a partir do contato com os bens culturais contemplados pelo roteiro cultural Câmara Cascudo, turistas e visitantes através do lazer terão a oportunidade de conhecer a trajetória do potiguar.

A relação entre o turismo cultural e o patrimônio é estreita e fundamental. O segmento turístico em questão, refere-se à prática de viajar para conhecer, apreciar e vivenciar a cultura e o patrimônio de uma determinada região, como aponta Camargo (2007). E o patrimônio cultural compreende as tradições, costumes, monumentos, museus, bibliotecas, arquivos, sítios arqueológicos, artesanato, gastronomia, entre outras expressões culturais de uma determinada sociedade ou grupo. Nesse caso, o patrimônio torna-se um dos principais atrativos para o segmento. Podendo ser uma importante ferramenta para a preservação e valorização do patrimônio, além de gerar benefícios para a economia local e para a promoção da identidade cultural de uma região.

Dessa forma, o desenvolvimento do turismo cultural está diretamente relacionado ao esforço de preservação dos bens culturais. Cabe destacar aqui, essa dimensão, pois é ela que permite compreender o objetivo da pesquisa, uma vez que o patrimônio cultural representa a base no desenvolvimento do turismo cultural em Natal. E pode agir como incentivador deste processo, fazendo com que através dele a população local entrem em contato com sua história, cultura e patrimônio, conhecendo-os e a partir disso valorizando-os, obtendo como consequência a preservação da sua memória e identidade.

Portanto, o turismo cultural requer contato com a população local, uma interação do turista com a localidade e seus aspectos culturais. E essa relação intrínseca entre turismo cultural e o patrimônio abordada acima demonstra que o patrimônio é pedra angular para a preservação à memória e a identidade de um povo, e aponta o turismo cultural como um forte contribuinte para sua manutenção e conservação desses bens.

Segundo o Ministério do Turismo (2006), o turismo cultural implica em experiências positivas do visitante com o patrimônio histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo a favorecer a percepção de seus sentidos e contribuir para sua preservação.

Vivenciar significa sentir, captar a essência, e isso se concretiza em duas formas de relação do turista com a cultura ou algum aspecto cultural: a primeira refere-se às formas de interação para conhecer, interpretar, compreender e valorizar aquilo que é o objeto da visita; a segunda corresponde às atividades que propiciam experiências participativas, contemplativas e de entretenimento, que ocorrem em função do atrativo motivador da visita (Brasil, 2006, p. 30).

Nesse caso, a possível experiência proporcionada ao turista que busca conhecer uma cidade e seus lugares de memória, evidenciando a cultura e as tradições locais, é o que desperta o interesse do turista. A visita a esses espaços ocupa importante função para o desenvolvimento da atividade turística. Efetiva-se quando da apropriação de algo que possa ser caracterizado como bem cultural. Nesse sentido, o turismo tende a considerar o patrimônio cultural como determinadas atividades culturais, tais como visitas aos museus, a realização de roteiros temáticos (Borges, 2015).

Os bens culturais, podem constituir-se em importantes elementos de atração turística e de conscientização social, como afirma Borges (2015). E ressalta, que os turistas e a população local devem reconhecer no conjunto de bens, a riqueza e a pluralidade cultural existente.

Todos os esforços para a conservação dos bens do patrimônio cultural devem objetivar o incremento do entendimento daqueles que o visitam ou que vivem em seu espaço físico. O caminho mais efetivo para tornar estes valores conhecidos é a experiência direta de visita que pode ser conseguido por meio do turismo cultural (Costa, 2009, p. 81).

Conforme visto, as atividades turísticas devem desenvolver-se sem comprometer a cultura e o modo de viver das comunidades hóspedes. A busca pelo equilíbrio entre a difusão do patrimônio e o turismo em massa continua sendo um grande desafio. No entanto, como aponta, Costa (2009) as visitas aos bens patrimoniais, desenvolvida pelas atividades turísticas, ainda são consideradas uma das formas mais convenientes e satisfatória para a apropriação cultural, a fim de que indivíduos reafirmem seu vínculo a determinada classe cultural (Costa, 2009).

Para Borges (2015), o segmento do turismo cultural efetiva-se quando da apropriação de algo que possa ser caracterizado como bem cultural. Neste caso, o turismo tende a considerar o patrimônio cultural como determinadas atividades culturais, tais como visitas aos museus, a realização de roteiros temáticos, o contato direto com as tradições locais, entre outros.

Dessa forma, os bens culturais, tais como os prédios históricos de Natal, no qual abriga o Memorial Câmara Cascudo, Instituto Histórico e Geográfico de Natal; o Cemitério do Alecrim, podem constituir-se em importantes elementos de atração turística e, possivelmente na apropriação social, desses espaços. Fazendo com que a comunidade local, sobretudo, e os turistas reafirmem sua identidade cultural a partir do conjunto de bens, da alteridade e da pluralidade cultural existente no meio experienciado.

Grinover (2006) destaca a importância da hospitalidade nos espaços urbanos, e sua aplicação prática na área do turismo como solução possível e necessária para o bom funcionamento do sistema turístico do país. Segundo o autor, para promovê-la é necessário oferecer aos visitantes uma experiência autêntica, permitindo aos visitantes conhecerem e valorizar a cultura local. Nesse caso, o roteiro turístico proposto na pesquisa, visa promover uma experiência para além dos pontos turísticos conhecidos, incluindo visitas a bairros tradicionais, ao espaço cemiterial, a restaurantes locais e outras atrações que refletem sobre a memória de Câmara Cascudo e a cultura da cidade.

A hospitalidade no contexto urbano, segundo Grinover (2006) está presente nos pequenos detalhes, como um sorriso no atendimento, uma informação precisa ou uma sugestão de programa adequada ao perfil do visitante. E nesse caso, para promovê-la necessita-se investir na capacitação dos profissionais do setor turístico, desde atendentes em hotéis até guias de turismo e motoristas de táxi e aplicativos, para que estes possam oferecer um atendimento de qualidade e transmitir o melhor da cultura local aos visitantes. Além disso, é fundamental investir em infraestrutura, segurança e limpeza pública, para garantir um ambiente agradável e receptivo aos turistas.

Todos os esforços para a conservação dos bens do patrimônio cultural devem objetivar o incremento do entendimento daqueles que o visitam ou que vivem em seu espaço físico. O caminho mais efetivo para tornar estes valores conhecidos é a experiência direta de visita que pode ser conseguida por meio do turismo cultural (Costa, 2009, p. 81).

Barretto (2007) revela que

O turismo que possui como principal atrativo a oferta cultural histórica tem contribuído para manter prédios, bairros e até cidades. A preservação, a conservação e a recuperação do patrimônio em sentido amplo fazem parte de um processo mais abrangente representado pela conservação e pela recuperação de memória. E a memória é que permite que os povos mantenham sua identidade (Barreto, 2007, p. 97).

No turismo cultural, a visita ao centro histórico de uma cidade é considerada uma das programações mais propícias para os turistas que visitam a localidade. Pois, refere-se à parte localizada no coração da cidade, frequentemente, o centro de uma cidade conta a história daquele espaço. Assim, ao conhecer os prédios históricos, as igrejas, as ruas, as fortalezas e todas as demais construções que normalmente integram o centro histórico de uma cidade, o viajante tem contato com a história local (Borges, 2015, p. 192).

O Centro Histórico de Natal com suas ruas estreitas e casas coloridas, é um importante centro cultural do Nordeste brasileiro, com um rico patrimônio cultural que valoriza as tradições do estado. Tem-se um importante conjunto arquitetônico revelando a história e a cultura natalense, com destaque para o Teatro Alberto Maranhão e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. De acordo com Meneses (2004), toda cidade é histórica, uma vez que a partir de determinado processo histórico (a sua fundação por indígenas, a chegada de estrangeiros no local com a formação das primeiras aldeias etc.), uma cidade foi constituída. Assim, o conjunto de conhecimentos relativos ao passado daquele lugar auxilia na compreensão do espaço urbano que visitamos no presente (Meneses, 2004). Segundo Costa:

O objeto do turismo cultural é formado pelos elementos resultantes dos recursos culturais – materiais e imateriais – do local ou grupo visitado. Assim, os objetos que desencadeariam a visitação do turismo cultural seriam os bens originários da cultura e formadores do patrimônio cultural do local visitado, em todos os seus múltiplos níveis (Costa, 2009, p. 48).

As condições básicas para desenvolver o turismo sobretudo, conforme visto, exige a apropriação da hospitalidade pública/ urbana na construção de um imaginário positivo da cidade, expresso, antes de tudo, na qualidade de vida dos moradores em termos de educação, limpeza pública, saneamento, presença de espaços verdes, de áreas de lazer públicas, marcando um bem viver que encaminhe o bem receber (Gastal; Moesch, 2007).

O encadeamento do turismo com a hospitalidade é essencial, compreende-se a hospitalidade no espaço urbano como um fator que pode influenciar positivamente a experiência dos turistas na cidade. Quando se desenvolve políticas de hospitalidade na cidade, os turistas se sentem mais bem-vindos e acolhidos, o que pode tornar a sua viagem mais agradável e satisfatória, como aponta Borges (2015). Além disso, a hospitalidade na dimensão social pode contribuir para a imagem positiva da cidade, atraindo mais turistas e investimentos. Para sua promoção, são necessários investimentos em infraestrutura turística, como hotéis, restaurantes e atrações, além de desenvolver políticas públicas que estimulam a interação entre

turistas e moradores locais. Vale ressaltar também, a necessidade de incentivar a valorização da cultura e das tradições locais, tornando a cidade mais atrativa e autêntica para os visitantes.

Assim, é fundamental que a secretaria de turismo trabalhe para oferecer uma experiência agradável e acolhedora aos turistas mantendo a confortabilidade dos espaços, promovendo a hospitalidade nesse contexto, como uma forma de tornar a cidade mais competitiva no mercado turístico.

1.3 Hospitalidade no contexto urbano

A pesquisa realizada visando a discussão da hospitalidade em contexto urbano se apoia em conceitos já consolidados no campo da hospitalidade que evoluem e se adaptam constantemente ao crescimento das cidades e do cotidiano urbano. A hospitalidade afirma-se na relação social e implica os valores de solidariedade e sociabilidade (Grinover, 2014, p. 4).

Para Marcel Mauss (1933), a hospitalidade é uma dádiva, é resultado de um dom, inclusive para reparar os entraves dos interesses sociais. Na contemporaneidade, o conceito foi sofrendo transformações, se afastando da sua especificidade, adquirindo novos significados e demandas. A obtenção do capital supera a intenção de fazer o bem e conservar os valores, Grinover (2014, p. 4), nesse caso, critica o que hoje se tem por uma “instrumentalização da hospitalidade pelo dinheiro”.

Entender o significado etimológico do termo hospitalidade é o primeiro passo na direção do entendimento de seu universo interpretativo. A origem da palavra faz referência ao latim *hospitalitate*, que significa o ato de hospedar e oferecer acolhimento afetuoso. Hospedar, por sua vez, derivado do latim *hospitare*, é entendido como o ato de dar hospedagem a alguém, de recebê-lo como hóspede, de dar-lhe abrigo, sentido original também no latim *hospitiu*, ou hospício, do qual derivou a palavra francesa *hospice*, antes usada para descrever lugares de acolhimento (Stoll, 2006).

A hospitalidade corresponde a “um conjunto de leis não escritas que regulam o ritual social cuja observância não se limita aos usos e costumes das sociedades ditas arcaicas ou primitivas. Esses usos e costumes continuaram a operar e até hoje se exprimem com toda força nas sociedades contemporâneas” (Camargo, 2004, p. 17). Segundo o autor, a relação entre o “hóspede e o anfitrião” é objeto da hospitalidade no exercício do resgate dos vínculos sociais, socializando os sujeitos e abstendo-se de um ambiente hostil.

Para Camargo (2004, p. 52), essa prática é manifestada em tempos e espaços diferentes, que podem ser analisados de forma individual; porém, devem ser compreendidos de forma

integral e sistêmica. Traduz-se como “um ato humano, exercido em contexto doméstico, público ou profissional, de recepcionar, hospedar, alimentar e entreter pessoas temporariamente deslocadas de seu habitat natural” (Camargo, 2004, p. 19).

Ao analisar as dimensões conceituais de hospitalidade, adota-se também como referencial teórico para o estudo do tema, o conceito de hospitalidade no contexto contemporâneo enquanto fenômeno social, encontra-se fundamentado na presente discussão sob a perspectiva de Lúcio Grinover (2007, 2009) no qual, teoriza sobre a hospitalidade como a relação entre hóspedes e instituições, pessoas e organizações integradas em um sistema de natureza institucional, pública, privada ou familiar.

Em sua perspectiva, a hospitalidade no contexto urbano é entendida como uma relação entre o espaço público e as pessoas que o habitam ou visitam, baseada no acolhimento, na segurança e no conforto. Para Grinover, o espaço urbano deve ser concebido de forma a promover o bem-estar dos indivíduos, oferecendo-lhes condições adequadas de habitação, transporte, lazer, cultura e serviços. A hospitalidade no contexto urbano, nesse sentido, consiste em um conjunto de práticas e valores que colaboram para a construção de ambientes urbanos mais humanizados e inclusivos, nas cidades.

Em relação aos aspectos do espaço público, Grinover (2013) fornece uma análise sobre as principais implicações para o exercício da hospitalidade no contexto urbano. Refere-se a ela a partir da utilização de conceitos como ambiente urbano, favorecendo a qualidade de vida nesse espaço através de uma “política de hospitalidade”.

A hospitalidade assim, relaciona-se ao estabelecimento de vínculos do homem com o espaço social. O estudo centraliza-se nas práticas sociais que ocorrem nesse meio, o que possibilita certo aprofundamento sobre as interações e as formas de apropriação que ali ocorrem (Grinover, 2007). Segundo o autor, ela depende da coexistência de três fatores: acessibilidade, legibilidade e identidade, dimensões que envolvem aspectos de ordem social, cultural, histórica, econômica e ambiental. Ele ainda destaca que a concepção desse conceito carece de estudos mais profundos, levando em consideração a sua complexidade e interdisciplinaridade. A premissa consiste no fato de não ser uma escolha individual, mas sim resultado do coletivo, da urbanidade por meio de aspectos como o transporte, a acessibilidade e a migração, entre outros:

A acessibilidade refere-se à dimensão tangível (física, de acesso aos lugares) e intangível (acesso cultural, à cidadania). A legibilidade diz respeito à decodificação do microcosmo urbano. E a identidade, é alcançada pela relação entre sistemas espaciais, temporais, e sociais da cidade, ou ainda, por fatores culturais, tais como a organização da comunicação e o sistema de lugares (Grinover, 2019, p. 224).

Dessa forma, a acessibilidade para Grinover (2019) é compreendida através da relação direta com a mobilidade urbana, do direito ao acesso igualitário às oportunidades tangíveis aos cidadãos, tais como mobilidade urbana, serviços de infraestrutura, educação, saúde e oportunidade de trabalho. E intangíveis, tais como cultura, lazer e informação. Aspectos e serviços essenciais que estimulam e proporcionam o convívio e a interação social. E que implicam, segundo o autor, no prolongamento da expectativa de vida e, portanto, o envelhecimento da população citadina, fato esse tratado comumente por arquitetos e urbanistas (Gehl, 2018).

Nesse caso, a categoria de acessibilidade está diretamente relacionada com a de qualidade de vida, pois Grinover (2013) afirma, que o acesso aos serviços essenciais pode servir de parâmetro para destacar o grau de satisfação e servir de referências para que os gestores públicos promovam inclusão social e aprimoramento da qualidade de vida dos moradores. Por legibilidade, entende-se como uma forma de “ler” a cidade,

Bem como sua relação com o passado e com a memória, a partir das modalidades com que a cultura utiliza a tradição física, a cidade construída, as arquiteturas, os monumentos e a tradição, por meio dos signos, códigos comunicativos, interpretativos, celebrações. Relevância oriunda da capacidade de significar o pertencimento ao passado e de reproduzir a história. Por legibilidade pode-se entender como a qualidade visual da cidade, a imagem mental, ou seja, uma cidade legível é aquela que pode ser reconhecida e organizada de forma coerente (Bitelli; Bastos, 2018, p. 464).

A legibilidade é um aspecto importante da hospitalidade no contexto urbano, refere-se à facilidade de compreensão da cidade pelos turistas. Quando a cidade é legível, os turistas conseguem se orientar mais facilmente e desfrutar de todas as suas atrações com mais tranquilidade. Entre os aspectos que contribuem para a legibilidade da cidade estão a clareza das informações disponíveis em mapas, placas e sinalizações, a organização espacial dos pontos turísticos, a qualidade do transporte público e a sensação de segurança oferecida pela cidade, destaca Borges (2015).

Grinover (2007, p. 150) aponta a identidade como “algo vivo, sempre em uso, necessário e amado, lugares de confluências das memórias passadas e, sobretudo, das memórias futuras”. Nesse caso, a identidade estaria ligada diretamente às manifestações e tradições culturais criadas pelos grupos sociais, no qual interagem e se firmam no espaço e no tempo. A valorização destas tradições e a formação dessas identidades estimulam as relações de pertencimento, coesão social, autoestima e reconhecimento da comunidade local.

O pertencimento é vital: ‘despertencidos’ e desapropriados de nossas raízes perambulamos por nossas cidades, sem mitos fortes que nos amarrem, nossas heranças se perderam e não temos o que colocar no lugar: somos seres desagregados e sem coesão. No entanto, o desejo de pertencer a uma cidade, a um grupo, a um espaço ou a uma ‘tribo’ tem impulsionado movimentos sociais e ações culturais (Grinover, 2006, p. 35).

Em conjunto, acessibilidade, legibilidade e identidade são aspectos fundamentais da hospitalidade no contexto urbano, uma vez que contribuem para uma experiência mais agradável e inclusiva nas cidades, tanto para moradores quanto para os turistas.

Bastos (2004) argumenta que os laços sociais nos espaços urbanos contemporâneos estão neutralizados, pois não há elementos identitários que caracterizem o espaço social. Por isso, o visitante não consegue dispor desses elementos livremente. A autora, então, defende que a interpretação do espaço urbano, considerando seu patrimônio, deve ser um processo compartilhado com o morador local, pois só assim os turistas conseguiram apropriar-se das tradições e costumes locais e se sentir em uma cidade hospitaleira.

Identidade, autoestima, sentimento de pertencimento, todos estão fortemente conectados aos pontos de referência que as pessoas têm no espaço onde vivem. Identidade é um fator preponderante da qualidade de vida urbana, representa a síntese do relacionamento entre o indivíduo e sua Cidade. O senso cívico, o convívio do coletivo, a descoberta do outro, a construção de uma identidade comum, têm, por excelência, como palco os espaços públicos, parques, praças, equipamentos comunitários; espaços públicos em quantidade suficiente, bem desenhados e bem tratados, refletindo o apreço que a sociedade tem por eles. [...]. É o espaço que agrega e integra (Grinover, 2019, p. 226).

De acordo com Gehl (2018), as cidades podem ser lidas e estudadas através do olhar, do caminhar e do conversar. O estudo da hospitalidade no contexto urbano é uma forma de leitura da cidade. Ao analisar os aspectos de acessibilidade, legibilidade e identidade que fazem dos seus espaços uma cidade hospitaleira, revelam dados no sentido de compreender a sua apropriação ao espaço público (ao serem mais utilizadas, ou menos frequentadas) pela comunidade e turistas.

Gehl (2018) reflete sobre a cidade como um espaço de convívio e de exercício da cidadania. Compreende-se, portanto, como um espaço que ultrapassa os limites demarcados territorialmente, “a cidade é o espaço no qual se estabelecem as relações de vida e de trabalho. Ao mesmo tempo em que estão definidas, neste contexto, as normas, a distribuição do poder e demais relações que compõem o contexto local” (Bitelli; Bastos, 2018, p. 464). Nesse sentido, os autores atentam que, a busca pela cidadania quanto ao acesso aos direitos de uso do

território/espço da cidade, permeiam pela noção dos laços de pertencimento e, mediante as práticas sociais e culturais, de reconhecimento das instituições públicas.

A hospitalidade no espaço urbano passa pelo acolhimento, ordenamento e preservação geral das paisagens urbanas, dos patrimônios culturais e dos lugares públicos, onde turistas e moradores frequentam o espaço urbano, devendo primar pelo respeito, solidariedade, proteção e orgulho dele. Refere-se à qualidade do espaço urbano, facilita a emergência do sentimento de bem-estar e segurança do estrangeiro, permitindo autonomia de deslocamento e tomada de decisões (Baptista, 2008).

Dessa forma, a hospitalidade no contexto urbano busca maneiras práticas que assegurem a estada do visitante, seja ele um estrangeiro, um grupo ou familiares, tendo em vista as diferenças culturais, principalmente.

Hospitalidade para a cidade é ter consciência, descobrir e valorizar suas próprias riquezas; é uma descoberta de si e de um novo olhar sobre seus próprios recursos; a cidade é o lugar onde se pratica a hospitalidade, onde se dá o encontro com o 'outro', na posição de anfitrião que recebe para mostrar sua cultura, sua história (Montandon, 2004, p. 18).

Lugares de hospitalidade manifestam-se enquanto base da sociabilidade humana, Grinover (2019) descreve:

Trata-se de receber o outro em meu território, que faz com que a territorialidade e as formas básicas de interação social tenham papel fundamental nas comunicações e nas relações de hospitalidade no mundo globalizado. É a territorialidade que marca a formação dos grupos sociais e determina sentimentos de pertencimento, na medida em que os membros dos grupos desenvolvem conjuntos próprios de códigos a partir das relações primárias que se estabelecem entre si (Grinover, 2019, p. 236).

A hospitalidade em termos teóricos é um fenômeno multifacetado, demandando diferentes saberes para sua compreensão. Ela se apresenta em diferentes esferas, entende-se a hospitalidade, como a acessibilidade, legibilidade e identidade que a cidade desenvolve ou deve desenvolver em seus espaços públicos. Nesse sentido, destaca-se alguns aspectos físicos da infraestrutura e da prestação de serviços (dimensão humana) que as cidades devem proporcionar para assegurar qualidade de vida aos seus moradores e visitantes.

Para um acolhimento eficiente, que se atente às necessidades de desenvolver a hospitalidade em espaços urbanos, destacam-se a receptividade, forma cordial com que a comunidade deve receber e orientar turistas, a sinalização turística, os centros de informações em aeroportos, rodoviárias, hospitais, praças públicas e a segurança pública, dentre outros que possibilitem ao visitante uma experiência confortável e segura. Essas demandas se expressam

também por meio de uma materialidade, como por exemplo, bancos nas praças para que as pessoas possam sentar-se, sombreiros e abrigos para que possam se proteger do sol e da chuva, placas de sinalização, permitindo que os deslocamentos sejam feitos com segurança, entre outros.

É importante reconhecer, no espaço público, as maneiras pelas quais se materializa o sentido de hospitalidade e/ou de hostilidade em relação ao usuário desse espaço, seja ele morador ou visitante. Reconhecendo-se essa materialidade, é possível trabalhar pela construção de espaços públicos mais hospitaleiros e assumir a hospitalidade como um elemento integrador de sociedades e culturas e orientador das políticas públicas (Grinover, 2019, p. 242).

A hospitalidade pública se instaura na recepção em espaços e órgãos públicos de livre acesso. Acontece na decorrência, de ser atendido em suas expectativas de interação humana, podendo ser entendida, tanto no cotidiano da vida urbana, que privilegia a própria comunidade, como na dimensão turística, que pode se efetuar esporadicamente, e até mesmo na esfera política em um sentido mais amplo, na problemática dos migrantes de países mais pobres em direção aos desenvolvidos (Camargo, 2004). É uma relação importante para a hospitalidade em contexto público, pois, segundo o autor, ela consiste no ato de receber e acolher bem as pessoas que chegam a seus espaços públicos organizados e estruturados.

A experiência do indivíduo, nesse caso o “estrangeiro”, e a satisfação das suas expectativas começam com a chegada à localidade, o modo como ele é recebido/acolhido nos equipamentos turísticos e por meio do contato com os prestadores de serviços e através do contato com os cidadãos locais, sendo de grande importância para que a experiência no local possa ser considerada positiva.

Os espaços públicos proporcionam muitas vezes o lazer, tanto para a comunidade local quanto para os visitantes, por estarem em posições relativamente estratégicas e geralmente serem pontos atrativos. Por isso, a sua valorização e conservação são importantes para se construir uma cidade com base nas políticas de hospitalidade, sobretudo, para o fortalecimento da sua identidade e memória coletiva do povo.

Nesse sentido, ao pensar sobre essas relações humanas, sociais e espaciais estabelecidas pela hospitalidade nos espaços públicos, entende-se o seu potencial no reconhecimento social, na integração compreendendo a identidade, exprimindo valores simbólicos, como aponta Grinover (2006).

Ao tratar sobre o conceito de hospitalidade no contexto urbano, faz-se necessário procurar a representação da cidade contemporânea pelo viés do habitante local. O autor atenta-

se para importância dos seus habitantes e gestores em desenvolver políticas de hospitalidade, e reflete sobre as três dimensões fundamentais: a acessibilidade, a legibilidade e a identidade, conforme exposto anteriormente, que proporcionam a compreensão da cidade para o próprio habitante, para quem dela se aproxima, se introduz e se apropria (Grinover, 2006).

Dessa forma, o autor conclui a reflexão sobre as relações de hospitalidade na cidade, ao afirmar que a cidade “torna-se mais hospitaleira na medida em que o usuário a lê com mais facilidade, e seus elementos constitutivos são percebidos e interpretados sem grandes esforços” (Grinover, 2002, p. 35). Isso porque a cidade, enquanto espaço urbano é produto das relações humanas no espaço social (Gehl, 2018).

A hospitalidade em espaços culturais é diferente das técnicas adotadas para ambientes comerciais, e por isso nem sempre são aplicáveis no contexto do espaço público, como aponta Borges (2015). A boa experiência em locais públicos, destacam-se aqui espaços museológicos, teatros, praças públicas, centro de convenções, espaços culturais, entre outros além de despertar de uma experiência turística satisfatória, tende a ter a missão de envolver a comunidade local na identificação com o patrimônio.

A interpretação do patrimônio deve ser um processo compartilhado com o morador, cuja aproximação inicial a tais locais pode ser favorecida com a realização de atividades de entretenimento e lazer em suas instalações e proximidades. A hospitalidade inscreve-se nesse contexto de valorização da memória e da história (Bastos, 2006, p. 51).

A hospitalidade, nesse caso, pode ser a ferramenta de aproximação entre a comunidade e o espaço cultural. Por exemplo, na forma que o monitor atende o visitante, procurando adaptar o discurso de interpretação do patrimônio, respeitando as características dos diferentes grupos, como idade, sexo, etnia, cultura, nível de motivação pela localidade e outras singularidades. Nesse sentido, percebe-se como a hospitalidade pode ser entendida como um fato social

Isto porque há uma implicação social na doação do gestor público ao hóspede urbano com a oferta de benfeitorias, o estímulo que estas podem provocar na identidade e pertencimento do morador para com a cidade. Há a implicação econômica na retribuição do hóspede urbano com as ações de civilidade já mencionadas e do turista ao visitar a cidade, e política, pois envolve todos aqueles que vivem a cidade, desde moradores, gestores a turistas (Wassall; Salles, 2016, p. 8).

O turismo cultural, segundo Barretto (2000), é um segmento turístico que vem ampliando cada vez mais na sociedade pós-moderna, onde diferentes culturas, paisagens e histórias são interessantes para o incremento da oferta turística. Entretanto, é necessário que a hospitalidade no contexto urbano, não sejam excludentes com a comunidade local, que tem o

direito de usufruir destes espaços, pois a hospitalidade na sua dimensão social sobretudo, deve ser aplicada a todos.

A hospitalidade no contexto urbano propicia a confortabilidade do espaço público de forma a garantir a capacidade do lugar de promover a integração nas esferas do desenvolvimento econômico e social do ambiente urbano e contribui para aumentar a qualidade de vida para moradores. Portanto, a experiência hospitaleira proporcionada aos visitantes nos espaços urbanos visitados está atrelada à qualidade de vida dos moradores locais. Talvez, este seja um grande desafio atual para a sociedade civil: o de garantir qualidade de vida, bem-estar e segurança para turistas e população local, com boa gestão pública e bom planejamento urbano e turístico. Devido ao fato de a hospitalidade ser um dos diferenciais que possibilita maximizar a qualidade da experiência turística, pretende-se contemplá-la em todas as estações do roteiro.

2 CÂMARA CASCUDO: PROPOSTA DE ROTEIRO NA PERSPECTIVA DO TURISMO CULTURAL

“Ir à Natal e não ver Cascudo é qualquer coisa parecida com ir à Roma e não ver o Papa. Depois do rio Potengi e do Forte dos Reis Magos (ele) é a maior atração de Natal” (Sales Neto, 2009).

Considerando que a identidade e memória, de uma comunidade ou uma nação, mantém-se, sobretudo, através da preservação do seu patrimônio (Pelegri, 2006), objetiva-se a proposição de um roteiro estruturado na memória social conferida a vida e obra de Luís da Câmara Cascudo. Um intelectual *avant la lettre*, nascido em 30 de dezembro de 1898, na cidade de Natal no Rio Grande do Norte. Oriundo de uma família tradicional, de grande prestígio político e econômico na sociedade norte-rio-grandense, Luís da Câmara teve o privilégio do acesso a uma formação intelectual erudita (Sales Neto, 2007).

Em 1918, iniciou sua atividade literária por meio da publicação de artigos em um jornal local de propriedade da família Cascudo, *A Imprensa*. Entre os anos de 1918 e 1922, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia e se transferiu para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, não chegando a concluir a formação médica. No período de 1924 a 1928, estudou na Faculdade de Direito do Recife, onde se formou em Ciências Jurídicas e Sociais. Durante sua vida participou do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), tornando-se um escritor ativo também nos jornais *A República* e *Diário de Natal*, por meio dessas crônicas cotidianas, Cascudo estabeleceu um diálogo direto com os natalenses, informando acerca do passado e das culturas locais (Sales Neto, 2009, p. 117).

A produção intelectual de Luís da Câmara Cascudo lhe assegurou um lugar de destaque entre os principais intérpretes do Brasil. O escritor potiguar escreveu mais de 150 livros de cunho histórico, biográfico, memorialístico, 300 artigos e 1.500 cartas um pesquisador e correspondente compulsivo as “Cartas Perguntadeiras”. Autor de clássicos do pensamento brasileiro como *Cinco Livros do Povo*, *Vaqueiros e Cantadores* e *Literatura Oral*, suas obras são reconhecidas como um dos pilares da construção da identidade brasileira, pioneiro em estudos publicados sobre a cultura da alimentação brasileira, tais como a *História da Alimentação no Brasil*, *Civilização e Cultura*, *História da Cidade do Natal* retratou a cultura popular, como aspectos da literatura e sua valorização cultural (Cascudo, 1999, p. 11).

Figura 1 - Escritor Câmara Cascudo



Fonte: Vermelho (2024).

Consagrado um dos maiores folcloristas brasileiros, fundou a Sociedade Brasileira de Folclore em 1941, buscou apresentar o que se entende por folclore e suas dimensões afirma, “o folclore sendo uma cultura do povo é uma cultura viva, útil, diária, natural”. Enfatizou a importância de estudá-lo para compreender as “raízes do povo brasileiro” e como forma de assegurar a continuidade das tradições no tempo e no espaço. Apesar de ser internacionalmente conhecido como folclorista, o título se deve pela obra *O Dicionário do Folclore Brasileiro*¹ (1954). Câmara foi nomeado oficialmente pelo prefeito de Natal, Sylvio Piza Pedrosa, como historiador da cidade do Natal (1948) e contribuiu decisivamente para produzir uma historiografia sobre a cidade.

O ilustre cidadão potiguar, também era representado pelo lugar físico que sua casa ocupava na cidade de Natal. Situada no meio da subida que leva do bairro popular da Ribeira para a praça principal da cidade, pode-se dizer, que Cascudo pretendia estar no “meio da ladeira” entre a cultura popular dos pescadores da Ribeira e a cultura erudita dos frequentadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (Paiva, 2003, p. 49).

Câmara Cascudo foi casado com Dhália Freire, com quem teve uma convivência harmoniosa, viveu por mais de 50 anos no casarão da Ribeira, onde criaram seus filhos, Fernando Luís e Anna Maria. Vindo a falecer em 30 de julho de 1986 na Casa de Saúde São Lucas, em Natal (Cascudo, 1999).

¹ A obra aborda práticas culturais do folclore, apresentando tradições múltiplas do Brasil aos brasileiros. A primeira edição foi prefaciada pelo ministro da educação Antônio Balbino, a pedido do Governo Federal.

Nas palavras de Arrais (2011, p. 11), Luís da Câmara Cascudo singulariza a “paisagem cultural do Rio Grande do Norte pela sua luminosa erudição, pelos amplos horizontes do interesse intelectual e pela pesquisa sistemática das manifestações da cultura popular”.

A relação de Luís da Câmara Cascudo com Natal e o Rio Grande do Norte é uma relação de pertencimento, de compromisso de fazer a revitalização desses lugares, de explicar a importância desse lugar para o povo, mas com o bairro cidade alta é ainda mais profundo a relação, pois foi lá que ele morou boa parte de sua vida. Onde hoje é situada a Avenida Câmara Cascudo, que liga a Cidade Alta a Ribeira e que se localizava a sua principal residência e que hoje abriga um dos mais importantes acervos da cultura e da memória do estado, o Ludovicus - Instituto Câmara Cascudo de pesquisa. Cascudo era considerado o morador mais ilustre do bairro e fez do bairro um dos principais centros de Cultura do estado. A memória social de Cascudo é revestida em suas obras de muita história sobre a cultura e a identidade cultural de Natal. Cascudo escreveu e viveu a identidade cultural natalense, por essa íntima relação a identidade cultural natalense se confunde em todos os segmentos com a memória social de Cascudo (Prof.^a Marina).

Podemos dizer que ele fundou os estudos da cultura local, um dos fundadores, então assim ele tem essa marca inicial, mas depois ele teve uns seguidores, mas ele não teve muito... Como ele não é um teórico, ele não fundou uma escola... Mas ele tem uma produção enorme conhecida (Prof.^a Isabel).

A importância de Cascudo para a cidade é grandiosa, porque o Câmara Cascudo é o que resgatou todo o nosso folclore, nossas raízes, então primeiro foi Câmara Cascudo, ele que conta a história de quando começou Natal, e quer dizer, sempre se passa isso para os livros e para os colégios (Pedro).

De acordo aos depoimentos acima, nota-se que vida e obra de Câmara Cascudo estão atreladas à cidade de Natal e suas histórias permanecem interligadas ao estado do Rio Grande do Norte. Cascudo estudou a cultura potiguar e legitimou suas raízes, tendo como cenário a cidade de Natal, a quem ele tinha esse sentimento de pertencimento e dever com a cultura tradicional. Considerado um dos fundadores do estudo da cultura local e responsável em sistematizar o folclore brasileiro configurou o centro histórico de Natal, onde encontra-se diversos registros com seu nome, casa, memorial, rua, biblioteca.

Em vários pontos da capital do Estado do Rio Grande do Norte, onde o escritor nasceu e viveu até sua morte, encontramos *lugares de memória* que homenageiam o mais consagrado intelectual potiguar. Esses lugares – à sua maneira e em seu tempo – têm difundido uma memória sobre o autor. Assim, pode-se afirmar que existe uma memória de Cascudo evocada em monumentos construídos nos mais variados recantos da cidade de Natal. Essa memória, que começou a ser construída enquanto ele ainda vivia, tem contribuído para eternizá-lo (Sales Neto, 2008, p. 56).

O projeto nomeado “Roteiro Cascudiano”, é um produto turístico idealizado através da pesquisa de Porfírio (2017), desenvolvido pelo Instituto Câmara Cascudo - Ludovicus em

parceria com a prefeitura do Natal. Lançado oficialmente em 17 de novembro, 2021, durante a 7ª FEMPTUR – Feira dos Municípios e Produtos o roteiro é composto por nove espaços de visitação que exprimem uma estreita relação com o folclorista, seja na sua obra ou na reconstrução da sua memória. Estão localizados no Rio Grande do Norte, na cidade de Natal, são eles: o Colégio Atheneu, Academia Norte-rio-grandense de Letras, Canto do Manguê, Rua Chile, Igreja Bom Jesus das Dores, Ludovicus – Instituto Câmara Cascudo, Instituto Histórico e Geográfico do RN, Memorial Câmara Cascudo, e Beco da Lama.

No entanto, o roteiro encontra-se invisibilizado pelo desconhecimento da população local e turistas, seja pela falta de consciência por parte da população em relação ao patrimônio; seja pela ausência de uma infraestrutura adequada (hospitalidade); pela falta de profissionais capacitados; ou ainda, pela falta de um planejamento turístico eficiente. Portanto, a proposta do roteiro alternativo visa viabilizar o acesso a esses lugares de memória entendido, como na perspectiva de Nora (1993) são lugares simbólicos onde a memória coletiva, e a identidade se expressam.

Dessa forma, ao propor uma alternativa de roteiro, busca-se promover a valorização do patrimônio urbano da cidade do Natal e das referências culturais da região. Enfatizando, dentro desta perspectiva, a construção coletiva de reconhecimento social, ancorada na figura, que é conferida à Luís da Câmara Cascudo partir dos seus lugares de memória, compreendidos entre os bairros Cidade Alta, Rocas e Alecrim onde Cascudo viveu e hoje encontra-se no que chamou de estado de “encantamento”. Visando um roteiro mais acessível, viável e representativo e uma nova possibilidade de gestão desses bens, que se atentem a preservação e a promoção, à valorização de práticas culturais tradicionais da comunidade, através do turismo cultural e a perspectiva da hospitalidade em contextos urbanos.

De acordo com o Ministério do Turismo (2007, p. 13), roteiro turístico é “um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades que formam o roteiro”. O tema Câmara Cascudo escolhido para o roteiro, ressalta a identidade cultural e artística muito presente na cidade Natal, fazendo referência a um recorte espacial que remete a vida e obra de Câmara, pelo conjunto de bens culturais que abarcam monumentos e edificações.

Nesse sentido, o roteiro confere um caráter memorístico, histórico-cultural revelando ao turista a sensibilização à trajetória de Câmara e o patrimônio potiguar, presente também na monumentalidade, pelas ruas do centro histórico da cidade, onde há casarões, igrejas, praças e muros que contam a história aos visitantes. A partir desse levantamento, foi criado um mapa

com a definição da localização e percurso do roteiro, bem como a proposição do circuito a ser percorrido.

A área do roteiro encontra-se em Natal, entre os bairros da Cidade Alta, Rocas e o Alecrim. O itinerário é de fácil acesso, de modo que o percurso possa ser feito por transportes públicos viabilizando a realização de uma excursão em pleno centro urbano, a baixos custos. Para a seleção dos locais de visita que integram o roteiro realizou-se, inicialmente, um estudo sobre as possíveis estações e a prospecção desses lugares de memória.

Desta forma, delinear-se pelas ruas do centro lugares de relevância histórica e cultural, dentre eles edifícios, monumentos históricos, além de restaurantes, bares e cafés tradicionais, que revelam o lado boêmio de Câmara, o que deve despertar a curiosidade e estimular a sua realização por pessoas de diferentes faixas etárias. Com base nesses critérios, foram elencadas cinco estações para conhecer um pouco mais do roteiro temático do historiador e folclorista potiguar, são esses: Memorial Câmara Cascudo; Instituto Histórico e Geográfico do RN; Instituto Ludovicus; Cemitério do Alecrim e o Canto do Mangue.

O roteiro turístico apresenta o centro histórico da cidade como o espaço que reúne o maior número de bens culturais. Através do mapeamento possibilitou uma melhor identificação da localização das edificações que compõem o centro histórico, possuindo um grau de detalhamento do espaço representado. Uma vez que os bens culturais foram mapeados, foi definido o circuito principal do roteiro, considerando a extensão dos bairros da Cidade Alta, Rocas e o Alecrim, o tempo de execução do trajeto e a consolidação do roteiro.

Este roteiro de visitação tem início na estação “Cemitério do Alecrim”, é o principal cemitério público da cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Localizado no bairro do Alecrim, fundado em 1890, é considerado um importante patrimônio cultural da cidade. O local conta com diversas sepulturas de personalidades importantes da história de Natal e do estado, como políticos, escritores como Câmara Cascudo, artistas e empresários. A estação permite aos visitantes observarem esculturas e monumentos de autoria de artistas locais e estrangeiros. Elucidando a história da arte, e de grandes personalidades que ali encontram-se enterradas.

Na sequência, visita-se o Memorial Câmara Cascudo, situado na Cidade Alta, o Memorial oferece diversas atividades culturais, como palestras, cursos, lançamentos de livros e apresentações artísticas, que buscam estimular a reflexão e o debate sobre temas relacionados à cultura popular brasileira e à história do Rio Grande do Norte em particular. O espaço também conta com ateliê onde são produzidos quadros e peças que retratam a cultura nordestina.

Em seguida o roteiro se encaminha para o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) também localizado na Cidade Alta, uma das mais antigas entidades

culturais do Rio Grande do Norte, comporta uma coleção museológica, documental e bibliográfica referente à história e cultura do Rio Grande do Norte, que podem ser vistas pelos visitantes. O (IHGRN) é considerado uma importante referência na preservação e valorização da memória e identidade potiguar, contribuindo para a formação cultural e histórica do estado.

A próxima estação corresponde o Instituto Câmara Cascudo- Ludovicus, localizado na Cidade Alta. O instituto funciona na casa em que Cascudo residiu por cerca de quarenta anos e produziu suas obras. Nela estão dez coleções, além de grande parte do acervo bibliográfico e documental do escritor. Curiosidades como as paredes autografadas da biblioteca, a preciosa pinacoteca, o mobiliário de época e a coleção de comendas, são algumas das atrações da instituição.

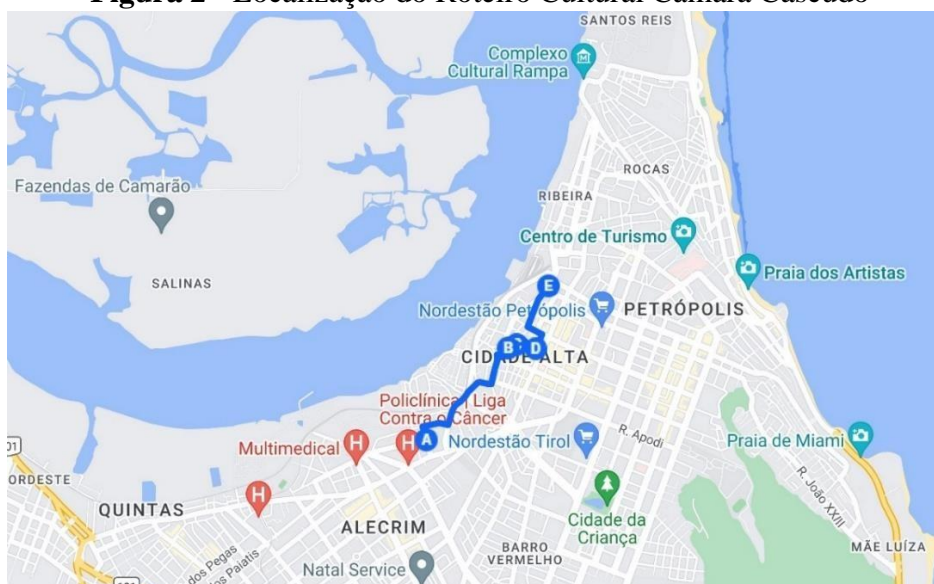
A última estação a ser visitada é o Canto do Mangue, situado no bairro Rocas, o espaço dispõe de estabelecimentos que comercializam frutos do mar, bebidas diversas e comidas típicas da culinária local, a preços populares. Popularmente difundido pelo caráter econômico e cultural, também é um dos pontos turísticos onde se para admirar o pôr do sol e registros com as embarcações de cenário.

O trajeto que contempla os espaços culturais é de aproximadamente 3,3 quilômetros e pode ser percorrido a pé em aproximadamente 46 minutos, sem considerar o tempo de parada nas estações. A elaboração do roteiro alternativo como uma forma de otimizar a visita, nomeado de “Roteiro Cultural Câmara Cascudo”, contempla estações importantes da história de Cascudo e da cidade, o Cemitério do Alecrim que não estavam no outro roteiro. Assim, verifica-se a importância de apresentar este patrimônio, bem como sua relação com a história, memória e identidade do município.

O nome do roteiro confere ao mestre potiguar, sendo escolhido levando em consideração a produção intelectual local, a relação com a construção da história e memória da cidade. Câmara se destacou por contribuir de forma relevante com o cenário intelectual local, com sua vasta produção literária e formação acadêmica.

A partir de sua própria narrativa e da reprodução de um imaginário afetivo, a nova roteiro traz à luz a memória do que é autêntico na cidade, a figura do ilustre cidadão potiguar. Partindo dessas considerações, observa-se que a relação de Câmara Cascudo em seus lugares de memória, constituídos no roteiro com o intuito de aproximar e dar visibilidade a trajetória de Câmara, pode se tornar um caminho viável para o turismo cultural, tendo um roteiro turístico, alicerçada na Vida e obra de Cascudo em um conjunto de edificações, considerados como referências da história local.

Figura 2 - Localização do Roteiro Cultural Câmara Cascudo



Fonte: Autoria própria (2024).

O roteiro turístico Câmara Cascudo proporciona aos visitantes uma imersão na cultura e história local, além de homenagear a figura importante do escritor e folclorista Luís da Câmara Cascudo.

2.1 Cemitério do Alecrim

Inaugurado em 24 de novembro de 1856, pelo presidente da província norte-rio-grandense, Antônio Bernardo de Passos, o Cemitério do Alecrim foi considerado um marco para a formação do Bairro do Alecrim. Eram poucos habitantes nesta época, prevalecendo os roçados e as casas de taipas que formavam o Bairro, neste período a Ribeira e Cidade Alta eram os únicos bairros urbanizados da cidade de Natal (Cascudo, 1999, p. 56).

Figura 3 - Muro do Cemitério do Alecrim (legibilidade)



Fonte: Autoria própria (2024).

Na Praça Pedro II, foram construídas as primeiras habitações, no qual segundo Cascudo (1999, p. 356) era onde morava uma senhora que tinha o hábito de colocar nos túmulos de “anjinhos” do cemitério do Alecrim ramos de alecrim para decorá-los, uma das explicações para o nome do Bairro. No entanto, há também outra explicação para nomear o bairro, é de que havia a presença de alecrim de campo em muitas partes dessa região. (Cascudo, 1999, p. 355).

Apesar de estar localizado numa área rural e afastado do centro da cidade, a expansão urbana e demográfica de Natal no Século XX trouxe o Cemitério do Alecrim para área central da cidade e da sua identidade urbana, tornando o espaço não apenas consolidado em sua função secular, como também o condicionando como lugar de referência na geografia e na memória da cidade. Silva (2019) afirma que havia particularidade nas cidades regionais do Brasil, tendo o cemitério distante dos bairros da Cidade Alta e Ribeira, surgindo a necessidade de um carro de transporte fúnebre, vindo de Pernambuco e custando alto valor (Cascudo 1999, p. 355).

O historiador e folclorista Luís da Câmara Cascudo dedica o capítulo XXV de sua obra *História da Cidade do Natal* à narrativa sobre a necessidade de construção do primeiro cemitério público da cidade e descreve as dificuldades em torno da execução desse projeto público municipal, além de relatar a resistência popular em conceber o local como espaço apropriado para sepultamentos, como aponta Carneiro (2021).

Cascudo relata a tradição, de sepultar os falecidos nos terrenos onde havia igrejas. “Natal não sabia o que era um cemitério. Enterrava-se o cadáver dentro das igrejas, ao redor delas ou do cruzeiro. A matriz de Nossa Senhora d’Apresentação ergue-se sobre uma base de ossadas humanas, sepultadas durante séculos” (Cascudo, 2010. p. 321).

A expansão urbana e demográfica de Natal, resultou na ampliação do cemitério ocasionando desapropriações no seu entorno e mudanças estruturais nas configurações de seus espaços e acessos. De acordo com Silva (2019), a reforma do cemitério incluiu a reconstrução da capela e a expansão do espaço para novos funerais. Marcada por diversos momentos históricos, a necrópole foi atuante em diferentes conjunturas do século passado, dentre eles, o protagonismo local na Intentona Comunista de 1935 e a Segunda Guerra Mundial.

O cemitério registra uma história que pode ser lida através do acervo arquitetônico e artístico nele abrigado. Os registros, símbolos e menções em efígies, esculturas, monumentos e epitáfios sobre situações históricas fazem do Cemitério do Alecrim não apenas personagem, mas extensão museológica da história e da diversidade humana atuante na cidade em diferentes conjunturas do século passado. Nesse sentido, é possível explorar expressões e referências locais a diversos eventos, personagens e aspectos constituintes ou relacionados à cidade em diferentes conjunturas da época.

Figura 4, 5 - Cemitério do Alecrim



Fonte: Autoria própria (2024).

Tal heterogeneidade referencial caracteriza o Cemitério do Alecrim não apenas como um espaço específico da diversidade historiográfica local, mas, sobretudo, como uma vitrine pluralista da memória urbana e do patrimônio imaterial natalense (Silva, 2019). Em seu interior ainda é possível constatar a prática espontânea dessa natureza patrimonial, como os rituais de devoção no túmulo do padre João Maria e a tradição de celebrações públicas defronte a pequena capela em datas específicas do ano.

Figura 6 - Capela do cemitério



Fonte: Autoria própria (2024).

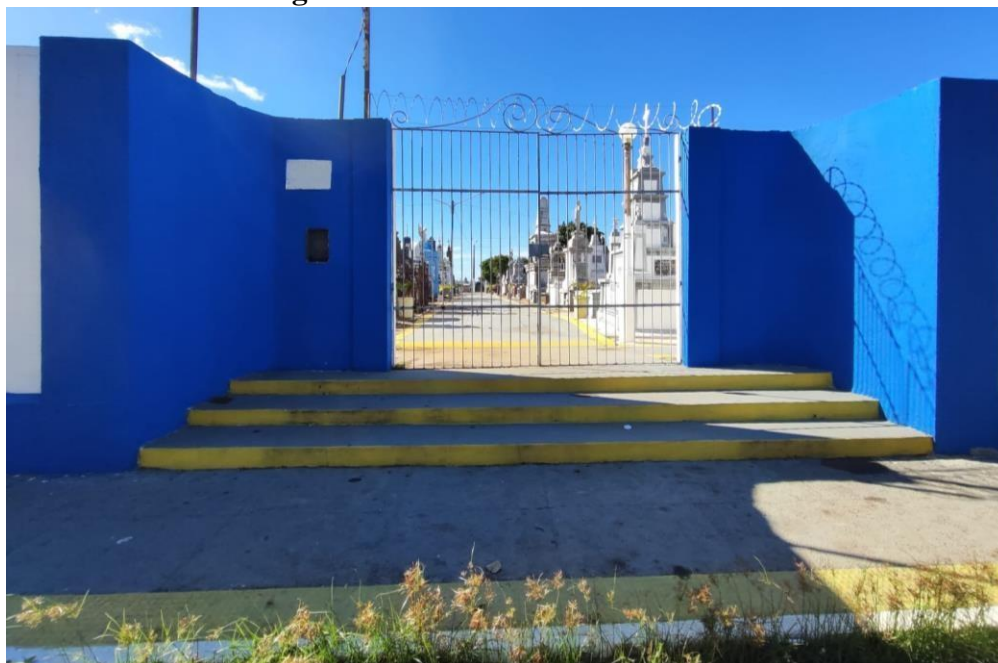
O Cemitério do Alecrim é oficialmente reconhecido como patrimônio histórico de Natal. O tombamento ocorrido no dia 02 de novembro de 2011, se deu através do decreto 9.541/2011, assinado pela então prefeita Micarla de Souza. O trajeto temporal do seu surgimento na Natal oitocentista até o seu reconhecimento como patrimônio histórico do município no Século XXI foi permeado por considerável variedade de intercorrências, significações e referências relacionadas a esse espaço público nas diferentes conjunturas que moldaram o cenário urbano e social da capital potiguar durante esse período histórico.

Independente das percepções e significações subjetivas atribuídas a esse espaço patrimonial de Natal, sua relevância memorial e identitária é reconhecidamente indissociável do cenário e da história recente da urbe. De localidade periférica a referência central na cidade, de ideia profana a espaço sagrado na mentalidade religiosa local, o Cemitério do Alecrim moldou-se às permanências e transformações da cidade. Absorveu elementos das culturas, das religiosidades, das relações de poder e dos perfis humanos da capital potiguar em diferentes épocas e condições.

Conforme a expansão da cidade, o cemitério do Alecrim com seus 20.000 m², não tem como fornecer o serviço de sepultamento, desde 1980 não possui mais capacidade para receber túmulos, só aqueles que já são proprietários de jazigos ou mausoléus (Alveal, 2011, p. 28). No entanto, sua dimensão material atrelada às memórias afetivas e representações sociais de tantas

gerações, de tantos cenários e de tantos atores históricos, não lhe permite ser concebido apenas como local de repouso dos mortos, mas, sobretudo, como uma memória viva da cidade do Natal (RN).

Figura 7 - Acesso lateral ao cemitério



Fonte: Autoria própria (2024).

2.2 Memorial Câmara Cascudo

O Memorial Câmara Cascudo, local destinado a ser lugar de memória do intelectual potiguar, está localizado no centro histórico da cidade. Idealizado pela Fundação José Augusto – órgão responsável pela ação cultural do Governo do Estado – foi inaugurado em 1987. O intelectual do Rio Grande do Norte e folclorista, Luís da Câmara Cascudo, foi homenageado com um memorial que já reuniu todo o seu acervo de livros, documentos e objetos que retratam a expressão da cultura popular do estado.

Figura 8 - Memorial Câmara Cascudo

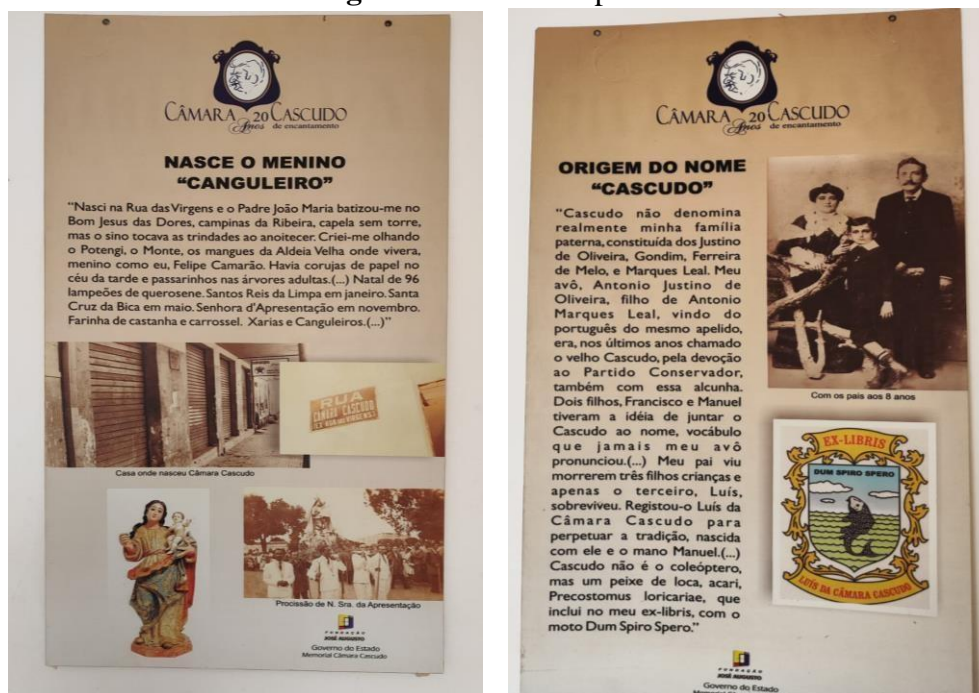


Fonte: Autoria própria (2024).

O Memorial tem como objetivo preservar e divulgar a vida e a obra de Luís da Câmara Cascudo, abordando diversos aspectos culturais e intelectuais. O principal destaque era a biblioteca particular de Câmara Cascudo, com cerca de 10 mil volumes de diversos assuntos como folclore, religião, História, biografias e romances, além de correspondências do folclorista com outros grandes intelectuais do país como Monteiro Lobato, Mário de Andrade e Gilberto Freyre. A biblioteca era considerada “rara” por possuir obras do início do século passado e livros em diversos idiomas. Grande parte dos livros tem anotações de próprio punho de Cascudo e dedicatórias dos autores.

Abrigava ainda a exposição permanente “O Mestre Câmara Cascudo” em um total de cinco salas que abordam aspectos estudados pelo mestre em sua vasta obra literária. As duas primeiras salas eram compostas por quadros com fotos que retratam passagens marcantes na vida de Câmara Cascudo. As outras três salas abrigavam o Estudo da cédula, com quadros indicando o estudo feito pelo Banco Central para o lançamento da cédula de cinquenta mil cruzeiros homenageando Câmara Cascudo; Arte popular, com mamulengos e peças feitas pelos artesãos Chico Santeiro, Nenem e Chiquinha; e a Sala da magia, trazendo temas como catimbó, sincretismo religioso, superstições entre outros temas estudados por ele.

Figura 9 - Folders exporitor



Fonte: Autoria própria (2024).

Entre tantos lugares dedicados à memória de Câmara Cascudo, o espaço museológico já foi um dos mais ativos e atuantes em relação ao culto à sua memória, local de visitação de grupos escolares e de pesquisadores. Atualmente, há apenas uma estátua em tamanho natural, fabricada no Rio de Janeiro em bronze, assentado na palma da mão, pedestal feito com ferro e cimento. De acordo com Le Goff (1996), uma vez que o monumento   um sinal do passado, uma marca, é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação.

Figura 10 - Monumento Câmara Cascudo.



Fonte: Autoria própria (2024).

Estas funções já foram plenamente desempenhadas pelo Memorial, tinha-se nele a biografia de Câmara em permanente evidência, através de exposições, cujos temas têm relação direta com a vida e a obra de seu homenageado.

Atualmente, no entanto, não se encontra seu acervo exposto. Há o projeto da expografia do Memorial remeter mais aos objetos e à cosmovisão retratados na obra de Cascudo do que à sua memória pessoal, uma vez que esta é conservada e exposta no Instituto Ludovicus, museu mantido pela família do Mestre, na casa em que ele viveu as quatro últimas décadas de sua vida.

2.3 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande Do Norte – IHGRN

A mais antiga entidade cultural do Rio Grande do Norte, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), criado em 29 de março de 1902. Surgiu como uma instituição responsável por organizar e arquivar o acervo documental do estado, como um lugar social de produção em que seus fundadores e sócios publicaram textos historiográficos.

Segundo, Vieira (2022) as primeiras reuniões aconteceram nas salas do Atheneu, pois o Instituto ainda não tinha sede. Entre 1903 e 1938, o IHGRN teve como sede a prefeitura municipal de Natal, a Justiça Federal e o Supremo Tribunal de Justiça do estado (Melo, 1982). O IHGRN passou a ocupar sede própria em 1938. O prédio em estilo neoclássico foi erguido em 1906, no bairro de Cidade Alta, núcleo de fundação da cidade do Natal. Um edifício histórico tombado pelo Estado em 1984, era o sobrado existente na esquina da Praça André de Albuquerque sendo sede oficial, porém sua ocupação se deu após mais de 30 anos de construção (Lima, 1940). Atualmente o Instituto está localizado na Rua da Conceição no bairro Cidade Alta - Natal.

Figura 11 – Fachada Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.



Fonte: Autoria própria (2024).

Uma instituição sem fins lucrativos, cujas atividades são mantidas pelos sócios e por recursos públicos, mediante leis de incentivo à cultura e convênios. É considerada uma das entidades culturais mais antigas do Rio Grande do Norte e abriga um acervo significativo em sua biblioteca, arquivo e museu (IHGRN, 2021). Entre os sócios do Instituto Norte-Rio-grandense destaca-se Câmara Cascudo, nele havia o interesse em construir um passado para o estado, organizando o tempo do Rio Grande do Norte, isto é, fixar sua origem no tempo e o seu lugar nos principais acontecimentos históricos do Brasil, articulando-o ao tempo da nação, como afirma (Rocha; De Lima, 2011, p. 5).

Luís da Câmara Cascudo circulou pelas principais instituições do saber histórico, particularmente, os institutos históricos e geográficos espalhados pelo Brasil. Cascudo filiou-se ao IHGRN em 1927 e ao IHGB em 1934, associando-se, posteriormente, a todos os Institutos Históricos existentes nos estados da federação Neves (2002). Sua participação como mostra Vieira (2022) caracterizava-se pelas trocas de correspondências com os intelectuais dessas instituições, além de contribuir com a escrita de vários artigos publicados pelos diversos Institutos Históricos e Geográficos espalhados pelo Nordeste

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte remete à importância de Câmara Cascudo como intelectual do Estado. Na mais antiga instituição cultural do Estado, o escritor é rememorado até os dias de hoje. O próprio Cascudo, referindo-se ao IHGRN, escreveu em placa: “O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte não teve, em sua história,

senão os elementos mais altos da dignidade cultural do mundo. Foi à Casa da Justiça. Hoje é a Casa da Memória”. E assim a instituição segue conservando documentos e livros relativos à história e cultura do Rio Grande do Norte.

Também no IHGRN, encontramos outro símbolo de culto à memória de Cascudo: uma escultura de sua mão direita feita em argila em 1951, doada ao Presidente do IHGRN, Enélio Lima Petrovich em 1991. Espalhadas pelo Instituto, encontramos inúmeras fotos – das mais diversas – de Câmara Cascudo, acompanhadas de frases de sua autoria, que demarcam e guiam os caminhos de quem percorre o local. Os percursos de visita parecem nos sugerir uma espécie de diálogo com Cascudo, já que dirigem nossa atenção não apenas para a contemplação de sua história, mas também para seus ensinamentos. No IHGRN encontramos, ainda, uma estante específica para reunir o conjunto de sua obra, o que não impede que em outras salas do Instituto sejam encontradas referências a Cascudo ou a livros de sua autoria (Rocha, De Lima, 2011, p. 06).

Devido a pandemia por COVID 19 a visita do público permaneceu fechada temporariamente ao público. Atualmente o museu abriga uma riquíssima coleção museológica, a máscara mortuária do Câmara Cascudo, que foi feita doze horas depois da morte do famoso pesquisador e folclorista, aberto ao público.

Figura 12 – Objetos e artefatos.



Fonte: Autoria própria (2024).

Além de um vasto acervo documental e bibliográfico referente à história e cultura do Rio Grande do Norte. É composto de esculturas, adereços, artefatos, telas, retratos, fotografias,

documentos e livros amalhados ao longo de nossa história, fruto de doações à instituição, que se distribuem em salas e estantes designadas (IHGRN, 2021).

Figura 13 – Sala de exposição.



Fonte: Autoria própria (2024).

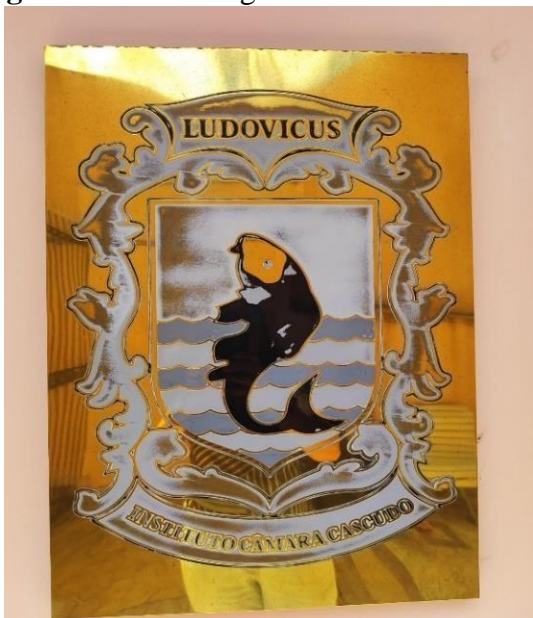
Tendo em vista que o seu acervo passa por processo de manutenção, classificação, catalogação, reorganização e digitalização a fim de, futuramente, dinamizar a consulta e permitir, de forma adequada, a utilização do material para consulta e pesquisa. Conforme exposto em seu site oficial, a nova proposta de organização concentra livros e documentos nas estantes deslizantes, destina uma sala para pesquisa e trabalho dos bibliotecários e documentalistas; uma sala para museu e uma pequena galeria para exposições temporárias (IHGRN, 2021).

Seu maior público, antes da pandemia, correspondia ao excursionismo pedagógico e acadêmico, promovendo exposições, palestras e outras atividades voltadas à manutenção e divulgação da cultura, história e geografia norte-rio-grandense. E apesar da estrutura do edifício não possuir acessibilidade em sua totalidade, já existem projetos para implementar estruturas que atendam ao público geral, como revela as informações na página oficial do instituto.

2.4 Ludovicus – Instituto Câmara Cascudo

Localizada na Avenida Câmara Cascudo, 377, no Centro Histórico de Natal, a casa onde Cascudo viveu maior parte de sua vida, hoje é uma instituição cujo objetivo é a preservação, divulgação e gerência do patrimônio cultural de Luís da Câmara Cascudo, principal nome intelectual do estado do Rio Grande do Norte, o Ludovicus. O nome escolhido para denominar o Instituto, Ludovicus, possui uma razão histórica e sentimental. Segundo Daliana Cascudo, a missa na época era realizada em Latim e o nome da criança precisava ser dito também em Latim, portanto, "Ludovicus" foi o nome dito pelos padrinhos, o qual significa Luís em Latim.

Figura 14 - Placa/logo do Instituto Ludovicus



Fonte: Autoria própria (2024).

O casarão da atual Avenida Luís da Câmara Cascudo que, na segunda metade da década de 1940, passou a ser a residência fixa da família de Cascudo, ainda como consequência do momento difícil vivido no início da década de 1930, se transformaria, anos mais tarde, no cenário privilegiado de atuação do intelectual, do escritor, do folclorista e do historiador, onde abriga dez coleções, além de todo acervo bibliográfico e documental do intelectual potiguar.

Figura 15 – Fachada do Instituto Câmara Cascudo



Fonte: Autoria própria (2024).

Em fevereiro de 1990, a edificação foi tombada a nível estadual, e em 2010 a nível federal dentro do tombamento do Centro Histórico do Natal pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Após o falecimento de Cascudo (1986) e de sua esposa, Dália (1997), a casa permaneceu aos cuidados da filha, Anna Maria Cascudo Barreto, e, em 2005, sua estrutura encontrava-se seriamente comprometida por uma infestação de cupins no telhado. Realizou-se uma criteriosa restauração, a cargo do Engenheiro Civil Camilo de Freitas Barreto, marido de Anna Maria, iniciada em dezembro de 2005 e concluída em dezembro de 2009, toda restaurada com recursos próprios.

Na sala, é possível visualizar fotografias de amigos ilustres. Na biblioteca, 10 mil volumes de obras literárias (tanto brasileiras como internacionais), além de 15 mil correspondências, 2 mil periódicos, 1.200 plaquetas, 2.000 fotografias, 1.000 artigos de jornal, diversos documentos, e em suas paredes autógrafos de visitas ilustres da casa. A sala de visitas conta com mobiliário de época, pinacoteca, coleções de arte popular e estrangeira, peças de arte sacra, etnografia africana e indígena, além de comendas, que também compõem o acervo. São algumas das atrações da instituição, que testemunha uma vida dedicada ao saber e a cultura do Brasil. O prédio possui também uma loja que disponibiliza obras do autor e estudos, livros raros, dentre outros produtos interessantes sobre o universo de Cascudo (Rocha, De Lima, 2011, p. 10).

Segundo Daliana Cascudo, depoimento extraído da página/site oficial do ICC, a casa sempre foi um local de visitação, e após sua, as pessoas sempre pediam para conhecê-la, pedido sempre concedido pelos familiares. A casa foi aberta à visitação pública, a partir de janeiro de 2010, abrigando o Ludovicus – Instituto Câmara Cascudo instituição que preserva o legado

"Casculiano" possibilitando a todos os interessados conhecer um pouco mais sobre o mestre potiguar.

A logomarca também possui uma interessante origem. Ao criar o Instituto buscamos uma logomarca que se identificasse, de forma inequívoca, com a figura de Câmara Cascudo. A base para criação da logomarca foi o ex-libris casculiano, que tem como elementos ilustrativos o peixe cascudo e uma inscrição em latim. Novamente é o próprio Cascudo quem nos explica: "Cascudo não é o coleóptero, mas um peixe de loca, acari, *Precostomusloricariae*, que inclui no seu ex-libris, com o moto *Dum Spiro Spero* (Enquanto respiro, espero)". O ex-libris foi trabalhado e gerou a logomarca que tem como ilustração o "peixe cascudo" (Instituto Câmara Cascudo, 2021) (informações do site).

Por possuir muitas peças que fazem parte do acervo de artesanato popular e estrangeiro, peças de arte sacra, etnografia africana e indígena, as coleções são apresentadas à exposição no Instituto, de forma temática. Segundo Daliana Cascudo, atual gestora e mentora do instituto, é realizada periodicamente a renovação das exposições, o que possibilita ao visitante apreciar e conhecer sempre algo novo relacionado à temática. Conforme a gestora, todos os móveis da casa são originais, os mesmos utilizados por Cascudo e família, inclusive à sua disposição no espaço. Como dito pela sua neta Daliana, o diferencial do Instituto é o fato de representar a memória de Câmara Cascudo, o ambiente em si traz a memória do objeto, que guarda a memória de seu dono.

Figura 16 - Obras sacras no interior do Instituto Câmara Cascudo



Fonte: Autoria própria (2024).

O Instituto Câmara Cascudo, criado em sua homenagem, é um local onde a vida de Câmara Cascudo é apresentada através da memória dos objetos, suas obras e toda uma vida de pesquisas etnográficas. Destaca-se a importância do mesmo em tornar-se um patrimônio acessível à sociedade, para que haja um reconhecimento e valorização da memória cultural brasileira, tendo como objetivo preservar e difundir a cultura e história do estado.

2.5 Canto do Mangue

Localizado no bairro das Rocas em Natal-RN/Brasil, à margem do Rio Potengi, curso d'água de grande importância histórica para a cidade. O local é conhecido como a zona pesqueira da cidade. A movimentação de pescadores e turista em busca de peixes e frutos do mar é a principal característica do lugar. Dezenas de barcos ficam ancorados às margens do rio Potengi. Nas palavras de Daliana, Cascudo vislumbrava a vista do Canto do Mangue, um dos lugares mais belos para se apreciar o pôr do sol, que vai de encontro ao Rio Potengi. O espaço também foi cenário de pesquisas etnográficas de Cascudo e serviu de inspiração para seu livro "Jangada". Juntamente com o prefeito/governador Silvio Pedroza costumavam "fugir" para o canto do mangue e admirar o pôr do sol potiguar.

Figura 17 – Canto do Mangue



Fonte: Autoria própria (2024).

O Canto do Mangue, além de ser um ponto turístico, é também reconhecido pelo Mercado Municipal do Peixe e espaços culturais como o Complexo da Rampa. Segundo Sales Neto (2007), Cascudo e frequentava o local com assiduidade, onde costumava admirar o pôr do sol, além se reunir com amigos para versar sobre os mais variados assuntos dentre eles cultura e política. Assim, a relação entre Câmara Cascudo e o espaço é marcada pela presença constante.

Devido à sua relevância cultural, o espaço foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2010, como bem cultural. Segundo a instituição, tal medida visa preservar e valorizar o local, garantindo sua conservação e reconhecimento como um espaço de relevância histórica e cultural para a cidade.

Considerado patrimônio cultural de Natal, o Canto do Mangue tornou-se um ponto turístico e cultural da capital, símbolo da resistência cultural e econômica da cidade, o espaço representa parte da história e da identidade potiguar. A comensalidade e a sociabilidade instauradas ali ganham destaque para a memória que se reconstrói a partir de fragmentos materiais e imateriais dispostos no Canto em especial no Mercado do Peixe Municipal, como as comidas típicas, artesanatos, o forró; elementos que configuram essa ambiência local. Segundo a Secretaria Municipal de Turismo em Natal (SEMPTUR), o espaço recebe muitos visitantes que buscam conhecer a história, a culinária típica da região e apreciar o pôr do sol que se contrapõe com a arquitetura preservada do século XIX.

Atualmente o espaço passa por um processo de revitalização, o projeto realizado pela prefeitura do Natal, busca instaurar um novo modelo de Mercado, potencializando esse ponto de visitação turística da capital potiguar.

Figura 18 - Píer Canto do Mangue (acesso pelo Museu)



Fonte: Autoria própria (2024).

O centro histórico concentra boa parte do Patrimônio Cultural de Natal, e o roteiro pode ser considerado uma oportunidade para fomentar o turismo cultural, contribuindo para o incentivo da preservação do centro histórico e promovendo o conhecimento sobre a história da localidade e a preservação do seu patrimônio.

O roteiro pode vir a possibilitar ao turista vivenciar uma experiência cultural, baseada na trajetória do folclorista, podendo estabelecer conexões com a sua história a partir dos lugares que se conectam a sua memória, proporcionando o contato direto com seu acervo pessoal que contemplam aspectos de cunho, social, político e econômico, além de poder apreciar os sabores da culinária local. Este roteiro, permite que os autóctones conheçam um pouco mais sobre seu conterrâneo e a história da sua própria cidade, o despertar do interesse pela cultura pode fazer com que os visitantes se aproximem dos bens culturais e consequentemente, os preservem.

Compreende-se, no entanto, que a gestão desses atrativos turísticos deve estar aberta a desenvolver na sua totalidade atividades que atendam as demandas de ressignificação desses espaços como detentores da memória histórica e afetiva de seus habitantes, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens. Promovendo conhecimento crítico e apropriação consciente do patrimônio por parte dos seus habitantes, fatores indispensáveis para desenvolver e fortalecer sentimentos de identidade cultural e cidadania.

O turismo impulsiona a exploração das características de identidade e as tradições locais, buscando os guardiões e os evocadores de memória para que a construção da imagem turística

tenha compatibilidade com a memória coletiva do lugar. Isso acontece porque, com a globalização, as pessoas realizam mais os câmbios culturais, precisando, para isso, de uma simbologia que os represente e que possa ser trocada e passada para outros grupos sociais (Carvalho, 2013).

De acordo com o Ministério do Turismo - MTur (2010), o turismo cultural abrange diversos tipos de expressões culturais, implicam em experiências positivas do visitante com o patrimônio em determinados eventos culturais, de modo a favorecer a percepção de seus sentidos e contribuir para sua preservação. Gerando demanda de viagens por uma motivação própria, assim o turismo cultural caracteriza-se quando o deslocamento é motivado com o interesse de conhecer monumentos que remetam a memória histórica e social. Segundo a Organização Mundial do Turismo:

O Turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (De La Torre, 1992).

Conforme Tavares (2002), os roteiros turísticos existem em qualquer parte onde o turismo ocorra, podendo ser em grandes ou pequenas localidades, ambiente rural ou urbano, nacional ou internacional. Vale ressaltar que o roteiro não é apenas sequências de atrativos a serem visitados, mas também é uma ferramenta que deve ser contextualizada, dando uma maior abrangência ao visitante e uma melhor leitura da localidade visitada, cultural e da situação social, devendo ser produzido por profissionais especializados na área para que não ocorra risco de incoerência da história cultural da localidade visitada.

Nesse sentido, os roteiros não são apenas uma visita a um ponto específico, são oportunidades de proporcionar a legibilidade, ou seja, a leitura da uma realidade local, além de sua situação sociocultural. Agindo na formação os modos principais de explicar acerca dos atrativos que existem nas comunidades e assim enriquecer sua força de atratividade, especialmente nos locais urbanos, com uma vasta extensão, nos quais os pontos turísticos estão espalhados (Silva; Novo, 2010).

Qualquer local ou edificação, sendo histórica ou não, pode ser atrativo para uma visitação turística. Invariavelmente, porém, a atratividade turística não está ligada apenas às características físicas existentes, mas tem significado quando inseridas em um contexto maior e analisada sua importância sob diversos aspectos históricos, sociais, culturais ou mesmo ambientais (Tavares, 2002, p. 16).

Sendo assim, a utilização turística dos bens culturais pressupõe sua valorização, promoção e a manutenção da memória. Valorizar e promover significa difundir o conhecimento sobre esses bens e facilitar seu acesso e usufruto. Significa também reconhecer a importância da cultura na relação turista e comunidade local, proporcionando que tal relação ocorra de forma harmônica (Ministério da Cultura, 2023). A valorização desse bem cultural, em questão, consiste em uma forma de reforço das identidades locais, servindo de fonte de conhecimento e inspiração para formação e desenvolvimento cultural do país.

Dessa maneira, percebe-se a importância em manter viva a cultura de determinado local, região, através do Turismo Cultural, conforme Cascudo (1999, p. 33) aponta a seguir: “o precioso da história é a documentação para o futuro e não o juízo decisivo e peremptório. Todos os contemporâneos, para o bem e para o mal, são testemunhas de vista, indispensáveis e ricas de notícias. Testemunhas e não juízes ou advogados”.

3 HOSPITALIDADE: EM BUSCA DOS ELEMENTOS DA IDENTIDADE, ACESSIBILIDADE E LEGIBILIDADE NO CONTEXTO URBANO PATRIMONIAL DE NATAL/RN

O centro histórico de Natal/RN possui um conjunto arquitetônico, considerado, de acordo com o site da Prefeitura Municipal de Natal/RN patrimônio cultural do estado do Rio Grande do Norte. Levando em consideração a relevância desse patrimônio edificado para o turismo na cidade e enxergando-o como potencial para o desenvolvimento do turismo cultural. Torna-se fundamental que o governo enquanto gestor e anfitrião dos espaços públicos pensem em políticas de hospitalidade, em sua vertente de organização do espaço urbano para o ato de receber visitantes e turistas.

Dessa forma, o presente capítulo tem como objetivo analisar a hospitalidade turística e urbana no contexto patrimonial, onde abriga a memória social do escritor potiguar, assim como averiguar infraestrutura existente para subsidiar o referido Roteiro Cultural Câmara Cascudo. O estudo toma como ponto de partida as contribuições de Lúcio Grinover, onde aborda a hospitalidade nas três dimensões coexistentes: Acessibilidade, Legibilidade e Identidade. Busca-se tal fundamento teórico para amparar/formular uma discussão sobre o contexto patrimonial da cidade à luz da hospitalidade. Analisando e refletindo a paisagem e a atmosfera dos lugares, no tocante ao recebimento e acolhimento de turistas, observando-se a forma como a cidade acolhe os visitantes e a população residente.

A hospitalidade no contexto urbano empreendida por Lúcio Grinover (2006) compreende-se pelo conjunto de infraestruturas básica, urbana e turística, associada ao bem-receber e acolher que o visitante pode receber. O autor acrescenta que, tal fenômeno está para além da cordialidade do seu povo ou da hospitalidade comercial em que os turistas encontram dentro de um hotel/resort ou restaurante e outros serviços. Entende-se que o espaço público deve se fundamentar através da facilidade de acesso às estruturas, tais como mobilidade e circulação (acessibilidade), reconhecimento das formas do espaço (legibilidade) e valorização do patrimônio como resgate à memória (identidade) (Grinover, 2007).

Nesse sentido, a pesquisa atravessa por uma análise sobre o espaço urbano que o destino do roteiro adquire, e sobre quais elementos paisagísticos, materiais e imateriais contribuem para uma composição coerente e sóbria do espaço, a legibilidade; observando pontos como livre circulação, acesso a informação e comunicação, compreendida pela acessibilidade e os componentes que remetem a identidade local. Obtendo essas informações a respeito da hospitalidade do espaço urbano revelando a adequada existência e disposição dos espaços

culturais, a infraestrutura local, entre outros, pode possibilitar que o turista, visitante, ou qualquer outro ator que chegue à cidade seja bem recebido e acolhido no ambiente desse espaço.

Os indicadores serão analisados com ótica específica sobre a área estudada, estes avaliados em âmbito local, onde os logradouros, os atrativos turísticos e os demais elementos de observação foram contemplados individualmente e sofreram uma análise minuciosa. Agrupados por categorias de análise (acessibilidade, legibilidade e identidade) os indicadores correspondem a: infraestrutura básica; segurança pública, mobilidade urbana, limpeza e conservação urbana, rede de comunicação e sociabilidade no espaço público, entre outros. São elementos que hoje fazem parte diretamente das ações ligadas ao campo do turismo, dentro do foco da ambiência, da hospitalidade turística e urbana que visam melhorar a qualidade de vida de uma cidade, e consequentemente do planejamento turístico.

Contudo, o presente trabalho faz uma abordagem onde o tema da hospitalidade é tratado em função da organização do espaço público, considerando a existência, diversidade e complexidade da infraestrutura local acumulada com o tempo e a forma como ela se distribui para melhor servir à sociedade e ao turista. A hospitalidade vista de forma a organizar o espaço público, pode ser um dos norteadores das políticas urbanas para as cidades que desejam ser turisticamente atrativas. Nesse caso, o espaço urbano no contexto patrimonial de Natal/RN será tratado como elemento ativo dentro do cenário da cidade, logo se tornando mais um dispositivo para proporcionar uma melhor experiência ao visitante.

Portanto, privilegia-se a análise de bens culturais e do seu entorno dispostos nos bairros do Alecrim e da Cidade Alta a serem utilizados na proposição de um roteiro turístico no centro histórico da cidade do Natal, bem como visita aos mesmos para identificação das atuais condições dos espaços.

A análise galgou-se também uma metodologia de análise/avaliação da base física da hospitalidade no ambiente urbano, através de instrumentos capazes de mensurar de forma específica a hospitalidade perceptível ao turista/visitante com relação ao local físico. Pretende-se fazer uma amostragem de um diagnóstico pontual dos espaços culturais e urbanos sob a ótica da hospitalidade para turistas em uma cidade que já tem seu destino turístico consolidado e competitivo, segundo a prefeitura municipal e o MTur.

Essa análise poderá contribuir para leitura e pesquisas já existentes que se relacionam as temáticas da hospitalidade no contexto urbano e do patrimônio cultural, tem a possibilidade de utilização do mesmo, pelo turismo, para promoção não só do desenvolvimento local, mas também para a preservação/conservação do patrimônio estudado, bem como a discussão sobre

a necessidade de ações planejadas para tal efetivação, além da menção sobre o papel da roteirização turística como forma de desenvolvimento e preservação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

cidade de Natal possui uma diversidade de atrativos turísticos composta pela patrimonialização dos conjuntos arquitetônicos, além da gastronomia, comércio, feiras de artesanato e produtos locais, turismo sol e mar, shows e eventos. Atende-se uma demanda turística nacional e internacional expressiva, que estão ligadas a vasta oferta de atividades turísticas e da infraestrutura hoteleira no seu entorno como resorts e hotéis instalados principalmente no litoral, onde a região possui um destino turístico consolidado.

A análise da hospitalidade no centro histórico de Natal inclina-se para diagnóstico pontual dos bens patrimoniais e dos espaços urbanos em que estes estão inseridos. Para obter informações aos instrumentos capazes de mensurar de forma específica a hospitalidade perceptível ao turista/visitante em relação ao local físico do contexto patrimonial a metodologia foi aplicada ao centro histórico da cidade de Natal para avaliação de seu espaço e dos indicadores selecionados, o quadro abaixo sistematiza as categorias necessárias para essa análise. Em relação à infraestrutura urbana foi utilizada a contribuição de Grinover (2010) para avaliação da hospitalidade. Há também avaliação dos aspectos da identidade, da acessibilidade e da legibilidade dos espaços culturais e locais que compõe o roteiro.

Indicadores de hospitalidade no contexto urbano

ACESSIBILIDADE	LEGIBILIDADE	IDENTIDADE
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Infraestrutura básica <ul style="list-style-type: none"> • Pavimentação e conservação; • Iluminação pública; • Limpeza urbana; • Segurança pública ➤ Mobilidade urbana <ul style="list-style-type: none"> • Sinalização viária; • Ponto de ônibus e táxi/ Linhas de ônibus que abastecem a área; • Tráfego/trânsito; ➤ Infraestrutura de apoio <ul style="list-style-type: none"> • Serviços diversos de comércio; • Serviços de hospedagem; • Serviços de restauração; • Estacionamento; • Bancos/sanitários/aparatos de sombreamento 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Informações turísticas; ➤ Comunicação; ➤ Sinalização turística e urbana; ➤ Praça do Marco Zero ➤ Monumentos; ➤ Fachadas dos monumentos, prédios históricos. ➤ Marca/ logo / identidade visual 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Bens patrimoniais; ➤ Restauração/ Gastronomia local; ➤ Ingredientes regionais ➤ Entretenimento/eventos ➤ Feira/ comércio de artesanato local

ACESSIBILIDADE

De acordo com a observância dos indicadores que regem a categoria de acessibilidade, entendida pelas diferentes atividades e serviços que a cidade oferece e deve possibilitar o acesso a estes de forma igualitária a todos (Grinover, 2007). Foram levadas em consideração as condições das vias, a oferta de transporte público e as condições de acessibilidades para pessoas com deficiência existentes, segurança pública local, sinalização urbana e turística, serviços de comércio e hospedagem, entre outros.

A análise da acessibilidade, enquanto categoria fundamental da hospitalidade turística e urbana, propõe em uma das suas vertentes a efetividade dos acessos referindo-se à eliminação de barreiras físicas e arquitetônicas que possam impedir ou dificultar o acesso e a mobilidade das pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida. Isso inclui rampas, corrimãos, elevadores, largura adequada de portas, banheiros acessíveis, sinalização tátil, entre outros elementos que garantam sobretudo a acessibilidade física, como o deslocamento de quem caminha, o pedestre, ou de quem utiliza a bicicleta como meio de locomoção e o deslocamento

dos veículos motorizados, estes dependem da qualidade pavimentação de ruas e calçadas e sobretudo da sinalização urbana.

Pavimentação urbana

Conforme observado, trechos como Avenida Câmara Cascudo e a rua Tenente Alberto Gomes apresentaram-se asfaltamento em bom estado de conservação, com poucas irregularidades e ondulações na pista, porém com diferença dos materiais de pavimentação, dificultando a acessibilidade para PcDs e idosos.

Figura 19 – Avenida Câmara Cascudo e a rua Tenente Alberto Gomes



Fonte: Autoria própria (2024).

Trechos como a rua Cel. Flamínio a pavimentação se mostrou bastante irregular, com trepidações para cadeiras de roda, calçadas estreitas e desproporcionais, lixeiras, postes, mesas e cadeiras como obstáculos fazendo com que o pedestre tenha que desviar-se pela rua, na medida em que sua passagem fica parcialmente impedida. No entanto, a calçada na frente do Instituto Ludovicus encontra-se em obras para execução de rampas de acessos em ambos os lados e o calçamento apropriado, desta forma, sendo possível a travessia de modo adequado para pessoas com baixa mobilidade e/ou idosos.

Figura 20 – Calçada do ICC em obras

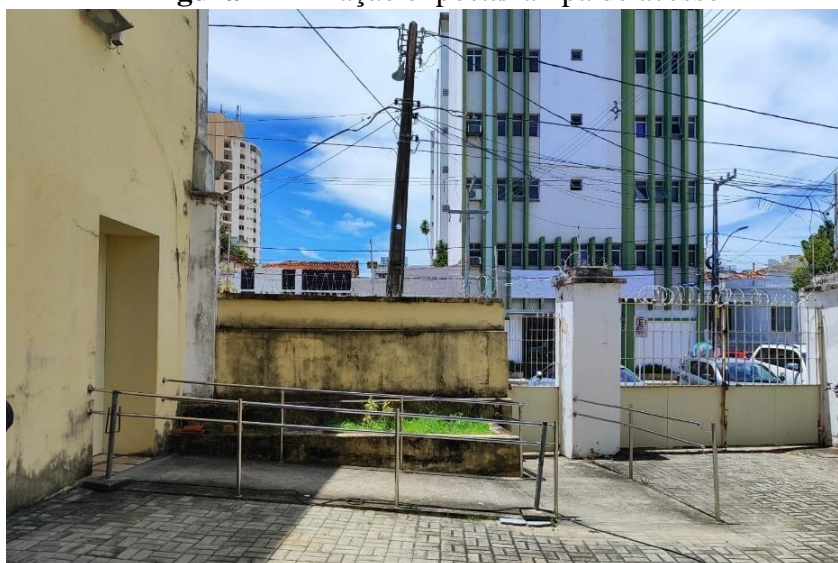


Fonte: Autoria própria (2024).

Iluminação pública

A distribuição de energia elétrica no Rio Grande do Norte é realizada pela Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN). Segundo o site da Prefeitura Municipal de Natal a concessionária tem bons indicadores de continuidade do serviço, de acordo com dados de Duração e Frequência Equivalentes de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC e FEC, respectivamente), que medem a qualidade da distribuição. Tanto a distribuição de energia elétrica, quanto a iluminação pública na cidade segundo esses indicadores pode ser considerada regular.

Figura 21 – Fiação exposta/rampa de acesso



Fonte: Autoria própria (2024).

Apesar de observar algumas vias com determinados postes com lâmpadas queimadas e eventuais pontos de deficiência na distribuição de eletricidade, como na rua Cel. Flamínio com a fiação elétrica exposta e emaranhados de fios em certos pontos apresentando risco para toda população, além de poluir a paisagem. Em grande parte do percurso analisado esse serviço pode ser considerado satisfatórios.

Figura 22 – Fiação exposta



Fonte: Autoria própria (2024).

A iluminação pública para essa parte da cidade é feita a partir de postes de luz instalados nas ruas e calçadas. Embora a iluminação em alguns pontos percebe-se comprometida, entende-se que deveria haver maior nível de luminosidade dos postes e mais pontos de focos de luz, a área do centro pode ser considerada regular no que tange à iluminação pública.

Limpeza urbana

A Companhia de Serviços Urbana de Natal é responsável pela limpeza dos logradouros da cidade. As ruas apresentaram-se sem grande acúmulo de lixo, apesar de ter poucas lixeiras no trajeto. Nos logradouros, o lixo não chega a ficar acumulado por muito tempo, exceto na Rua Cel. Flamínio parte onde se concentram bares, restaurantes, comércio, vendedores ambulantes encontram-se sempre com maior acúmulo de lixo comparado às outras áreas do

percurso. Além do aglomerado de barracas, notam-se muitas latas de lixo cheias e ainda muitas caixas de mercadorias, embalagens plásticas e de papel e lixo comum espalhados. Por se tratar de uma área de maior circulação, a limpeza necessitaria ser mais frequente, podendo ser redobrada em dias de maior movimento como nos finais de semana, possibilitando a diminuição do acúmulo de lixo.

Segurança pública

Atuam na área de estudo a Polícia Militar e a Guarda Municipal, cada uma com suas atividades rotineiras vinculadas a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social de Natal (Semdes). No entanto, durante a visitação do percurso do roteiro não foi possível observar a presença de agentes de segurança pública, contribuindo para a sensação de insegurança da população e dos turistas, especialmente à noite.

Mobilidade urbana

Em relação a mobilidade urbana verifica-se que, os logradouros recebem diferentes linhas de ônibus interligando diferentes bairros da cidade. Próximo aos espaços culturais ancorados ao trajeto do roteiro, há pontos de ônibus, possibilitando, assim, o acesso por meio de transportes públicos. Além disso, a cidade conta com frota de táxis, garantindo outro meio de acesso e circulação. Grinover (2007) afirma que o acesso à cidade é um direito para todos os habitantes, portanto o sistema de transporte público é essencial para que se tenha hospitalidade e os gestores públicos municipal precisam estar atentos para garantir o serviço de boa qualidade.

Os estacionamentos públicos estão disponíveis na modalidade vaga certa para veículos de passeio e ônibus de turismo como no entorno da Praça André de Albuquerque, facilitando o acesso dos visitantes que o recorrem, também à vaga para PCD em via pública (oficializada pelo órgão gestor de trânsito). Mas não foram encontradas rotas acessíveis interligando as vagas do estacionamento até o interior da edificação.

Figura 23 – Estacionamento/vaga no Centro Histórico



Fonte: Autoria própria (2024).

Em razão do fluxo de pedestres e veículos que circulam no centro histórico da cidade, o tráfego de veículos é moderado. Nas horas de maior movimento, como pela parte da manhã e final da tarde, as ruas do centro apresentam congestionamentos devido à grande circulação de carros e ônibus. Maior fluxo é notado nas duas vias da Av. Coronel Cascudo e na via Av. Câmara Cascudo.

A pé o deslocamento se dá com a presença de calçadas em praticamente todas as ruas do percurso, apesar de alguns trechos apresentarem irregularidades e desníveis. Já de bicicleta, essa opção de deslocamento fica parcialmente comprometida pela ausência de ciclovias e bicicletários públicos que chegue até o centro, a falta desses equipamentos além de sobrecarregar e congestionar as ruas e avenidas do entorno, dificultam a circulação de ciclistas nesse perímetro urbano.

A sinalização turística e urbana, em geral, encontra-se legíveis, exceto para deficientes e estrangeiros, pois não possuem placas de informação bilíngues português e inglês das atividades que estão presentes ao longo do destino e sinalização adequada para pessoas com deficiência. As vias possuem a sinalização vertical informativa sobre rotas para os bairros e alguns pontos turísticos da cidade. Embora presentes em todas as vias do centro, em alguns locais apresentam-se escassas, como por exemplo, na Rua Tenente Alberto Gomes.

Serviços diversos de comércio

O comércio de rua nota-se limitado nos logradouros do centro, em alguns trechos como rua Ulisses caldas lojas de rua sem grandes variedades de produtos ofertados. Os principais pontos de comércio observados encontram-se nas vias próximo à rua Vaz Godim com comércio popular feito em barracas e ambulantes. A ocupação irregular promovida pelo comércio principalmente nos finais de semana acaba por limitar o espaço destinado à circulação obstruindo calçadas e ruas com a disposição de produtos, colocação de placas de propaganda, instalação de mesas e cadeiras etc.

As ruas estreitas movimentam um fluxo de pessoas, apesar de se configurar como um fator de desordem, o comércio popular favorece à dinamização do município e o torna um referencial para o comércio e a sociabilidade na cidade. Essa dinamização é caracterizada pelo comércio, pelas apresentações e atividades culturais que eventualmente ocorrem nesses espaços.

Serviços de hospedagem e de restauração

A região possui uma rede hoteleira muito expressiva, no entanto na área do percurso não foram encontrados serviços de hospedagens relevantes como nas demais áreas onde há atividades turísticas de sol e mar que ofertam grandes atrativos, localizados na via costeira.

Quanto ao serviço de restauração nota-se poucos estabelecimentos na área estudada. Na Praça André Albuquerque foram localizados alguns quiosques que oferecem lanches rápidos e restaurante self service à quilo. Próximo ao Cemitério do Alecrim também foram encontrados restaurantes de rua que normalmente servem comida à quilo. Esses restaurantes ofertam basicamente uma alimentação caseira, oferecendo uma refeição a preços razoáveis.

Os mais relevantes equipamentos de restauração estão localizados na rua Cel. Flaminio nota-se a presença de bares e restaurantes com a gastronomia local. Os bares localizados no Canto do Mangue são populares, com público diverso, o que proporciona um local descontraído e heterogêneo.

Serviços de entretenimento

O centro histórico oferece algumas opções de entretenimento. Os principais equipamentos são museus, instituições culturais e mais recentemente o Canto do Mangue ofertando a gastronomia local. Destaca-se o Memorial Câmara Cascudo, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) e o Palácio da Cultura como as instituições em funcionamento mais relevantes, que fazem parte do conjunto arquitetônico do centro histórico.

O Museu Café Filho atualmente encontra-se fechado, mas também compõe o conjunto turístico do centro.

O centro possui um cinema de rua, as demais salas de cinema da região estão localizadas nos shoppings. Em períodos sazonais, como nos meses de fevereiro e março, o entretenimento fica por conta do carnaval de rua, com foliões que diversificam a economia local. Nessa época do ano, a Rua da Conceição e a Praça André Albuquerque recebem os foliões com um esquema especial de trânsito para o desfile de carnaval da cidade, logo, durante esse período ela fica interditada para veículos para esse fim.

Confortabilidade térmica

No tocante ao conforto térmico à análise revela ausência de equipamentos de sombreamento e arborização na maior parte do trajeto, caracterizando desconforto ao caminhar devido as altas temperaturas. A presença de árvores concentra-se na Praça André de Albuquerque, as raízes das espécies plantadas não preservam o piso do passeio como pode ser visto na figura. Há sombreamento em alguns pontos de ônibus e taxi localizados na avenida próxima rua Tenente Alberto. Esses fatores ambientais quando há proporciona uma qualidade ao ambiente promovendo também hospitalidade do espaço urbano (Grinover, 2007).

Figura 24 – Arborização

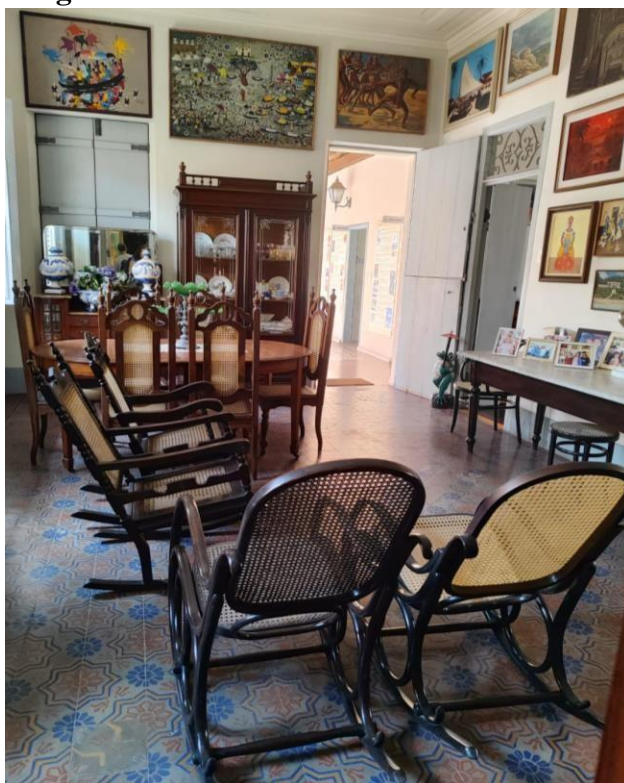


Fonte: Autoria própria (2024).

A análise ressalta a identificação de um percurso com obstáculos até à entrada dos espaços culturais, sendo igualmente comum a presença de passeios com dimensão e altura inadequadas, bem como a existência de mobiliário urbano e de pavimento irregular. Verifica-se que não só o trajeto do roteiro, mas também os espaços culturais em questão necessitam se adequar as normas que regem a acessibilidade, sobretudo física. Nesse caso, a acessibilidade é a categoria de análise da hospitalidade no contexto urbano mais comprometida.

Dentre os espaços culturais visitados alguns não se apresentaram acessíveis para pessoas com mobilidade reduzida, a exemplo disso, destaca-se o ICC na tentativa de manter sua memória inalterada a disposição dos móveis e objetos pessoais da mesma forma em que deixou o folclorista, comprometeu-se a circulação no interior do prédio. No entanto, as avaliações feitas no site de pesquisa revelam o contrário, os comentários afirmam que o espaço se encontra bem equipado para receber os visitantes, e ainda conta com uma boa estrutura física de apoio ao turista como presença de guarda volumes, lanchonete e banheiros, além de atendimento acolhedor.

Figura 25 – Sala da casa de Câmara Cascudo



Fonte: Autoria própria (2024).

O prédio conta com acessibilidade, para a entrada de pessoas com necessidades especiais, além da entrada parte frontal do prédio que é uma escada, na lateral existe outra entrada que dá para duas rampas que permitem livre acesso a maior parte do Instituto.

Figura 26 e 27 – Escadas e rampas de acesso do ICC



Fonte: Autoria própria (2024).

Em todos os espaços visitados há ausência de elevador/ ascensor/ plataforma elevatória que permita o acesso a pisos superiores dos edifícios, também não foi encontrada área de descanso para cães de assistência etc. Apenas um espaço cultural localizado no centro histórico cumpre na totalidade as normas de acessibilidade das instalações sanitárias, a Pinacoteca. Nos demais espaços analisados, há alguns sanitários com adaptações que visam atender melhor PCD, no entanto não estão de acordo com as normas estabelecidas e garantidas pela Lei nº 10.098/2000 (BRASIL, 2000).

Figura 28 e 29 – Acesso inadequado ao prédio



Fonte: Autoria própria (2024).

Figura 30 e 31 – Acessibilidade nos espaços culturais



Fonte: Autoria própria (2024).

Nota-se a presença de guias em determinados espaços como o ICC e o IHGR, no entanto nas salas de exposições não se constatou a existência de informação em audioguias ou videoguias, dispositivos de amplificação de som, textos impressos em braile, letra ampliada e em linguagem simples, em nenhum dos espaços culturais avaliados. Também não se verificou a identificação de réplicas de peças passíveis de exploração ou de lupas para a observação da exposição.

Em grande parte, a capacidade de carga local está condizente com o fluxo que recebe e salvo em alguns horários de maior movimento, a infraestrutura do centro histórico atende à demanda atual. Contudo, com a divulgação de um novo roteiro como produto turístico pode

acarretar o aumento do fluxo de pessoas e novas alternativas de transporte e deslocamento devem ser planejadas e postas em ação. O trânsito, que já apresenta sinais de saturação, é um dos principais problemas enfrentados pela população local nos horários de pico. Com as ruas repletas de carros e ônibus, uma nova alternativa de transporte de massa deve ser estruturada.

LEGIBILIDADE

Para Grinover (2006), a legibilidade trata-se sobre a facilidade que o habitante ou o visitante a “lê” a cidade e como seus elementos constitutivos são percebidos e interpretados para entender o espaço em questão e tornando-se mais hospitaleira. Os elementos de legibilidade segundo autor, são considerados fundamentais para a orientação e compreensão do espaço urbano. Nesse sentido, é essencial que tais elementos como a sinalização clara e adequada, mapas de orientação, placas indicativas e informativas, design urbano acessível e intuitivo, sejam bem projetados e posicionados estrategicamente para proporcionar uma experiência positiva aos visitantes. Além da preservação da arquitetura histórica para facilitar a identificação e navegação dos visitantes e moradores locais.

A legibilidade é manifestada ao longo do percurso no centro histórico, que envolve as duas ruas principais e onde circula o fluxo turístico, iniciando na Praça André Albuquerque, da Igreja Nossa Senhora da Apresentação e a outra via caracterizada pelo Canto do Mangue, a vista para o mar, proporciona uma visão da paisagem, carregada de identidade do local, onde se avistam os barcos ancorados dos pescadores e seus artefatos de pesca.

A sinalização de trânsito de veículos está presente ao longo de todo destino, entretanto a sinalização de atividades em alguns pontos é ausente, onde a identificação desses atrativos é imediata para os habitantes, cabe mencionar que três espaços culturais (ICC, MCC, IHGRN) são facilmente identificáveis, devido à legibilidade das placas e dos letreiros, mas, estrangeiros a legibilidade do espaço fica comprometida. A cidade deve ter mais placas informativas em locais estratégicos, apontando para pontos turísticos como praias, centros culturais e outros atrativos da cidade.

Em relação a mapas turísticos não foi comum encontrá-los em pontos específicos como nos demais espaços culturais, apenas no centro de atendimento ao turista, e no Museu Câmara Cascudo, nos demais verificou-se a ausência de balcão de atendimento e/ou mapas que auxiliam na orientação do visitante, dificultando a localização dos principais pontos turísticos. A sinalização digital também pode ser um facilitador em Natal, telas digitais exibem informações sobre eventos, mapas interativos e orientações aos pedestres. O site e redes sociais da própria

instituição devem estar mais estruturados, disponibilizando informações de acesso, como chegar, a distribuição dos espaços, um resumo de sua história, programação cultural e demais informações sobre o espaço cultural.

A sinalização de trânsito nas principais vias urbanas segue padrões internacionais, com placas de regulamentação, advertência e indicação. Isso contribui para a segurança no trânsito e facilita o deslocamento pela cidade. No entanto, as placas de nomes de ruas e números de prédios para facilitar a localização de endereços, ruas e prédios dificilmente foram vistas dificultando visitantes e habitantes a se orientarem. Também se faz necessário considerar a presença marcante da fiação elétrica aérea exposta na maior parte dos logradouros, e a deterioração das fachadas de alguns edifícios histórico o que deixa com má aparência e os torna não atrativos por causa dessa poluição visual.

Adjunto à sinalização viária, nas ruas e avenidas da cidade encontra-se a sinalização turística em alguns pontos placas, com base em padrões internacionais, estão dispostas de modo a orientar os turistas a se deslocarem pela cidade visitando os atrativos que lhes interessam. A sinalização turística é feita a partir de placas dispostas pelas vias do Centro. Essas placas se diferem das placas de sinalização viária (verdes com letras brancas), pois apresentam o seguinte modelo: são marrons, possuem o nome do ponto turístico, a seta mostrando a direção a seguir, e um ícone indicativo sobre o tipo de atração. Por terem padrão internacional, elas são facilmente reconhecidas pelos turistas nacionais e estrangeiros. Contudo, as placas nem sempre estão dispostas nas demais vias urbanas da cidade, o que pode ocasionar uma desinformação para os turistas.

À exceção de um espaço cultural, nota-se a ausência legibilidade nas instruções dos prédios destinados à visitação, como localização interna de banheiros, bebedouros. Identificação das exposições nos espaços museológicos e centros culturais, programação e materiais de divulgação na mesma língua e em outro idioma. Este mesmo fator se repete nos cardápios dos restaurantes e do café. Nenhum desses estabelecimentos possui cardápio numa segunda língua.

A legibilidade em Natal deve seguir na busca por proporcionar uma experiência positiva aos turistas, orientando-os de forma clara e eficiente, ao mesmo tempo em que contribui para a organização e segurança da cidade.

IDENTIDADE

Segundo Grinover (2006), a identidade é algo móvel, que está em constante transformação. É por meio dela que se forma a história de um lugar, visto que essas características são próprias de um determinado espaço e tempo que servirão de referências para a memória e as culturas locais. Os elementos de identidade, no centro histórico de Natal, podem ser observados na sua arquitetura colonial, nos prédios históricos, nas ruas de paralelepípedos, nas igrejas centenárias, presença de espaços culturais e artísticos, culinária tradicional, eventos culturais locais, como festas típicas e manifestações folclóricas, bem como a preservação da história e das tradições locais.

Na cidade de Natal, quem caminha entre a Praça Padre João Maria e a Igreja de Santo Antônio (Igreja do Galo) aprecia um conjunto arquitetônico representado pela Catedral Antiga de Nossa Senhora da Apresentação (Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação), o Memorial Câmara Cascudo, o Palácio da Cultura (antigo Palácio do Governo), o Palacete da Prefeitura Municipal, o Museu Café Filho, a Coluna Capitolina e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). Esses elementos contribuem para a singularidade e autenticidade do município potiguar atraindo visitantes e turistas segundo o MTur.

É possível reconhecer a identidade urbana ao longo deste roteiro turístico, manifestada pelo conjunto dos casarios e dos símbolos que identificam a cidade, como a atividade de pesca artesanal, com as embarcações no Canto do Mangue. Destacam-se também as festas religiosas, no qual se expressam através de rituais simbolizando a fé e a devoção. Os artesanatos, conhecido por produzirem peças em cerâmicas, bordados que mostram a influência das etnias colonizadoras, como as peças de renda de bilro.

A culinária regional conta com o cardápio típico do estado, incluindo pratos como a carne de sol com macaxeira, o arroz de leite, o cuscuz, o doce de jaca e a ginga com tapioca que é tradição no Rio Grande do Norte como patrimônio imaterial do estado em 2019. Tradicionalmente, a origem do prato é atribuída a pescadores da praia da Redinha, na Zona Norte da capital.

No entanto, para manter a autenticidade local faz-se necessário também preservar o patrimônio. Em relação aos parques e monumentos, nota-se um abandono do poder público, o vandalismo e a falta de manutenção preventiva e emergencial desgastam as praças públicas no centro histórico. O exemplo mais marcante encontrado foi na Praça André de Albuquerque, foram encontradas placas, bustos e estátuas depredadas, bancos, das praças quebrados seja por

pichação, seja pela quebra de partes desses patrimônios, além de muitos moradores de rua no local.

Figura 32 – Praça André Albuquerque



Fonte: Autoria própria (2024).

A prefeitura municipal responsável pela manutenção e revitalização desses espaços públicos não tem desenvolvido ações satisfatórias, podendo estar mais comprometida juntamente com os agentes de segurança pública para fiscalizar e reprimir essas ações de violência urbana e abandono.

Figura 33 – Outro aspecto da Praça André Albuquerque



Fonte: Autoria própria (2024).

A gastronomia com a culinária típica da região, conta com restaurantes que oferecem pratos tradicionais e ingredientes locais, proporcionando aos visitantes uma experiência gastronômica autêntica no Mercado Municipal do Peixe. Além disso, o espaço Canto do Mangue busca promover e valorizar o artesanato local, como rendas, cerâmicas, bordados e objetos feitos à mão, através de feiras e exposições que destacam a cultura e habilidades dos artesãos locais.

A ausência de divulgação das atividades dos espaços de memória, como museus, centros culturais e exposições, que narram a história da cidade e seus personagens e momentos históricos foram percebidas. Esses espaços são fundamentais e ajudam a fortalecer a identidade do centro histórico de Natal, tornando-o um lugar único, que preserva suas raízes culturais e instiga os visitantes com sua autenticidade histórica.

Exposições relacionada a temática “Vida e obra de Câmara Cascudo” só foi possível analisar três espaços culturais, o MCC atualmente encontra-se sem exposições permanentes e temporárias, devido a retirada total do acervo pela família de Câmara Cascudo, cabe aqui ressaltar que, esses objetos e obras considerados bens patrimoniais devem estabelecer conexões diretas e permanentes com a cultura local e seus habitantes em espaços geridos por gestores públicos para que sejam constantemente revisitados e amplamente divulgados. O que não acontece atualmente, uma vez que os pertences e a sua biblioteca estão aos cuidados de familiares.

CONCLUSÕES

A importância de Câmara Cascudo para Natal é percebida em diversos espaços da cidade, como em bibliotecas, escolas, espaços culturais e eventos que levam seu nome e sua obra como inspiração. O folclorista, representa uma figura central para a identidade cultural e histórica do município. No entanto, as ações voltadas para o turismo cultural implementadas até o momento são limitantes no sentido de promovê-la junto à cidade. Os resultados apontam para urgência em desenvolver estratégias bem planejadas e articuladas para o fortalecimento de uma identidade cultural ancorada à memória de Câmara Cascudo. E que não seja apenas a família de Câmara a preservar a sua memória, mas que a população seja despertada para a sua importância, trazendo sua obra e seu legado para domínio público, uma vez que é considerado patrimônio cultural.

O turismo cultural, aliado com a perspectiva da hospitalidade na dimensão social, demonstra ser uma alternativa viável para evocar a memória de Câmara Cascudo e divulgar o patrimônio potiguar. O planejamento turístico deve considerar aspectos históricos e culturais, atentando-se ao modo de vida contemporâneo, nesse caso, recorrendo-se aos elementos da hospitalidade, da promoção da cidadania e do turismo cultural como alternativa ao turismo predatório.

A relação entre patrimônio, turismo cultural e hospitalidade no contexto urbano proporcionou, na pesquisa, fazer discussões e reflexões que favorecem a manutenção e vitalidade dos bens culturais. Revelam o potencial do patrimônio potiguar na consolidação da identidade cultural natalense, dando visibilidade a memória social conferida à Câmara Cascudo a medida em que se aproximam de elementos e monumentos históricos que remontam a vida e obra do autor possibilitando o aprofundamento dos laços de pertencimento e desta forma, contribuindo para a sua preservação.

A pesquisa faz abordagem a partir dos referenciais teóricos que corroboram com a premissa, que apontam o turismo cultural como instrumento de desenvolvimento sustentável, de valorização e manutenção do patrimônio. E na integração dos elementos da hospitalidade no contexto urbano (acessibilidade, legibilidade e identidade) como capazes de impactar positivamente ou negativamente (pela falta deles) o acesso e a visibilidade dos bens culturais estudados.

Apresenta-se o turismo e a hospitalidade no contexto urbano como importantes ferramentas para o acesso e reconhecimento de um bem cultural, promovendo a valorização e preservação do patrimônio de uma determinada região. Entendendo que, quando visitantes são

atraídos pela sua cultura local, tendem a se interessar mais pelo patrimônio existente na região, contribuindo para que ele seja valorizado e mantido.

A integração de ambos possibilita aos turistas o acesso aos bens culturais e as tradições locais, que muitas vezes não se encontram disponíveis à população local. Dessa forma, o turismo cultural pode contribuir para que as comunidades locais percebam a importância de seu patrimônio e os valorizem. Iniciativas que podem ser tomadas em conjunto com o poder público e a comunidade local.

A análise do trajeto do roteiro, especificamente, das características dos espaços culturais presentes no centro histórico de Natal-RN pode ser satisfatória, por se tratar de região costeira, com amplo acesso ao mar, áreas de ecossistema manguezal e importantes atividades econômicas desenvolvidas na região. A proposição de roteiro cultural alternativo com cinco estações que integram as diversas características históricas e sociais da região com base na temática vida e obra do folclorista potiguar propicia experiência turística sob a perspectiva da hospitalidade como uma prática facilitadora no exercício das comunidades locais na valorização dos seus bens culturais. Podendo contribuir para a percepção da evocação da memória de Câmara Cascudo, colaborando para desenvolver o sentimento de pertencimento e afetividade, necessários para a sua valorização enquanto patrimônio.

O grande questionamento a ser enfrentado é a necessidade de uma hospitalidade no contexto urbano na cidade, que possa garantir para os visitantes e a comunidade local uma melhor qualidade de vida e experiências turísticas. A partir das análises, verificou-se que apesar da prefeitura municipal possuir um plano estratégico de turismo para o desenvolvimento da atividade na cidade, sua execução em alguns aspectos torna-se inoperante e compromete o potencial de aproveitamento do patrimônio cultural da cidade. Percebe-se quanto à infraestrutura, à sinalização turística; a iluminação pública e dos monumentos em alguns pontos é precária; a poluição visual que causa má impressão e esconde os monumentos; a não existência de placas interpretativas com explicações sobre o patrimônio; a ausência de um receptivo mais eficaz em outros pontos da cidade que ofereça informações sobre os atrativos turísticos e sirva de apoio ao público visitante e turista.

A acessibilidade categoria essencial para garantir que pessoas com diferentes necessidades possam desfrutar do local. Envolve a presença de calçadas acessíveis, rampas para cadeiras de rodas, sinalização adequada para deficientes visuais, espaços de estacionamento reservados, e a eliminação de barreiras arquitetônicas. Garantir a acessibilidade contribui para a inclusão e para que todos possam desfrutar da cidade e do que ela oferece. Mostra-se que

muitos espaços públicos ainda necessitam de ajustes para melhorar a acessibilidade, visto que é a categoria de análise da hospitalidade no contexto urbano mais comprometida.

A experiência turística necessita de bons artefatos para boa experiência existência de um espaço físico e capaz de promover interação para que se criem experiências de memória mais permanentes, pois a partir da contemplação de um atrativo turístico, de uma história contada por um guia local ou de um souvenir que se leva é que podemos rememorar toda a experiência, pois a afetividade é despertada através dessa relação, ou seja, pelo contato com a experiência turística, na troca das relações humanas. Portanto, esses espaços turísticos culturais como lugares capazes de reter memórias é uma forma de selar com a comunidade o compromisso de criar um elo de pertencimento, afetividade e identidade com a cultura local e seu patrimônio.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina *et al.* **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. DP & A, 2003.

ALVEAL, C. M. O. **Memória minha comunidade**: Alecrim. Natal (RN): Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, 2011.

AMARAL, Patrícia; COSTA, Andréa. **Centro Histórico de Natal**: Guia para turistas e moradores. Natal: IFRN, 2016.

ANGELA, L. de A. *et al.* **Câmara Cascudo e a construção da (história da) cidade**: representações e saber urbanístico nos anos 1920. Disponível em https://hcurb.ct.ufrn.br/assets/modules/projetosvinculados/projetovinculado_172.pdf. Acesso em 02 fev. 2024.

ANGELO, E. R. B., & de SIQUEIRA, E. D. Patrimônio cultural na contemporaneidade: discussões e interlocuções sobre os campos desse saber. **Anos 90**, v. 25, n. 48, p. 51–86, 2018.

ARAÚJO, Luciano Magnus de. **Visões da cidade: da cidade histórica aos bairros da Cidade Alta e Ribeira em Natal-RN**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

ARRAIS, Raimundo. Do alto da torre da matriz, acompanhando a procissão dos mortos: Luís da Câmara Cascudo, o historiador da cidade do Natal. **Espacialidades**, Natal, v. 4, n. 3, p. 01-32, 2011.

BAPTISTA, Isabel. Hospitalidade e eleição intersubjectiva: sobre o espírito que guarda os lugares. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. 5, n. 2, 2008.

BARRETTO, Margarita. **Cultura e Turismo**: Discussões contemporâneas. Campinas: Papirus, 2007.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2000.

BASTOS, Sênia. Requalificar ou revitalizar? Ações de valorização do patrimônio cultural, educação patrimonial, turismo e Hospitalidade. *In*: II SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, **Anais [...]**, 2004.

BASTOS, Sênia Regina; RAMEH, Ladjane Milfont; BITELLI, Fábio Molinari. O conceito de hospitalidade de Jacques Derrida nos artigos científicos do Portal de Periódicos da Capes. **Anais XIII Seminário ANPTUR**, v. 13, p. 1-13, 2016. BASTOS (2016), p. 42

BITELLI, Fábio Molinari; BASTOS, Sênia Regina. Hospitalidade na cidade: as manifestações culturais como uso do espaço público. **Turismo-Visão e Ação**, v. 20, n. 3, p. 460-473, 2018.

BOFF, Leonardo. **Virtudes para um outro mundo possível**. Hospitalidade: direito e dever de todos (v. 1). Petrópolis: Vozes, 2005.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. **Turismo Histórico-Cultural**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015.

BRASIL. **Tour da experiência** [2010]. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/economia-da-experiencia/cartilha_metodologia_projeto_economia_experiencia.pdf. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.098 de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm?origin=instituicao. Acesso em 15 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.771 de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm. Acesso em 20 jan. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. **Turismo cultural**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CDENCKER, A. de F.; BUENO, M. S. (org.) **Hospitalidade: cenários e oportunidades**. São Paulo: Thompson, 2003.

CAMARGO, L. O. de L. Os domínios da hospitalidade. In: BUENO, Marielys Siqueira; DENCKER, Ada de Freitas Maneti (orgs.). **Hospitalidade: cenários e oportunidades**. São Paulo: Thomson, 2003.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **Hospitalidade**. São Paulo: Aleph, 2004.

CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo da (org.). **Turismo cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências**. Ilhéus: Editus, 2009.

CARNEIRO, Juliana; ALLIS, Thiago. Como se mover o turismo durante a pandemia da COVID-19?. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 15, p. 2212, 2021.

CARVALHO, Johanna Lira de Barros. **Tempos e espaços da hospitalidade**: estudo de caso da Pousada do Toque em São Miguel dos Milagres-AL. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/12/70.pdf>. Acesso em 02 fev. 2024.

CASCUDO, Luís da Câmara. Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20. ARRAIS, Raimundo. (org.). **Crônicas de origem**: a cidade do Natal nas crônicas cascudianas. 1. ed. Natal: EDUFRRN, 2005. Natal: EDUFRRN, p. 9-79, 2005.

CASCUDO, Luís da Câmara (1926) **Cidade do Natal**. Natal: Sebo Vermelho, 1999.

CASCUDO, Luís da Câmara (1947) **História da Cidade do Natal**. 3 ed. Natal: IHGRN, 1999.

CASTELLI, Geraldo. **Hospitalidade na perspectiva da gastronomia e da hotelaria**. São Paulo: Saraiva, 2005.

CHAGAS, Mário. Museus e patrimônios: por uma poética e uma política decolonial. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**, v. 35, p. 121-137, 2017. CHAGAS (2017), p. 222.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Os trabalhos da memória**. [Apresentação]. Memória e sociedade: lembranças de velhos. Companhia das Letras: São Paulo, 2009.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução Luciano Machado. 3 ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNIESP, 2006

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: SENAC, 2009.

DA COSTA, Bruno Balbino Aires. Luís da Câmara Cascudo, historiador. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho, 2011.

DA ROCHA, Raimundo Nonato Araújo; DE LIMA, Bruna Rafaela. Câmara Cascudo: uma (auto) biografia a partir dos lugares. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho, 2011.

DERRIDA, Jacques. **Manifest pour l'hospitalité**. Grigny, Paroles d'aube, 1999.

DE LIMA, Anna Terra Teixeira. Entre a memória e a cidade: a construção do espaço urbano de Natal nas crônicas de câmara Cascudo. **Imburana: revista do Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte-Rio-Grandenses**, v. 5, n. 10, p. 38-52, 2014.

DO AMARAL, Patrícia Daliany Araújo et al. Ludovicus: Um estudo do Instituto Câmara Cascudo enquanto produto turístico da cidade do Natal (RN). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 5, n. 3, 2012.

FERRAZ, Valéria de Souza. Turismo cultural na ZEPH-Ribeira: possibilidades e limitações. 2008. 202 f. **Dissertação** (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC- IPHAN, 2005.

GANDARA, José Manoel Gonçalves et al. Viabilizando a relação entre a cultura e o turismo: diretrizes para o estabelecimento de políticas integradas entre os dois setores. **Turismo: Visão e Ação**, v. 8, n. 1, p. 129-140, 2006.

GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. **A vida na cidade: como estudar**. São Paulo: Orgrafic Gráfica e Editora, 2018.

GRINOVER, Lúcio. **A hospitalidade, a cidade e o turismo**. São Paulo: Aleph, 2007.

GRINOVER, Lúcio. Hospitalidade, qualidade de vida, cidadania, urbanidade: novas e velhas categorias para a compreensão da hospitalidade urbana. **RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo**. v. 3 n. 1, p. 16-24, 2013.

GRINOVER, Lúcio. **A cidade à procura da hospitalidade**. Aleph, 2016.

GRINOVER, Lúcio. **A hospitalidade na perspectiva do espaço urbano**. Revista Hospitalidade, p. 4-16, 2009.

GRINOVER, Lúcio. **A hospitalidade urbana**: acessibilidade, legibilidade e identidade. Revista Hospitalidade, p. 29-50, 2006.

GRINOVER, Lúcio. Nós, a cidade, a hospitalidade. **Rosa dos Ventos**, v. 11, n. 1, p. 224-234, 2019.

GRINOVER, Lúcio. Patrimônio, Identidade, Território e Hospitalidade. Notas para a compreensão da cidade contemporânea. **Anais [...]**. IX Seminário ANPTUR, São Paulo, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 12 fev. 2023.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

LEAL, Claudia Baeta; SANTOS, Luciano Teixeira dos; CHUVA, Márcia Chuva. **Patrimônio cultural** vol. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013

MAMEDE, Zila. **Luís da Câmara Cascudo**: 50 anos de vida intelectual, 1918-1968: bibliografia anotada. Fundação José Augusto, 1970.

MARTINS, Anne Bastos *et al.* Turismo e patrimônio cultural: possíveis elos entre identidade, memória e preservação. **Revista a Estação Científica**, v. 1, n. 2, p. 1-23, 2006.

MAUSS, M. [1974]. Ensaio sobre o dom. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda. e Editora da Universidade de São Paulo

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva - Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p.183-315.

MELO, Alessandro de; CARDOZO, Poliana Fabiula. Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. **Educação & sociedade**, v. 36, p. 1059-1075, 2015.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa social e ação pedagógica**. Conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Editora Loyola, 2002.

MENESES, José Newton Coelho. **História e Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de, *et al.* **A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano**. [Debate]. Patrimônio: atualizando o debate. São Paulo: IPHAN. 2006 Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Magnani_JGC_76_1636193_ACidadeComoBemCultural.pdf. Acesso em: 14 abr. 2023

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. Espaço urbano: memória social e patrimônio cultural. **Terr@ Plural**, v. 3, n. 2, p. 323-334, 2009.

MONTANDON. Hospitalidade ontem e hoje. *In: Hospitalidade: cenários e oportunidades*. São Paulo: Pioneira-Thomson, 2003.

MOREIRA, S. A; MELO, S.; MORAES, J. V.; OLIVEIRA, S. D. Escala para avaliação da hospitalidade em meios de hospedagem e nos serviços de restauração. *In: CERDERA, F. P.; FREITAS, P.G. (Org). Cidade, Espaço e Tempo*. Rio de Janeiro: Editora e-Publicar, 2021, v.1, cap. 9.

NAJJAR, Jorge. **Educação Patrimonial e Identidade**: algumas questões em debate. Movimentos instituintes em educação: políticas e práticas. Niterói: Intertexto, 2010.

NETO, Francisco Firmino Sales. Antes da noite: história, memória e escrita de si por Luís da Câmara Cascudo (NATAL, 1898-1986).

NEVES, Margarida de Souza. **Roteiros para descobrir a alma do Brasil**: uma leitura de Luís da Câmara Cascudo. 2000. Relatório de pesquisa CNPq. Disponível em: Acesso em: 31 mar. 2023.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Cristiane Kateline de Andrade; CUNHA, Silvânia Melo da; DANTAS, Amanda Almeida Gomes.; CAVALCANTE, Maria Bernadete; MOREIRA, Sueli Aparecida. Hospitalidade no Buraco da Catita: Música e Comensalidade como opção de lazer em Natal/RN. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 9, n. 1, p. 148–171, 2020.

PAIVA, Tatiana Moreira Campos. Luís da Câmara Cascudo: um historiador clássico? 59 p. Monografia (Graduação em História) R Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. **Patrimônio e Memória**, v. 2, n. 2, p.44, 2007.

PEREIRO PEREZ, X. A Interpretação do Patrimônio Cultural. PEREIRO PEREZ, X. Turismo cultural: uma visão antropológica, p. 223-252, ACA y PASOS, RTPC 2009. POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200- 212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII- XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SÁ, Teresa. Lugares e não lugares em Marc Augé. **Tempo social**, v. 26, p. 209-229, 2014.

SALES NETO, Francisco Firmino. **Luís Natal ou Câmara Cascudo: de ator a autor da cidade do Natal**. Campina Grande: EDUFPG, 2013.

SALES NETO, Francisco Firmino. **Luís Natal ou Câmara Cascudo: o autor da cidade e o espaço como autoria**. 2009. 181 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

NETO, Francisco Firmino Sales. **Palavras que silenciam: Câmara Cascudo e o regionalismo-tradicionalista nordestino**. Editora Universitária, 2008.

SILVA, Livia Moraes. Reflexões sobre a preservação do patrimônio: o caso da lista do patrimônio mundial da UNESCO. XXVI Simpósio Nacional de História, 2011.

SILVA, Wesley Carlos. Cidades dos mortos originando cidades para os vivos: Um estudo da representatividade do Cemitério do Alecrim, Natal (RN, Brasil) como opção de atrativo para o Turismo Mórbido. **Turismo e Sociedade**, v. 11, n. 3, 2019.

SIQUEIRA, E. D. Vale tudo? Identidade, cultura e patrimônio na pós-modernidade. In: ANGELO, Elis Regina Barbosa; SIQUEIRA, Euler David de (Orgs.). **Concepções, memórias e patrimônio cultural: história, sociedade e educação em foco**. Curitiba: Prismas, p. 29-55, 2016.

STOLL, Sueli Maria. **Hospitalidade: conceitos e reflexões sobre sua percepção prática dentre os hoteleiros do destino turístico Balneário Camboriú - SC**. 2006. 72 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Turismo e da Hotelaria) - Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2006.

TAVARES, A. M. **City tour**. São Paulo: Aleph, 2002.

WASSALL, Alice Ribeiro Assad; SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. **Hospitalidade urbana: produção de artigos científicos em periódicos nacionais da área de turismo e hospitalidade** [2016]. Disponível em <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/378.pdf>. Acesso em 04 fev. 2024.

VERMELHO. **Câmara Cascudo** [2018]. Disponível em: <https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/camara-cascudo-um-escritor-amazonico>. Acesso em 11 abr. 2024.

APÊNDICE A – MAPEAMENTO DOS INDICADORES HOSPITALIDADE NO CONTEXTO URBANO

Ficha de análise- Mapeamento dos indicadores hospitalidade no contexto urbano

Logradouro:	Bairro:
Trecho:	Data/Horário:

Elemento de Observação	Sim/Não	Descrição e comentário
Sinalização turística e urbana		
Tráfego e trânsito		
Iluminação da via		
Pavimentação		
Conservação e limpeza		
Pontos de ônibus e táxi		
Estacionamento		
Comércio		
Presença de agentes de segurança/ viaturas		
Acessibilidade		
Arborização/ conforto térmico		
Praças, monumentos, prédios históricos.		
Centro de atendimento ao turista		
Hospedagem		
Restauração		
Entretenimento		
Outros		

Ficha de análise- Mapeamento dos indicadores hospitalidade no contexto urbano

Logradouro: Rua Tenente Alberto Gomes	Bairro: Alecrim CEP: 59040-120
Trecho: Rua Tenente Alberto Gomes com a rua Fonseca e Silva	Data/Horário: 03/04/24 às 14h

Elemento de Observação	Sim/Não	Descrição e comentário
Sinalização turística e urbana	Sim	Placas de sinalização urbana indicando o cemitério do Alecrim observada apenas no entroncamento com a rua Fonseca e Silva Não há placa de sinalização com o nome da rua e numeração adequada.
Tráfego e trânsito	Sim	A rua Tenente Alberto Gomes apresentou tráfego com baixo fluxo de veículos e pedestres, com maior movimentação de tráfego de ônibus e carros particulares no sentido norte, o trecho entre a entre as ruas Tenente Alberto Gomes e rua Fonseca e Silva
Iluminação da via	Sim	Postes com iluminação em funcionamento.
Pavimentação	Sim	Pavimentação em paralelepípedos na altura do cemitério no entroncamento com a rua Manuel Vitorino e subindo a rua em direção ao cruzamento com a rua Fonseca e Silva asfalto em boas condições A calçada ao lado do cemitério apresentou-se em bom estado de conservação.
Conservação e limpeza	Sim	A Companhia de Serviços Urbana de Natal promove a limpeza das áreas públicas da cidade, não se encontrou acúmulo de lixo nas ruas nos horários visitados.
Pontos de ônibus e táxi	Sim	Bastante pontos de ônibus e táxi, com cobertura, na rua Fonseca e Silva. Abastecida por diversas linhas de ônibus funcionando regularmente ao longo do dia.
Estacionamento	Sim	Estacionamento particular na rua Fonseca e Silva, próximo ao cemitério do Alecrim.
Comércio	Sim	Posto de gasolina e loja de conveniência.
Presença de agentes de segurança/ viaturas	Não	No presente momento não foi identificado nenhum agente de segurança pública e/ou presença de viaturas no local.
Acessibilidade	Não	Não foram encontradas rampas de acesso, calçadas apresentando alguns desníveis, rua com pavimentação inadequada.
Arborização/ conforto térmico	Não	Presença de poucas árvores e encontram-se estruturas de sombreamento apenas nos pontos de ônibus localizados na rua Fonseca e Silva. Não foi identificado a presença de termômetro.
Praças, monumentos, prédios históricos.	Sim	Cemitério do Alecrim
Centro de atendimento ao turista	Sim	Centro de atendimento ao turista localizado a 3 km da rua Tenente Alberto Gomes.
Hospedagem	Não	-
Restauração	Não	-
Entretenimento	Sim	Presença de atrativos turístico como Cemitério do Alecrim
Outros	-	-

Ficha de análise- Mapeamento dos indicadores hospitalidade no contexto urbano

Logradouro: Praça André de Albuquerque	Bairro: Cidade Alta CEP: 59025-580
Trecho: Praça André de Albuquerque com a R. João Pessoa	Data/Horário: 02/04/24 às 9h

Elemento de Observação	Sim/Não	Descrição e comentário
Sinalização turística e urbana	Sim	Placas de sinalização urbana indicando pare, siga. Não há placa de sinalização com o nome da rua e numeração adequada. Pouca sinalização vertical viária nesse trecho.
Tráfego e trânsito	Sim	Apresentou tráfego com moderado fluxo de veículos e pedestres, com maior movimentação entre as ruas Praça André de Albuquerque e rua João Pessoa.
Iluminação da via	Sim	Postes de iluminação, em funcionamento.
Pavimentação	Sim	O asfalto encontra-se em boas condições com poucas irregularidades e ondulações na pista. O calçamento da praça apresentou-se em razoável estado de conservação.
Conservação e limpeza	Sim	A Companhia de Serviços Urbana de Natal promove a limpeza das áreas públicas da cidade, não se encontrou acúmulo de lixo nas ruas nos horários visitados.
Pontos de ônibus e táxi	Sim	Próximo da Metropolitana, ponto de ônibus na Cidade Alta por onde passam diversas linhas de ônibus que circulam em Natal (todas via Ribeira) são muitas as linhas que levam ao Memorial Câmara Cascudo.
Estacionamento	Sim	Estacionamento para veículos no entorno da praça. (Na modalidade vaga certa)
Comércio	Sim	Presença de quiosque de lanches, lojas de roupas e bares.
Presença de agentes de segurança/ viaturas	Não	No presente momento não foi identificado nenhum agente de segurança pública e/ou presença de viaturas no local.
Acessibilidade		Não foram encontradas rampas de acesso, calçamento apresentando desníveis
Arborização/ conforto térmico	Sim	Há arborização na área da praça.
Praças, monumentos, prédios históricos.	Sim	Praça André de Albuquerque, prédios históricos como o IHGRN e Memorial Câmara Cascudo, Igreja de Nossa senhora da Apresentação
Centro de atendimento ao turista	Sim	Centro de atendimento ao turista localizado a 2 km da praça.
Hospedagem	Não	-
Restauração	Sim	Bares, quiosque/ lanchonete de refeição rápida. Não há presença de restaurantes relevantes no local.
Entretenimento	Sim	Presença de atrativos turístico Memorial Câmara Cascudo e o IHGRN com programação de atividades mensais.
Outros		Há alguns bancos na praça para descanso, presença de sindicatos e escolas no entorno.

Ficha de análise- Mapeamento dos indicadores hospitalidade no contexto urbano

Logradouro: Rua da Conceição	Bairro: Cidade Alta, CEP: 59025-270
Trecho:	Data/Horário: 02/04/24 às 10h

Elemento de Observação	Sim/Não	Descrição e comentário
Sinalização turística e urbana	Sim	Placas de sinalização urbana indicando pare, siga. Sinalização turística indicando a Igreja Nossa Senhora da Apresentação. Não há placa de sinalização com o nome da rua e numeração adequada
Tráfego e trânsito	Sim	Apresentou tráfego com moderado fluxo de veículos e pedestres, com maior movimentação entre as ruas Praça André de Albuquerque e rua João Pessoa.
Iluminação da via	Sim	Postes de iluminação, em funcionamento.
Pavimentação	Sim	O asfalto encontra-se em boas condições com poucas irregularidades e ondulações na pista. O calçamento da praça apresentou-se em razoável estado de conservação.
Conservação e limpeza	Sim	A Companhia de Serviços Urbana de Natal promove a limpeza das áreas públicas da cidade, não se encontrou acúmulo de lixo nas ruas nos horários visitados.
Pontos de ônibus e táxi	Sim	Ponto de ônibus próximo, na praça João Tibúrcio, rua Padre João Manuel
Estacionamento	Sim	Estacionamento para veículos no entorno da praça. E vagas demarcadas para cadeirantes, idosos, e ônibus de turismo.
Comércio	Sim	Presença de quiosque de lanches, lojas de roupas e bares.
Presença de agentes de segurança/ viaturas	Não	No presente momento não foi identificado nenhum agente de segurança pública e/ou presença de viaturas no local.
Acessibilidade	Sim	Vagas demarcadas para pessoas com dificuldades de locomoção. Não foram encontradas rampas de acesso e calçamento apresentando desníveis
Arborização/ conforto térmico	Sim	Há arborização na área da praça e no entorno.
Praças, monumentos, prédios históricos.	Sim	Praça André de Albuquerque, prédios históricos como o IHGRN e Memorial Câmara Cascudo
Centro de atendimento ao turista	Sim	Centro de atendimento ao turista localizado a 2 km.
Hospedagem	Não	-
Restauração	Sim	Quiosque/ lanchonete
Entretenimento	Sim	Presença de atrativos turístico Memorial Câmara Cascudo e o IHGRN com programação de atividades mensais.
Outros		Há alguns bancos na praça para descanso, presença de sindicatos e escolas no entorno.

Ficha de análise- Mapeamento dos indicadores hospitalidade no contexto urbano

Logradouro: Avenida Câmara Cascudo	Bairro: Cidade Alta, CEP: 59025-280
Trecho:	Data/Horário: 01/04/24 às 9h

Elemento de Observação	Sim/Não	Descrição e comentário
Sinalização turística e urbana	Sim	Placas de sinalização urbana indicando permitido estacionar ônibus de turismo, proibido virar à esquerda. E turísticas indicações para atrativos da localidade, como: Igreja do Rosário; Mem. Câmara Cascudo; Praça A. Albuquerque; Solar João Galvão Medeiros. Não há placa de sinalização com o nome da rua e numeração adequada.
Tráfego e trânsito	Sim	Apresentou tráfego com baixo fluxo de veículos e pedestres, com maior movimentação entre Av. Câmara Cascudo e R. Henrique Capistrano
Iluminação da via	Sim	Postes próprios para iluminação na calçada, em funcionamento. A parte da calçada, apesar de ser onde ficam os postes, recebem pouca iluminação destes, pois estão voltados para a rua.
Pavimentação	Sim	O asfalto encontra-se em boas condições com poucas irregularidades e ondulações na pista. A calçada apresentou-se em bom estado de conservação, aparentemente não necessita de reparos.
Conservação e limpeza	Sim	A Companhia de Serviços Urbana de Natal promove a limpeza das áreas públicas da cidade, não se encontrou acúmulo de lixo nas ruas nos horários visitados. Apenas caçamba para coleta de entulhos, devido a obra no prédio onde há uma escola.
Pontos de ônibus e táxi	Sim	Ponto de ônibus e táxi, sem cobertura, na altura do nº 402. Abastecida por linhas de ônibus funcionando regularmente ao longo do dia.
Estacionamento	Sim	Estacionamento para veículos e ônibus de turismo na via, demarcados através de faixas.
Comércio	Não	Porém há presença de banco Caixa Econômica
Presença de agentes de segurança/ viaturas	Não	No presente momento não foi identificado nenhum agente de segurança pública e/ou presença de viaturas no local.
Acessibilidade		Não foram encontradas rampas de acesso, calçadas apresentando alguns desníveis, local com presença de caçamba de entulho no recuo da avenida sendo um obstáculo.
Arborização/ conforto térmico	Não	Não há presença de árvores e/ou estruturas de sombreamento. Também não foi identificado a presença de termômetro.
Praças, monumentos, prédios históricos.	Sim	Na avenida há presença de casarões antigos e prédios históricos como o Solar Bela Vista, Solar João Galvão de Medeiros; Praça Augusto Severo e monumento Augusto Severo (ambos estão temporariamente fechado para obras).
Centro de atendimento ao turista	Sim	Centro de atendimento ao turista localizado a 1,4 km da avenida. Presença do SESC na avenida Câmara Cascudo dando o suporte necessário ao turista.
Hospedagem	Não	-
Restauração	Não	-
Entretenimento	Sim	Presença de atrativos turístico como Terraço do Relógio SESC e espaços culturais com programação de atividades mensais como Instituto Ludovicus- ICC; Museu da Imprensa Oficial do RN; SESI Solar Boa Vista.
Outros		Presença de unidades de ensino públicas e particulares no entorno.

Ficha de análise- Mapeamento dos indicadores hospitalidade no contexto urbano

Logradouro: Rua Cel. Flamínio	Bairro: Rocas CEP 59010-710
Trecho: Rua Cel. Flamínio com a Praça Eng. José Gonçalves	Data/Horário: 01/04/24 às 16h

Elemento de Observação	Sim/Não	Descrição e comentário
Sinalização turística e urbana	Sim	Placas de sinalização urbana indicando o Canto do Mangue observada no entroncamento com a rua Eng. José Gonçalves. Placas sinalizando a proibição de estacionar
Tráfego e trânsito	Sim	A apresentou tráfego com moderado fluxo de veículos e pedestres, com maior movimentação de tráfego de ônibus e carros particulares no sentido norte, o trecho entre a entre as ruas Rua Cel. Flamínio com a Praça Eng. José Gonçalves
Iluminação da via	Sim	Postes com iluminação em funcionamento.
Pavimentação	Sim	O asfalto encontra-se em condições razoáveis com irregularidades e ondulações na pista. O calçamento da rua apresentou-se em razoável estado de conservação, porém com obstáculos devido ao comércio local.
Conservação e limpeza	Sim	A Companhia de Serviços Urbana de Natal promove a limpeza das áreas públicas da cidade, não se encontrou acúmulo de lixo nas ruas nos horários visitados.
Pontos de ônibus e táxi	Sim	Pontos de ônibus e táxi, na rua Eng. José Gonçalves. Abastecida por diversas linhas de ônibus funcionando regularmente ao longo do dia.
Estacionamento	Sim	Estacionamento na modalidade “vaga certa” ao longo da via Eng. José Gonçalves.
Comércio	Sim	Mercado do Peixe Municipal; diversas peixarias.
Presença de agentes de segurança/ viaturas	Não	No presente momento não foi identificado nenhum agente de segurança pública e/ou presença de viaturas no local.
Acessibilidade	Não	Não foram encontradas rampas de acesso, calçadas apresentando alguns desníveis, rua com pavimentação inadequada.
Arborização/ conforto térmico	Não	Presença de poucas árvores e não foi identificado a presença de termômetro.
Praças, monumentos, prédios históricos.	Sim	Mercado do Peixe Municipal; Complexo Cultural Rampa
Centro de atendimento ao turista	Sim	Centro de atendimento ao turista localizado a 1,6 km do Canto do mangue
Hospedagem	Não	-
Restauração	Sim	Mercado do Peixe Municipal
Entretenimento	Sim	Presença de atrativos turístico como Canto do Mangue, Complexo Cultural Rampa
Outros	-	O local encontra-se em obras.

APÊNDICE B - MAPEAMENTO DOS INDICADORES DE HOSPITALIDADE TURÍSTICA

Ficha de análise- Mapeamento dos indicadores de hospitalidade turística

Elemento de observação e visitação:

Data:

Descrição Geral

--

Elementos de observação	Descrição e comentários
Entrada/fachada	
Iluminação interior	
Climatização interior	
Sinalização	
Presença de guia (monitor)	
Sanitários	
Bancos, bebedouros, guarda volumes (infraestrutura básica de apoio)	
Limpeza e conservação	
Estacionamento	
Acessibilidade	
Serviço de restauração/Gastronomia local	
Venda de cartão postal/ souvenir	
Marca, logo, identidade visual	
Capacidade de carga	
Outros	

Ficha de análise- Mapeamento dos indicadores de hospitalidade turísticaElemento de observação e visitação: **Cemitério do Alecrim**

Data: 03/04/24

Descrição Geral

O Cemitério do Alecrim é a primeira necrópole pública de Natal, inaugurada em 1856, localizado na rua Ten. Alberto Gomes, 1043-1035 - Alecrim, Natal - RN, 59040-120. Patrimônio Histórico e Cultural de Natal oficializado pelo Decreto nº 9.541/2011 do Conselho Municipal de Cultura. O campo-santo é uma referência no desenvolvimento do bairro. O Cemitério Municipal do Alecrim segue o modelo de planta padrão composto por quadras alinhadas e sequenciadas.

Telefone: (84) 3219- 5005

Horário de funcionamento: 7h às 11h / 14h às 17h.

Entrada gratuita

Elementos de observação	Descrição e comentários
Entrada/fachada	A entrada é bem sinalizada, ainda conta com um painel informativo na parte superior. Fachada do local apresenta em boas condições de conservação, foi pintada na cor azul recentemente.
Iluminação interior	Ambiente ao ar livre
Climatização interior	Ambiente ao ar livre
Sinalização	Não há, sinalização turística. A ausência de sinalização e indicação no interior compromete a legibilidade do espaço em questão.
Presença de guia (monitor)	Foi identificado a presença de agentes informativos.
Sanitários	Sim, em boas condições para uso.
Bancos, bebedouros, guarda volumes (infraestrutura básica de apoio)	Escassa infraestrutura de apoio, bancos em má conservação, não há guarda volumes, bebedouro em funcionamento.
Limpeza e conservação	Apesar de haver folhas de árvores no local, o espaço apresenta-se limpo e conservado, com manutenções regulares.
Estacionamento	Vagas para veículos são demarcadas ao redor do prédio.
Acessibilidade	Possui rampas de acesso e piso antiderrapante, balcão e banheiros não são adaptados para pessoas com deficiências (PcDs) e/ou com mobilidade reduzida, foram encontradas barras em alguns pontos para auxiliar pessoas com dificuldades de mobilidade.
Serviço de restauração/Gastronomia local	Não
Venda de cartão postal/ souvenir	Não
Marca, logo, identidade visual	Não
Capacidade de carga	Não se aplica.
Outros	Foram vistos os túmulos de Juvino Barreto, considerado um dos pioneiros no processo de industrialização no Rio Grande do Norte; e do religioso popular da cidade, o padre João Maria. Dentre outras personalidades enterradas no cemitério, repousam o poeta Henrique Castriciano, Pedro Velho, político e fundador do jornal A República; folclorista Câmara Cascudo; ex-presidente da República Café Filho e o ex-prefeito, Djalma Maranhão.

Ficha de análise- Mapeamento dos indicadores de hospitalidade turísticaElemento de observação e visitação: **Memorial Câmara Cascudo**

Data: 02/04/24

Descrição Geral

O Memorial Câmara Cascudo é um ponto turístico da cidade de Natal, inaugurado em 1987 na capital do estado do Rio Grande do Norte, localizado próximo à Catedral Antiga na Praça André de Albuquerque, 30 Cidade Alta, Natal – RN. CEP 59025-580.

Telefone: (84) 3232-6334

Horário de funcionamento: 8h às 17h (seg. a sexta) / sábado: 8h às 13h / Domingo: fechado

Entrada gratuita.

Elementos de observação	Descrição e comentários
Entrada/fachada	A edificação construída nas primeiras décadas do século XIX, apresenta-se em estilo neoclássico. Recentemente a fachada recebeu um desenho de luz patrocinado pela empresa Neonergia, seguindo a arquitetura original.
Iluminação interior	Adequada ao ambiente
Climatização interior	Ambiente climatizado artificialmente.
Sinalização	Não há legibilidade no interior do prédio e nas salas de exposição.
Presença de guia (monitor)	Sim, no entanto atualmente encontra-se sem exposição do seu principal acervo inspirado na temática Vida e obra de Câmara Cascudo.
Sanitários	Sim, em bom estado de conservação.
Bancos, bebedouros, guarda volumes (infraestrutura básica de apoio)	Bancos em estado de má conservação
Limpeza e conservação	O espaço apresenta-se um serviço de limpeza e conservação pouco satisfatório.
Estacionamento	Não
Acessibilidade	A acessibilidade mostra-se comprometida no interior do prédio, por não possuir elevadores, degraus altos, passagens estreitas que não tem a largura adequada de portas, e ausência de sinalização tátil. No entanto, há banheiros acessíveis, rampas de acesso na parte externa, que garantem parte da acessibilidade física.
Serviço de restauração/Gastronomia local	Não
Venda de cartão postal/ souvenir	Não
Marca, logo, identidade visual	Não
Capacidade de carga	Grupo de 20 pessoas nas salas de exposições
Outros	Sem acervo exposto, no momento. Há o projeto de expografia do Memorial remeter mais aos objetos e à cosmovisão retratados na obra de Cascudo do que à sua memória pessoal, uma vez que esta é conservada e exposta no Instituto Ludovicus, museu mantido pela família do escritor, na casa em que ele viveu as quatro últimas décadas de sua vida.

Ficha de análise- Mapeamento dos indicadores de hospitalidade turística

Elemento de observação e visitação: **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte** Data: 02/04/24

Descrição Geral

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, inaugurado em 1902, abriga uma coleção museológica, documental e bibliográfica referente à história e cultura do Rio Grande do Norte. Localizado Rua da Conceição, 622 - Cidade Alta, Natal – RN. 59025-270
 Telefone: (84) 3232-9728
 Horário de funcionamento: 8h às 11:30h (seg. a sexta) fechado aos sábados e domingos.
 Para visitação em grupo com mais de 10 pessoas, é necessário agendar.
 Entrada gratuita

Elementos de observação	Descrição e comentários
Entrada/fachada	O prédio expressa uma arquitetura neoclássica do século XIX, revelada por seu desenho geométrico, pelas colunas, pelo entablamento, bem como pelo modo de acesso pelas laterais e fachada monumental. Na fachada, destacam-se os frontões curvos triangulares, as balaustradas arrematadas com o coroamento das paredes, as esquadrias em madeira e vidro e os vãos de vergas retas.
Iluminação interior	Adequada ao ambiente
Climatização interior	Ambiente climatizado artificialmente.
Sinalização	Não há legibilidade no interior do prédio e nas salas de exposição.
Presença de guia (monitor)	Sim
Sanitários	Limpo, mas não há acessibilidade para PCD.
Bancos, bebedouros, guarda volumes (infraestrutura básica de apoio)	Sim, bancos, cadeiras e bebedouros.
Limpeza e conservação	Apresenta-se um estado de limpeza e conservação regularmente boa.
Estacionamento	Não
Acessibilidade	Rampas, corrimãos, não há banheiros acessíveis, sinalização tátil, entre outros elementos que garantam a acessibilidade física.
Serviço de restauração/Gastronomia local	Não
Venda de cartão postal/ souvenir	Sim, há venda de cartão postal.
Marca, logo, identidade visual	Sim, estampada em folhetos, sites e folders.
Capacidade de carga	Capacidade de 40 pessoas no salão nobre. Para visitação divide-se em grupo de no máximo 20 pessoas.
Outros	A segurança é monitorada em conjunto ao prédio da assembleia.

Ficha de análise- Mapeamento dos indicadores de hospitalidade turísticaElemento de observação e visitação: **Ludovicus – Instituto Câmara Cascudo** Data: 02/04/24**Descrição Geral**

O Ludovicus – Instituto Câmara Cascudo, localizado na Av. Câmara Cascudo, 377- Cidade Alta, Natal – RN. 59025-280 Concentra o acervo de livros e documentos, além de móveis e fotos, na antiga residência de Câmara Cascudo.

Telefone: (84) 98827-3866

Horário de funcionamento: 9h às 17h (seg. a sexta) / fechado aos sábados e domingos.

Valor do ingresso: R\$ 12,00 (Inteira) e R\$ 6,00 (Meia). Pode ser pago em dinheiro ou por meio eletrônico (transferência bancária ou PIX). O agendamento prévio através do WhatsApp ou endereço eletrônico é necessário para visitas de grupos. Visitantes com mais de 60 anos e menos de 7 anos são isentos do pagamento de ingresso e visitas de escolas públicas mediante a apresentação do ofício também estão isentas.

Elementos de observação	Descrição e comentários
Entrada/fachada	A entrada principal é recuada, com uma pequena escadaria precedendo-a. Casario antigo em bom estado de conservação e legibilidade.
Iluminação interior	Baixa iluminação feita por luz branca e pelas janelas.
Climatização interior	Ambiente bem arejado, climatização mecânica para o espaço destinado a pesquisa técnica e a biblioteca.
Sinalização	Não possui sinalização na maior parte dos objetos e ambientes expostos.
Presença de guia (monitor)	Sim
Sanitários	Sim, em bom estado de conservação, possui sanitário PCD.
Bancos, bebedouros, guarda volumes (infraestrutura básica de apoio)	Sim, bancos, guarda volumes e bebedouros.
Limpeza e conservação	Sim, o prédio encontra-se bem preservado e limpo.
Estacionamento	Não
Acessibilidade	Rampa para acessibilidade ao lado (terreno), possui sanitário para PCD, no entanto o espaço destinado a visitação onde se encontram boa parte dos pertences de Câmara Cascudo não possui mobilidade e acessibilidade para deficientes.
Serviço de restauração/Gastronomia local	Não
Venda de cartão postal/souvenir	Sim, souvenirs e livros.
Marca, logo, identidade visual	Sim, fixada na entrada do prédio.
Capacidade de carga	40 pessoas na parte externa. Grupo de 10 pessoas na área interna.
Outros	No interior da casa, observam-se objetos pertencentes a Câmara Cascudo, móveis e utensílios da época em que residia. O destaque é a biblioteca de Cascudo, intitulada por “A Babilônia”, onde o mesmo recebeu ilustres visitantes, como Gilberto Freyre, Juscelino Kubitschek, Assis

	Chateaubriand e Ari Barroso. Nas paredes, ainda se podem ver assinaturas desses e de outros visitantes, atendendo a pedidos do escritor.
--	--

Ficha de análise- Mapeamento dos indicadores de hospitalidade turística

Elemento de observação e visitação: **Canto do Mangue**

Data: 03/04/24

Descrição Geral

O Canto do Mangue localizado no cruzamento entre os pontos mais estreitos das ruas Coronel Cascudo e Vaz Gondim funciona com diversos tipos de comércio como bares e sebos, principalmente. À noite, o Beco reúne todos os sons, com apresentação de música ao vivo, discotecagem e rodas de samba, sendo atração para um público variado. Cidade Alta, Natal – RN. 59025-310
Entrada gratuita

Elementos de observação	Descrição e comentários
Entrada/fachada	Não se aplica
Iluminação interior	Ambiente ao ar livre
Climatização interior	Ambiente ao ar livre
Sinalização (legibilidade)	Sim
Presença de guia (monitor)	Não.
Sanitários	Sim, sanitários no Mercado do Peixe Municipal em boas condições.
Bancos, bebedouros, guarda volumes (infraestrutura básica de apoio)	Foram encontrados bancos e bebedouros no Mercado Municipal do Peixe
Limpeza e conservação	O espaço encontra-se em obras.
Estacionamento	Vagas para veículos modalidade “vaga certa” ao redor do espaço.
Acessibilidade	Rampas e corrimãos no acesso ao píer. Identifica-se largura adequada de portas e banheiros acessíveis no Mercado Municipal do Peixe.
Serviço de restauração/Gastronomia local	Sim. Presente no Mercado Municipal do Peixe.
Venda de cartão postal/ souvenir	Sim, venda de produtos artesanais.
Marca, logo, identidade visual	Não
Capacidade de carga	Não se aplica